

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



ALVES DA VEIGA

UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO  
FEDERATIVA DA SOCIEDADE PORTUGUESA

Dissertação para obtenção do grau de  
Mestre em História Cultural e Política, sob  
orientação da Exma. Sr.<sup>a</sup> Professora  
Doutora Zília Osório de Castro

SÓNIA C. M. SANTOS REBOCHO 2007

## AGRADECIMENTOS

### *O meu especial agradecimento:*

- Ao meu marido, família e amigos, que me ajudaram a manter passo firme em terreno tosco;
- À família Alves da Veiga, pelo auxílio e amizade, em tempo certo e na hora exacta;
- Ao Sr. Raul Morais, alma poeta, companheiro na bem-aventurança de dar a conhecer Alves da Veiga;
- Ao Sr. José Pulquério, pelas pontes criadas com a Associação 31 de Janeiro;
- Aos funcionários e responsáveis dos diversos locais onde desenvolvi a pesquisa, pelo seu préstimo: Biblioteca Nacional, Biblioteca Municipal do Porto, Arquivo e Biblioteca da Universidade de Coimbra, Arquivo Histórico-Diplomático do MNE, Biblioteca da FD-UL, Biblioteca João Paulo II, Torre do Tombo, entre outros;
- E, por último, porque em primeiro lugar, à Prof.<sup>a</sup> Zília Osório de Castro: *Na ausência do seu incentivo, carinho e paciência este trabalho seria barco sem rumo nem destino.*

## INDICE

INTRODUÇÃO	5
PARTE I - ALVES DA VEIGA: VIDA E OBRA DE UM REPUBLICANO	9
CAPÍTULO 1 - Nascer e crescer em meados de Oitocentos	9
1.1 - A infância em Trás-os-Montes	9
1.2 - Um estudante em Coimbra	10
CAPÍTULO 2 - Activismo e propaganda	15
2.1 - A adesão a meios pacíficos de luta e a organização do republicanismo no Porto	15
2.2 - Do clubismo à uniformização estratégica	20
2.3 - A formação do Partido Republicano e a via legalista de acesso ao poder	23
2.4 - Do pacifismo à luta revolucionária	31
CAPÍTULO 3 - A Revolução de 31 de Janeiro de 1891	38
3.1 - Causas e antecedentes: a questão colonial e o ultimato inglês	38
3.2 - Patriotismo e política	44
3.3 - A organização do movimento insurreccional	50
3.4 - O desenrolar e malogro da revolução	58
3.5 - Fuga e exílio	63
CAPÍTULO 4 - Um diplomata republicano no reino de Alberto I	70
4.1 - O 5 de Outubro e a entrada em funções no posto diplomático	70
4.2 - Ao serviço da I República Portuguesa	74

PARTE II - POLITICA NOVA: UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO FEDERATIVA DA SOCIEDADE PORTUGUESA	84
CAPÍTULO 5 - O republicanismo enquanto movimento doutrinário	84
5.1 Os elementos comuns	84
5.2 Cisões: a ala federalista	95
CAPÍTULO 6 - O projecto de regeneração de Alves da Veiga	105
6.1 O federalismo na obra veiguiana	105
6.2 A opção por uma república federal	109
6.3 A primeira constituição republicana proclama o unitarismo	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
FONTES E OBRAS CONSULTADAS	126

## INTRODUÇÃO

Há cerca de dois anos atrás, na fase lectiva do Mestrado em História Cultural e Política, e mais propriamente na unidade curricular de História das Ideias Políticas II, foi distribuída uma lista de autores e respectivas obras aos alunos, para que seleccionado o preferido, desenvolvessem um resumo sucinto de carácter interpretativo.

A nossa escolha recaiu sobre Alves da Veiga e o livro *Política Nova*, opção que resultou do facto de, entre os nomes apresentados, ser aquele que nos soava mais estranho, o que nos despertou, logicamente, alguma curiosidade.

Da pesquisa então desenvolvida, necessariamente rápida e superficial, conseguimos, não obstante, retirar duas conclusões: em primeiro lugar, confirmava-se que Alves da Veiga, em comparação com outras personalidades da época, era relativamente incógnito; em segundo, esse facto não tributava a significância das acções e das ideias deste republicano oitocentista.

Nessa fase, para além da recorrente associação à revolta falhada de 1891, deparámo-nos com alguns testemunhos, referências a homenagens e menções para lugares de cimeira política, que indiciavam o facto de, apesar de ausente das páginas centrais de crónicas e narrações, haver muito a dizer sobre o nome que designava uma rua da baixa portuense.

O resultado foi termos abandonado o tema que tínhamos inicialmente equacionado para a dissertação de mestrado, e dedicarmos, daí em frente, parte do nosso tempo e esforço a pesquisar a vida e obra de Alves da Veiga.

Tratando-se de uma dissertação na área da história das ideias políticas, encetámos o nosso estudo procurando recolher, simultaneamente, informação quer sobre o autor quer sobre a época, visando compreender e contextualizar o individual através do colectivo, e, simultaneamente, estabelecer nexos interpretativos entre ambos.

Entretanto, a consciência da multiplicidade de assuntos abordados por Alves da Veiga, dada pela leitura do livro *Política Nova*, derivou na necessidade de delimitar com maior rigor o tema. Optámos, assim sendo, por enfatizar a opção do republicano pelo federalismo, enquanto doutrina e prática políticas, já que nos parecia ser, este elemento, o fio condutor do pensamento veiguiano na obra aludida.

Não pudemos, entretanto, deixar também de dar proeminência à recolha de dados biográficos. Isto porque, conforme verificámos de início e confirmámos depois, a pouca informação existente sobre Alves da Veiga era contraditória, inexacta e, daí, incompleta.

Assim se explica, que os propósitos que guiaram a elaboração deste trabalho acabem por ser dois. Por um lado, traçar o perfil biográfico de Alves da Veiga, recolhendo o maior número de informação possível sobre factos e acontecimentos. Por outro, proceder ao estudo das ideias veiculadas pelo autor, à luz de um quadro conceptual, espacial e temporalmente assestado, sobrelevando aquelas contidas no volume *Política Nova* e associadas à problemática federal.

O cumprimento destes desígnios exigiu a pesquisa de um vasto e variado conjunto de documentação, a sua catalogação, a análise compreensiva e interpretativa da informação recolhida, e finalmente a redacção deste texto.

Privilegiámos, antes de mais, as fontes de época, muito embora nos socorramos amiúde das leituras e acepções de estudiosos e autores contemporâneos.

Diga-se de passagem que não nos foi fácil recolher informação relativa a Alves da Veiga, nem textos de sua autoria.

No que respeita aos dados relativos à vida familiar, por exemplo, tivemos a fortuna de conseguir através da Associação 31 de Janeiro, do Porto, localizar descendentes, que, atempada e amavelmente, nos facultaram elementos, que em nenhum outro lado almejámos encontrar.

Quanto aos textos redigidos pelo autor, não só foi difícil proceder à sua localização (pensamos que aqueles a que tivemos acesso não passam de uma reduzida mostra do labor plúmítico de Alves da Veiga), como nos confrontámos com o problema da acessibilidade a documentos em mau estado de conservação.

Em congruência com as decisões tomadas de início, e a pesquisa feita no encaço, optámos por estruturar a dissertação em duas partes.

A primeira foi organizada de forma cronológica.

Desde os primeiros aos últimos anos de vida de Alves da Veiga, nesta abordamos aspectos como a formação escolar, a filiação no republicanismo ou a dedicação à propaganda e ao eleitoralismo.

Apurámos que Alves da Veiga acumulava as iniciativas militaristas, em simultâneo com as actividades profissionais com que sustinha a família.

O envolvimento na conspiração e no processo revolucionário de 1891 recebe especial destaque, já que é associado a estes sucessos que o nome de Alves da Veiga chega até aos nossos dias. Para além da simples descrição de causas, desenvolvimento e consequências da intentona portuense, procuramos igualmente reflectir sobre o caminho ideológico trilhado pelo republicano, que o leva a, não obstante a declarada adesão a ideais evolucionistas e pacifistas, aceder a chefiar um movimento armado.

As duas décadas passadas no exílio e o assumir de funções diplomáticas, após a implantação do regime republicano no país, completam esta parte biográfica.

Na segunda parte, entendemos partir do geral para o particular.

Começamos pela abordagem de alguns dos principais elementos ideológicos que marcam o republicanismo oitocentista, detectáveis na generalidade dos textos publicados pelos partidários desta causa de traçado messiânico.

Seguimos com uma alusão às cisões que persistem no movimento, a mais marcante das quais separando unitaristas de federalistas, a despeito de plataformas de entendimento. Iremos realçar que os adeptos do federalismo chegam a representar uma força hegemónica, especialmente combativa e dinâmica.

Sublinharemos também que o movimento expansivo das ideias federalistas no país não ocorre isolado, mas é resultado, como no caso de outras doutrinas, de um fenómeno de importação e aclimatização.

E, antes de nos dedicarmos a analisar o projecto de regeneração contido na obra *Política Nova*, sublinhamos os valores que subjazem à adesão de Alves da Veiga ao federalismo, desde os tempos de estudante até 1911, quando propõe à recém-eleita Assembleia Constituinte a implementação deste sistema político em Portugal.

Os trabalhos da Assembleia Constituinte, no decorrer dos quais é aprovada por maioria uma estrutura unitária de estado, marcam, no entender de vários historiadores contemporâneos, o esgotamento do federalismo enquanto proposta doutrinária e pragmática no seio do republicanismo.

Alves da Veiga foi apenas um entre vários defensores deste ideal, que contou também com a adesão de outras figuras de proa do republicanismo como Teófilo Braga, Magalhães Lima ou Manuel de Arriaga. Para a generalidades destes adeptos, a implementação da república federal implicava, para além de uma simples reviravolta regimental e reorganização administrativa, uma verdadeira revolução cultural, assente em novos valores e incorporando novas concepções acerca do homem, da sociedade e do tempo.

O abraçar de tal perspectiva por Alves da Veiga parece ter sido simultâneo com a adesão, igualmente apaixonada, ao ideal republicano e democrático, enquanto expressão radical de um liberalismo, que entendia subvertido pelo constitucionalismo monárquico.



## PARTE I – ALVES DA VEIGA: VIDA E OBRA DE UM REPUBLICANO

### CAPÍTULO 1 - Nascer e crescer em meados de Oitocentos

#### 1.1 - A infância em Trás-os-Montes

O nascimento de Alves da Veiga precede em dois anos o golpe com que Saldanha afasta Costa Cabral do poder e que irá significar o fim de uma fase de “invasões, guerras civis, golpes, revoluções e levantamentos”<sup>1</sup> e a entrada do país numa nova realidade, a Regeneração, caracterizada pela estabilidade política, pela pacificação social e pelo relativo progresso económico.

Longe do cenário dessas movimentações, que decorrem na sede governativa do país, Augusto Manuel Alves da Veiga nasce na terra natal de seus pais, Izeda,<sup>2</sup> actual freguesia do concelho e distrito de Bragança, no dia 29 de Setembro de 1849. Filho legítimo de António Alves da Veiga e de Ana Maria Pires, abastados lavradores da zona, passa, nos primeiros dias de vida, por complicações de saúde que fazem perigar a sua vida. O prior adstrito à paróquia de Izeda testemunha ter dado a bênção baptismal em casa (ao invés de na igreja, como era costume) precisamente pelos Veiga temerem o pior.<sup>3</sup>

Ultrapassada esta primeira prova, Alves da Veiga cresce na província transmontana, no seio de uma família arreigada às tradições, junto com o irmão Francisco e os meios-irmãos Maria Augusta e António, recebendo uma educação abundante em preceitos teológicos, de que, a pouco e pouco, se libertará mais tarde.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> António José Telo “O modelo político e económico da Regeneração e do Fontismo (1851-1890), João Medina (dir.), *História de Portugal: Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Volume XI, p. 116.

<sup>2</sup> Nasceu na actual Rua de Santa Engrácia, então Bairro da Veiga na, à época, designada Nossa Senhora da Assunção de Izeda, que foi concelho até 1855, ano em que este foi extinto por decreto datado de 24 de Outubro.

<sup>3</sup> Dados constantes na Certidão de Idade de Augusto Manuel Alves da Veiga, *Livro de Certidões de Idade – 1834-1890*, n.º 343 e verso, Arquivo da Universidade de Coimbra.

<sup>4</sup> Atente-se à seguinte passagem: “Como todos nós, os provincianos, havia recebido uma educação exuberantemente religiosa, e quasi inteiramente subordinada às invenções e preconceitos theologicos. Em Coimbra foi-se pouco e pouco desprendendo d’essas preocupações infantis e libertando da *tutela* theologica, para entrar na phase da sua *emancipação* metaphysica e revolucionaria, da qual não saiu inteiramente.” (Manuel Emídio Garcia citado no artigo “O dr. Augusto Manuel Alves da Veiga”, *A Tarde*, III Anno, n.º 646, 13-01-1891, p. 1)

As impressões que lhe ficam da sua infância passada na verdejante província transmontana são fortes, marcando-lhe o carácter. Testemunha quem o conheceu de perto, que o seu semblante, normalmente de aspecto sombrio e melancólico, só em contacto com a natureza se tornava alegre e expansivo. Os passeios no campo eram por ele usados como panaceia para os revezes da vida, servindo, nas suas próprias palavras para “libertar-se do ruído aturdidor e das exigências artificiais e impertinentes imposições de uma sociedade turbulenta muitas vezes cruelmente motejadora e soberamente incommoda.”<sup>5</sup>

Chegado à idade de ingressar no ensino, Alves da Veiga inaugura o seu percurso de estudante na sede de distrito, Bragança, revelando-se desde as primeiras aulas um esmerado aluno de “grande inteligência e dedicação ao estudo”.<sup>6</sup> Nessa mesma cidade, priva com Manuel Emídio Garcia,<sup>7</sup> onze anos mais velho, ao tempo já doutorado e lente na Universidade de Coimbra.

Em 1864, o professor consegue convencer o jovem Alves da Veiga, então de 15 anos de idade, a deixar para trás as paisagens transmontanas e a partir rumo a Coimbra, a fim de completar os seus estudos preparatórios e preparar a entrada na Universidade.

## 1.2 - Um estudante em Coimbra

A chegada a Coimbra representa uma etapa marcante na vida de Alves da Veiga. É nesta cidade que o jovem aluno aprofunda o interesse pelos grandes debates filosóficos que marcam o século XIX, “lendo com avidez e meditando com paciente reflexão as obras dos mais ilustres filósofos e dos mais notáveis publicistas”.<sup>8</sup>

Um dos primeiros autores a prender a atenção de Alves da Veiga é Immanuel Kant, como o comprova a sua primeira iniciativa como publicista. Em 1867, ainda estudante liceal, participa na fundação e redacção do jornal *O Lyceu: semanario científico e litterario*, em conjunto com os colegas Mascarenhas Pedroso, Campos Carvalho, J. Palmela, e o seu futuro companheiro de propaganda política, Alves de Moraes.

<sup>5</sup> Manuel Emídio Garcia citado no artigo “O dr. Augusto Manuel Alves da Veiga”, *A Tarde*, III Anno, n.º 646, 13-01-1891, p. 1

<sup>6</sup> Francisco Manuel Alves, Reitor de Baçal, *Os Notáveis: Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, p. 587.

<sup>7</sup> Provavelmente conhecem-se através de Leonardo Emídio Garcia, pai de Manuel, que exercia o professorado em Bragança.

<sup>8</sup> “O dr. Augusto Manuel Alves da Veiga”, *A Tarde*, III Anno, n.º 646, 13-01-1891, p. 1.

Contando somente 18 anos, Alves da Veiga assina um conjunto de artigos que ilustram bem a sua capacidade intelectual e conhecimentos literários. São publicados sequencialmente em vários números do semanário liceal, sob o título genérico “Ensaio sobre Philosophia Alemã – Kant e sua escola” e reportam às virtudes e limitações da doutrina kantiana.

O interesse do jovem estudante pelo pensamento de Kant, bem como de Hegel e de outros expoentes do racionalismo e subjectivismo alemão, persistirá no futuro, não obstante o entrecruzar de outras correntes doutrinárias legível nos seus textos.

O trabalho que apresenta enquanto relator no âmbito da cadeira de Direito Administrativo, no 3.º ano da faculdade, em 1872, *Estudos de Philosophia Política feitos em 1871-1872 por uma das Comissões do 3.º Anno* atesta que à época “a sua orientação mental era fundamentalmente metaphysica.”<sup>9</sup>

A par do seu interesse pela filosofia, e por outras matérias como a história, é nesta mesma época que as questões políticas começam a entusiasmar o jovem aluno.

Com a sua entrada no mundo universitário, concretizada pela matrícula na Faculdade de Direito no ano lectivo de 1869-70, Alves da Veiga tem oportunidade de aprofundar o seu conhecimento e o seu entendimento sobre as convulsões políticas que agitam a Europa na transição da década de 60 para a de 70. Em especial, são os acontecimentos que afectam os vizinhos países latinos, a Espanha e a França, que entusiasma e marcam a geração de universitários a que Alves da Veiga pertence. Na Espanha, a Revolução de 1868 resulta na abdicação de Isabel II e na vacatura do trono, abrindo caminho nos dois lados da fronteira peninsular ao reacender de polémicas e especulações de pendor iberista. Em França, sucedem, entre Março e Maio de 1871, os dramáticos acontecimentos da Comuna de Paris. José Falcão, republicano, professor na Universidade de Coimbra, publica um opúsculo sobre a movimentação parisiense, que produz *grande eferescência*<sup>10</sup> no meio académico.

Estes mesmos acontecimentos entusiasma um grupo de intelectuais vanguardista um pouco mais velhos, na maior parte ligados à geração académica de 1865 e aos

---

<sup>9</sup> Emídio Garcia, “Dr. Augusto Manuel Alves da Veiga”, *Galeria Republicana*, n.º 14, Julho – 1882, 1.º Anno, p. 3.

<sup>10</sup> A expressão é de Magalhães Lima na obra *Episódios da Minha Vida*, p. 96.

acontecimentos que rodearam a chamada *Questão Coimbrã*, movimento liderado por Antero de Quental, com o apoio de Teófilo Braga.<sup>11</sup>

De facto, a par da velha guarda de precursores republicanos da década de 40, surge, no panorama ideológico português, no decurso dos anos 60, uma plêiade de jovens aberta à assimilação de novos ideais, que uma maior facilidade nas comunicações ajuda a propagar.<sup>12</sup>

O combate contra o regime político vigente e a defesa de um republicanismo de pendor socializante<sup>13</sup> é, nesse tempo, comum a José Falcão, Manuel Emídio Garcia, Manuel de Arriaga, Eça de Queirós, entre outros, para além dos citados Antero e Teófilo.

As Conferências Democráticas do Casino Lisbonense são organizadas sob a égide de algumas destas mentes brilhantes. A primeira delas é proferida a 27 de Maio de 1871 por Antero, sob o tema *Causas da decadência dos Povos Peninsulares*.<sup>14</sup>

A mocidade académica de Alves da Veiga irá continuar na trilha desta geração de sessenta, dando continuidade aos ideais políticos vanguardistas.

Em Coimbra, o lente Emídio Garcia funda, em 1870, *O Trabalho*,<sup>15</sup> primeiro periódico de expressão republicana a figurar nesta cidade, e vai promovendo, na sua própria casa, encontros com os universitários aderentes à fé republicana. Alves da Veiga é decerto um deles. Por esse tempo, a sua profissão de fé republicana está já consumada, mantendo-se inabalável até aos últimos dias da existência.

Em Maio de 1873, dois meses depois da implantação da primeira República espanhola (a 12 de Fevereiro), e inspirado na mesma, Alves da Veiga funda em

<sup>11</sup> A partir de 1868, parte deste grupo de estudantes conimbricenses, a que se juntam outros intelectuais como Oliveira Martins, Augusto Fuschini, Ramalho Ortigão e Augusto Soromenho, reúnem-se em Lisboa, constituindo um grupo que ficará conhecido como o *Cenáculo*, espécie de *confraria de boémia e de arte*, de que José Fontana *pobre rapaz, obscuro caixeiro de livraria* fará um instrumento de luta séria, lançando-o na acção. É do seio deste grupo que parte a iniciativa de organização das Conferências do Casino, anunciadas no dia 29 de Abril de 1871, tendo o respectivo programa sido divulgado no dia 16 de Maio seguinte. (Cf. “A Obra da Propaganda Republicana pelo Dr. Lopes de Oliveira”, Luís de Montalvor, *História do Regimen Republicano em Portugal*, Volume II, pp. 38-39).

<sup>12</sup> Na sua obra *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Teófilo Braga faz a identificação da Questão Coimbrã, traduzida essencialmente na crítica dos valores literários do romantismo, com a propagação dos ideais democráticos, ambos relacionados com a introdução de valores modernos no país e com um subsequente questionamento do *modus sensibilis* lusitano.

<sup>13</sup> A publicação *A Republica – jornal da democracia portuguesa* de 1870, que inclui entre o seu leque de colaboradores Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz, Luciano Cordeiro, Manuel de Arriaga e Batalha Reis, ilustra o idealismo desta geração.

<sup>14</sup> Nesta data, não estava ainda consumado o divórcio entre as facções socialista e republicana, que a quezília, entre os antigos companheiros de casa e estudos, Teófilo e Antero, simbolicamente irá representar. Será a partir de 1875, após o Congresso de Haia, que os socialistas, até então confundidos com a ala radical-federalista do movimento republicano, se separam, fundando o Partido Socialista a 10 de Junho desse mesmo ano, e o seu órgão jornalístico *O Protesto*.

<sup>15</sup> Publicado entre 17 de Março e 20 de Junho desse ano.

colaboração com os colegas de faculdade Magalhães Lima, Alves de Moraes e Almeida Ribeiro, o semanário *Republica Portuguesa: Órgão do Partido Republicano de Coimbra*. Os artigos que assina, com a chancela *A.V.*, confirmam não só a sua militância republicana, mas igualmente a sua filiação a uma tendência comum a significativa parte das doutrinas políticas do século XIX: a adesão a projectos de base federalista.

Comentando os acontecimentos ocorridos recentemente na vizinha Espanha, Alves da Veiga proclama, no artigo “Politica Internacional”, publicado no número 7 desse periódico: “O dia 8 de junho, em que a Constituição afirmou conscienciosa e serenamente a forma mais elevada da Democracia – a Democracia federal, é o maior dia que tem visto este povo”.<sup>16</sup>

Os protagonistas dos movimentos revolucionários europeus, e em especial os autores da intentona republicana espanhola, surgem aos impressionáveis olhos dos jovens estudantes como verdadeiros heróis. O testemunho que Magalhães Lima dá na obra *Episódios da Minha Vida*, publicada nos serôdios anos da sua vida, é emblemático desse sentir: “Aqueles homens, verdadeiros símbolos, resumiam os acontecimentos da época. A sua palavra era para nós um Evangelho, e as suas lições ficaram para todo o sempre gravadas no nosso espirito. Ainda recordo o entusiasmo com que li as *Nacionalidades*, obra prima de Pi y Margall, e como segui a sua propaganda tão claramente exposta e tão acessível ao povo.”<sup>17</sup>

Para além das referências além-fronteiras, os redactores da *Republica Portuguesa* procuram estreitar relações com os militantes republicanos de Lisboa e em especial com a facção mais radical, que segue os ensinamentos federalistas<sup>18</sup> e tem como ponto de encontro usual a “Livraria Internacional”, propriedade de Carrilho Videira.

São os adeptos desta facção que irão tomar a iniciativa de constituir o Centro Republicano Federal de Lisboa e de levar ao prelo, a partir do dia 20 de Junho de 1873,

<sup>16</sup> A. V., “Política Internacional”, *Republica Portuguesa*, Anno de 1873, n.º 7, p. 1.

<sup>17</sup> Magalhães Lima, *ob. cit.*, p. 106.

<sup>18</sup> A proclamação da República espanhola, assim como a consolidação da III República francesa, irão suscitar distintas reacções nos republicanos portugueses, propiciando a diferenciação entre diversas correntes no seio do movimento, sendo possível distinguir, no início da década de 70, pelo menos três agrupamentos na cidade de Lisboa: os federalistas, os democratas e os moderados.

*O Rebate*,<sup>19</sup> órgão jornalístico desse mesmo centro, onde publicam a primeira proposta programática de teor federalista.<sup>20</sup>

Entre os membros do Centro, contam-se, para além do referido Carrilho Videira, Horácio Esk Ferrari, Teófilo Braga e Teixeira de Bastos. A troca de artigos entre estes elementos e os redactores do jornal académico republicano de Coimbra comprovam o seu relacionamento estreito, que encetado nos inícios da década de setenta, perdurará nas décadas seguintes, marcadas pela crescente propaganda e militância republicanas.

A 8 de Junho de 1874, Alves da Veiga realiza os últimos exames da formatura, concluindo com aproveitamento o bacharelato em Direito, e deixa Coimbra.

---

<sup>19</sup> Publicado entre 20-06-1873 e 27-02-1874.

<sup>20</sup> Datada de 22 de Junho de 1873, é de autoria de Horácio Esk Ferrari.

## CAPÍTULO 2 - Activismo e propaganda

### 2.1 - A adesão a meios pacíficos de luta e a organização do republicanismo no Porto

Após a conclusão do curso universitário, Alves da Veiga parte rumo ao Norte.

No entanto, ao invés de regressar à sua terra natal, opta por se fixar no Porto, onde abre banca de advogado.

A impossibilidade de conciliar a actividade do foro com as lides propagandísticas fazem-no contudo abandonar esta actividade, resolvendo dedicar-se ao ensino e a ministrar cursos livres de filosofia e história.

No entretanto, contrai matrimónio com Joana Teixeira “por meio de um auspicioso casamento de afeição”<sup>21</sup> que o liga “a uma respeitável família, com a qual já em Coimbra havia travado relações de affectuosa estima e merecida confiança”.<sup>22</sup> A mulher com quem irá partilhar as benesses e desditas da vida, ocupa-se dos lazeres domésticos e da educação dos seis filhos que o casal gera: Belmira, Alfredo, Augusto, Laura, Alberto e Ana.<sup>23</sup>

O activismo político, entretanto, não é esquecido nem descurado. Entre outras facetas do mesmo, Alves da Veiga envolve-se na imprensa partidária, que sofre uma notável expansão durante esses anos, dando vazão a essa “tendência irresistível e, podemos dizer, esta sua paixão predominante pelas lutas da imprensa”.<sup>24</sup>

Em 1875 e 1876 colabora como redactor no periódico republicano portuense *A Actualidade*,<sup>25</sup> propriedade de Morais Sarmiento, que, nos primeiros anos de publicação angaria também o contributo de Teófilo Braga. Em 1878, publica artigos no jornal *O Partido do Povo* de Manuel Emídio Garcia, seu amigo e mestre. O seu nome surge

---

<sup>21</sup> Emídio Garcia, “Dr. Augusto Manuel Alves da Veiga”, Galeria Republicana, 1.º anno, N.º 14, Julho 1882, p. 2.

<sup>22</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>23</sup> Vide árvore genealógica da família Alves da Veiga na página seguinte, elaborada de acordo com testemunho oral e escrito da bisneta Maria Fernanda Alves da Veiga de Oliveira e respectiva família. A título de curiosidade, entre os respectivos descendentes de Alves da Veiga foi transmitida a história de que o mesmo terá escolhido os nomes dos filhos com a intenção das respectivas iniciais formarem o vocábulo BALA. Uma bala simbólica apontada à monarquia e destinada a prostrá-la. Quando os mais novos, Alberto e Ana, nasceram decidiu manter a inicial “A”, para não perder a entoação desse vocábulo.

<sup>24</sup> Emídio Garcia, *ob. cit.*, p. 2.

<sup>25</sup> Fundado em 1874 (o n.º 1 sai a 1 de Fevereiro), o periódico *A Actualidade* continuará a ser publicado até 1891 (n.º 179 – 31/07/1891) pela Imprensa Portuguesa, com sede no Porto.

também entre a lista de cooperadores da iniciativa editorial de Ernesto Pires, *O Republicano*, que começa a ser publicado no Porto a partir do dia 12 de Julho de 1880. Seguir-se-á um empenhado esforço publicista no jornal *O Seculo*, do colega de faculdade Magalhães Lima, que começa a ser publicado na capital do país a partir de 1881, e se torna uma das folhas mais emblemáticas da luta republicana. E, ainda nos primeiros anos da década de 80, Alves da Veiga assume a direcção do diário *A Discussão*, no qual confirma o seu talento jornalístico.

O teor dos seus escritos, à medida que os anos vão passando, indicia o amadurecimento de ideias e ideais. Nos artigos propagandísticos que assina enquanto estudante, nos primeiros anos da década de 70, o discurso é marcadamente emotivo e especulativo. Já os textos que publica, a partir de meados da mesma década, revelam um maior cuidado com questões de natureza ideológica e pragmática, aspecto que pode ser associado, não só à actividade de propagação da mensagem republicana, mas igualmente à entrada no jugo eleitoral.

Durante as décadas de 70 e 80, Alves da Veiga filia-se na estratégia legalista e pacifista de activismo político, como de resto sucede com a maioria dos republicanos. A convicção na inevitabilidade da implantação da República, que a crença evolucionista e a filosofia positivista ajudam a veicular, retira sentido à adopção de iniciativas mais enérgicas e violentas.

As locuções que profere no dia 20 de Outubro de 1877, no âmbito duma reunião extraordinária do Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto, são designativas desta posição. A certa altura da sua intervenção, refere o reconhecimento público do republicanismo como “um partido de ordem e progresso, que procura a realização de reformas reclamadas pelo estado da sociedade em que vivemos”,<sup>26</sup> a empreender com base na descoberta dos “principios mais elevados da sciencia do governo”.<sup>27</sup> Cita argumentos de ordem científica, a par de indícios retirados da evolução histórica nacional para justificar essa “lucta a um tempo com a tradição monarchica e theologica, com o

---

<sup>26</sup> A. M. Alves da Veiga, *Discurso Pronunciado na Assembléa Geral do Centro Eleitoral Republicano Democratico do Porto na Noute de 20 de Outubro de 1877*, p. 5.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 6.



Estado onnipotente e com a Igreja reaccionaria”,<sup>28</sup> cujas armas são a “lucta pacifica e legal no campo da eleição”<sup>29</sup> e a “discussão e livre exame”.<sup>30</sup>

É de acordo com esta lógica que Alves da Veiga se empenha no trabalho propagandístico e doutrinador, organizando e participando em comícios e reuniões, realizando viagens por todo o país e até pelo estrangeiro, e redigindo um sem número de artigos e opúsculos.

A partir de Agosto de 1876, dando resposta ao apelo dos correligionários de Lisboa, começa a reunir os elementos afectos ao sistema republicano da cidade invicta até então dispersos e funda o aludido Centro Eleitoral. A publicação de uma circular-manifesto, no dia 1 de Dezembro do mesmo ano, marca a constituição formal dessa primeira agremiação republicana do Porto. Um dos seus membros mais notáveis, José Rodrigues de Sampaio (Bruno), numa obra publicada em 1905 intitulada *Os Modernos Publicistas Portugueses*, referia-se nos seguintes termos aos seus promotores: “Poucos eram, porém, então os republicanos portuenses agremiados, mas a escassez da quantidade encontrava-se brilhantemente compensada pelo lustre da qualidade.”<sup>31</sup>

Nas eleições de Outubro de 1878, o Centro portuense apoia a candidatura do ex-reformista e recém-filiado Rodrigues de Freitas,<sup>32</sup> que ganha o círculo central da cidade do Porto e se torna, deste modo, o primeiro republicano a figurar entre os membros do Parlamento português.

Num artigo que subscreve, em Fevereiro desse ano, no n.º 1 do jornal *Partido do Povo: semanario democratico*,<sup>33</sup> Alves da Veiga relata os trabalhos de organização dessa

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, pp. 12-13.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, p. 14.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem*, p. 5.

<sup>31</sup> José Pereira de Sampaio (Bruno), *Os Modernos Publicistas Portugueses*, p. 268.

<sup>32</sup> José Rodrigues de Freitas (Porto, 1840-ib., 1896), à época publicista e professor na Academia Politécnica do Porto, havia anunciado publicamente a sua filiação no republicanismo dois anos antes, numa reunião realizada no teatro do Príncipe Real, no Porto, no dia 16 de Julho de 1876. (Cf. Heliodoro Salgado, *A Insurreição de Janeiro: Historia, Filiação, Causas e Justificação do Movimento Revolucionario no Porto*, p. 44). Apresenta a sua candidatura republicana num comício decorrido a 14 de Julho de 1878. Para além da candidatura deste portuense, são igualmente candidatos às eleições de 1878: Manuel de Arriaga (pelo círculo 96) Latino Coelho (círculo 97), Carrilho Videira (círculo 110) e Teixeira Bastos (círculo 107). (Cf. Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, pp. 115-118).

<sup>33</sup> O primeiro número deste jornal dirigido por Manuel Emídio Garcia, sai no dia 8 Fevereiro de 1878. É publicado até Maio de 1879 na cidade de Coimbra. Mais tarde é transferido para Lisboa, onde a publicação recomeça no dia 3 de Fevereiro de 1880, sob o título *O Partido do Povo: Folha Republicana*. Representou um claro exemplo da associação entre a proposta republicana e os princípios advogados pelo positivismo. Nas parangonas da edição alfacinha surgem inscritos os motes: “Verdade e Justiça” e “Ordem e Progresso”. Entre os redactores deste periódico contam-se, para além de Garcia e Veiga: Latino Coelho, Rodrigues de Freitas, Bernardino Pinheiro, Eduardo Maia, Jacinto Nunes, Vitorino da Mota, Marques Lobo e Feio Terenas.

façanha eleitoral,<sup>34</sup> ao mesmo tempo que enaltece as iniciativas de propaganda e evangelização democrática promovidos pela agrupação que dirige.<sup>35</sup>

A actividade desenvolvida pelo Centro do Porto integra-se na *fase qualitativamente nova*<sup>36</sup> em que o movimento republicano ingressa durante os anos 70 do século XIX, resultado, tanto dos estímulos externos já referidos (os eventos revolucionários de cariz republicano sucedidos em vários países europeus, e mais concretamente em Espanha e na França), como de condicionantes internas. Entre as últimas, podemos destacar, por um lado, a crise das facções partidárias monárquicas,<sup>37</sup> que o republicanismo aproveita no sentido de se consolidar como alternativa política, recrudescendo a sua militância, e, por outro, a benevolência com que os governos da época tratam esse reduzido grupo de idealistas, cuja actividade se lhes afigura, por ora, inofensiva e pouco expressiva.

O decénio de setenta representa, assim, o início de um processo continuado de militância que, não obstante os revezes sofridos, conseguirá desembocar, quatro décadas depois, no derrube do regime monárquico, vigente desde a fundação da nacionalidade.

Tal processo assume um semblante distinto das manifestações de republicanismo antecedentes, de cunho eminentemente episódico, resultantes de conjunturas pontuais e da iniciativa de reduzidos grupos de visionários, cujo vanguardismo é recompensado com apelidos jocosos como a *Conspiração das Hidras* ou o *Clube dos Lunáticos*.<sup>38</sup>

Alves da Veiga participa neste processo expansivo do republicanismo, tornando-se uma das figuras proeminentes do mesmo, mercê, entre outros factores, da rede de

<sup>34</sup> Apesar de efusivamente festejado pelos seus sequeiros republicanos, o feito eleitoral conseguido por Rodrigues de Freitas terá tido, todavia, mais a dever ao prestígio de que gozava então na cidade do Porto, do que à sua adesão ao campo republicano, cuja base eleitoral de apoio era então marcadamente insignificante.

<sup>35</sup> Assina o artigo intitulado "Revista do Porto", enquanto vice-presidente do directório do Centro portuense.

<sup>36</sup> A expressão é de Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, p. 21.

<sup>37</sup> A 7 de Setembro de 1876, os dois grandes agrupamentos partidários de esquerda, o Partido Histórico e o Partido Reformista, opositores ao dominante Partido Regenerador, de Fontes Pereira de Melo, firmam um acordo na Praia da Granja, estância de veraneio então na moda, fundindo-se no novo Partido Progressista, sob a liderança de Anselmo José Braancamp. Esse acordo ficará conhecido como o Pacto da Granja. Numa fase inicial, algumas figuras dominantes do republicanismo chegam a equacionar uma associação ou coligação com este novo Partido, de feição liberal, mas irreconciliáveis questões ideológicas, e mesmo pessoais, acabam por condicionar esse intento e impulsionar a demarcação do republicanismo como opção política independente.

<sup>38</sup> Estimulados pelo ambiente verdadeiramente revolucionário que então se vive na Europa, António de Oliveira Marreca, António Rodrigues Sampaio e José Estêvão de Magalhães formam, em Maio de 1848, um género de *comissão* ou *junta revolucionária* que planeia a implantação da república no país, procurando recolher a adesão tanto de elementos civis como militares. Ao projecto falhado desse triunvirato e dos seus apoiantes é dado o apelido de *A Conspiração das Hidras*. De entre esses três elementos, só Oliveira Marreca se manterá fiel ao ideal republicano. Na década de 60, reaparece a presidir o *Club dos Lunáticos*, centro formado no Pátio dos Salemas que reúne um grupo notável de intelectualidades, contando com nomes como Sousa Brandão, Gilberto Rola, Saraiva de Carvalho e Elias Garcia.

contactos que herda da sua vivência universitária, a que soma novas amizades estabelecidas no decurso da sua intensa actividade militante e propagandística.

Uma das ligações mais polémicas que estabelece na capital do norte é com Henrique José dos Santos Cardoso.<sup>39</sup> Em 1877, este último publica uma edição de conteúdo controverso intitulada *Verdades de Sangue*, cujo texto é precedido por dois juízos críticos, um subscrito por Alves da Veiga e outro por Pedro Amorim Viana. No caso de Viana é patente o tom de reprovação à iniciativa editorial de Santos Cardoso, ao contrário do que sucede com a apreciação elogiosa de Alves da Veiga, que destaca o valor arrojado da obra, na qual se combate de forma virulenta o regime político vigente e a figura real. “Muitos estranharão a violencia das suas palavras, que parecem faiscas d’um coração eletrizado, e a franqueza das suas convicções que tanto se distanceam dos sentimentos predominantes no seio das altas classes sociaes. (...) Eu, pelo contrario, vejo justamente n’isso o merecimento das *Verdades de Sangue*, que considero como um dos livros mais arrojados que se tem publicado no paiz.”<sup>40</sup> Esse comerciante portuense, década e meia mais tarde, partilhará com o nosso autor a responsabilidade pela organização do movimento insurreccional de 1891.

Para além das ligações pessoais e partidárias, aspectos como a competência enquanto publicista e orador, a idoneidade do carácter cordial e austero ou a condição social de proprietário abastado, jurista e professor, justificam, segundo o testemunho dos seus contemporâneos, o reconhecimento que o transmontano vai granjeando. São vários os registos com feição lisonjeira que encontramos em publicações da época.<sup>41</sup> Entre estes

<sup>39</sup> Em reunião celebrada no dia 1 de Fevereiro de 1878, Henrique José dos Santos Cardoso (Vila Flor, 1842–Porto, 1899) é um dos elementos eleitos para o directório do Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto, eleição essa em que são igualmente sufragados Oliveira Martins (na época, ainda associado à causa republicana), Augusto Luso da Silva, Alexandre Braga, M. J. Teixeira e Augusto Feliciano Teixeira. A reunião é presidida por Rodrigues de Freitas e conta igualmente com a intervenção de Alves da Veiga, enquanto vice-presidente do directório. (Cf. A. da Veiga, “Revista do Porto”, *O Partido do Povo*, 1.º Anno, n.º 1, Fevereiro de 1878, p. 7).

<sup>40</sup> Alves da Veiga, Carta de 01-10-1877, in Introdução a Henrique José dos Santos Cardoso, *Verdades de Sangue*.

<sup>41</sup> Transcrevemos, a título exemplificativo, e salvaguardados os naturais excessos e empolamentos propagandísticos ou eleitoralistas, as seguintes passagens: “um advogado distinctissimo e um pensador de primeira ordem” (Magalhães Lima, “A Nossa Situação”, *O Seculo*, 1.º Anno, n.º 56, 13-03-1881, p. 1); “confiando o seu pequedo bigode, dando um ar sereno á sua agradável phisionomia, alenta, com a sua palavra facil e brilhantissima, todos os seus numerosos amigos (...) Advogado distinto, jornalista vigoroso, professor consumado, infunde consideração a quantos o conhecem; bom cidadão, exemplarissimo chefe de familia, optimo collega e amigo, consegue a estima e a sincera amizade de quantos tem a fortuna de com elle conviver” (E. P., “Os Candidatos Republicanos pelo Porto”, *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 162, 15-06-1884, p. 1); “Um jurisconsulto dos mais distinctos, que se tem tornado popularissimo em todo o norte do paiz (...) Intelligencia largamente cultivada, possuindo uma vastissima erudição historica e philosophica (...) tem o cunho do orador completo perfeito de uma eloquencia tievivel que se amolda facilmente aos assumptos e aos auditórios” (Ricardo Moreno, “Dr. Alves da Veiga”, *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 164, 18-6-1884, p. 1); “proferiu um discurso eloquente e brilhantissimo, como sabe produzil-os aquelle espirito superior, aquelle vasto talento, tão provado em trabalhos d’esta ordem, sendo phreneticamente applaudido pelo povo, e abraçado por numerosos amigos” (*A Era Nova*, 4.º Anno, n.º 323, 04-11-1884, p. 1).

sobranceia o artigo que Emídio Garcia ortografa em 1882 para a Galeria Republicana, e no qual, entre outras lisonjas, atribui a Alves da Veiga o epíteto de “uma das mais distintas individualidades do partido republicano português”.<sup>42</sup>

Também João Chagas, outro companheiro na aventura revolucionária de 1891, coloca o nome de Alves da Veiga em patamar idêntico aos de Latino Coelho, José Elias Garcia, Sousa Brandão, Rodrigues de Freitas, Manuel de Arriaga, Bernardino Pinheiro e Teófilo Braga, figuras de proa do republicanismo, e observa: “a serena coragem e a discreta fidelidade d’estes apologistas de uma forma de governo, que, pelo facto de ser apenas sonhada, não parecia de nenhuma maneira destinada a vir um dia a premiar o seu amor e o seu sacrifício, cercava-os de uma como que aureola de grandeza moral e impunha-os ao respeito de todos, mesmo ao d’aquelles que os reputavam advogados de uma causa perniciosa ao bem publico.”<sup>43</sup>

O expansionismo da nova proposta política fica indissolivelmente associado aos esforços desse restrito número de evangelizadores e seus sequazes, o qual, apostando na palavra escrita e falada como meio privilegiado de transmissão do seu credo, ficará conhecido como a “geração doutrinária”.

## 2.2 - Do clubismo à uniformização estratégica

O progressivo acréscimo no número de organizações, a proliferação de jornais, revistas e todo o tipo de iniciativas publicitárias e panfletárias, a realização de comícios, sessões de esclarecimento, reuniões e encontros, a organização e apresentação de candidaturas em diversos processos eleitorais, são alguns dos principais componentes do esforço propagandístico e doutrinário encetado pelos aderentes à causa republicana nas últimas décadas de Oitocentos.

Não obstante esse empenho, a mobilização republicana circunscreveu-se, nesses anos, a um restrito número de indivíduos, na sua maioria ligados à burocracia estatal, (e, particularmente, ao exército e ao ensino), e ao exercício de profissões liberais,<sup>44</sup> sendo

<sup>42</sup> Emídio Garcia, “Dr. Augusto Manuel Alves da Veiga”, Galeria Republicana, 1.º anno, n.º 14, Julho de 1882, p. 2.

<sup>43</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *História da Revolta do Porto: depoimento de dois “cúmplices”*, pp. 61-62.

<sup>44</sup> Alves da Veiga, no artigo “Revista do Porto”, publicado no primeiro número do *Partido do Povo*, em Fevereiro de 1878, fala da organização do Centro Republicano portuense nestes termos: “esse centro é hoje frequentado por commerciantes de primeira

relativamente insignificante a sua implantação entre as classes populares. Concentrou-se, também, e essencialmente, nos principais núcleos citadinos do país, permanecendo o mundo rural, cerceado pelo analfabetismo<sup>45</sup> e conduzido pelo caciquismo local,<sup>46</sup> alheado das novas propostas político-ideológicas, cujo entendimento era inteligível somente às elites intelectualizadas.

No decurso da vintena de 70 e 80, os clubes e centros assumem fundamental papel propulsor do republicanismo, assumindo o encargo de dinamizar variado tipo de acções, tanto de carácter pedagógico, propagandista, eleitoral, ou mesmo de recreio e auxílio mútuo. Fernando Catroga define estas estruturas como “associações híbridas, uma mistura de sociedades de pensamento, comités eleitorais, escolas e núcleos protopartidários.”<sup>47</sup>

Mas, se o clubismo<sup>48</sup> constitui indubitável factor enérgico do movimento, representa igualmente um obstáculo à implantação concertada da nova alternativa política. Não raras vezes, a formação de novas agremiações representa a diversidade ideológica e a heterogeneidade de princípios que, estando na base de dissidências e questiúnculas, obstam à unificação do movimento e à prossecução de uma estratégia comum de actuação.

Num jantar comemorativo da ascensão militar de Gilberto Rola a coronel, realizado no Hotel dos Embaixadores em 1876, aventa-se pela primeira vez a hipótese de um compromisso entre as principais facções do republicanismo lisiponense, à época moderados, democratas e federalistas, e a afirmação do movimento como uma força política a ter em conta. “Ali nasceu o pensamento da organização do partido republicano em Portugal”<sup>49</sup>. O exemplo dado, em 1874, pelo fracasso da primeira república espanhola, minada por dissensões, contraposto à gradual consolidação da terceira

---

plana, por escriptores, medicos, advogados, proprietarios e homens de todas as profissoes sociaes, que, de dia a dia, se filiam ali”, descrição que é, até certo ponto, emblemática da composição social do movimento republicano português na segunda metade do século XIX.

<sup>45</sup> Em 1885, Magalhães Lima comentava: “Ora em Portugal o analfabeto representa 86 por cento da população, por isso que em quatro milhões e quinhentos mil habitantes existem três milhões, setecentos e cinquenta mil que não sabem ler nem escrever.” (S. de Magalhães Lima, *A Revolta: Protesto e Afirmacões*, p. 22). Volvidas duas décadas, em 1906, João Chagas observava: “Ha em Portugal, segundo a ultima estatística, quatro milhões de analfabetas para cinco milhões de habitantes”. (João Chagas, *As Minhas Razões*, p. 69).

<sup>46</sup> Relativamente à importância do fenómeno do caciquismo local no seio do constitucionalismo liberal português do século XIX ver, entre outras referências: Fernando Catroga, *ob. cit.*, António Pedro G. T. Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*; Luís Vidigal, *Cidadania, Caciquismo e Poder: Portugal, 1890-1916*.

<sup>47</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 19.

<sup>48</sup> Cf. Fernando Catroga, *ob. cit.*, pp. 18-20.

<sup>49</sup> Ladislau Batalha, *A nova inquisição ou o directorio republicano e o seus actos perante a opinião publica*, p. 6.

república francesa, em resultado dos esforços conciliadores e da estratégica “oportunist” de políticos como Gambetta e Thiers, guiam essa aspiração unificante do republicanismo português.

Planeiam-se novos encontros, que decorrem no Largo do Quintela a 18 de Março e na Rua da Rosa passados dias. No decurso destas sessões, os representantes das diversas facções deliberam, não sem polémicas, a formação do Centro Republicano Democrático e os estatutos desta nova agremiação.

À carta-circular que o novo Centro publica, em Agosto de 1876, apelando ao recrutamento da militância, respondem os republicanos do resto do país com a já referida proliferação de periódicos, organizações e outras iniciativas.

O Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto é constituído na senda deste processo.

Contudo, os novos núcleos regionais, formam-se e operam “polarizados à volta de notáveis”,<sup>50</sup> e não deixam de “reivindicar a sua independência político-ideológica”,<sup>51</sup> mantendo os seus próprios estatutos e gozando “de plena autonomia em relação a Lisboa”.<sup>52</sup>

Esta primeira tentativa de institucionalização do movimento como partido falha, caindo-se em “situação de dissídio igual (ou superior) à existente antes de 1876”.<sup>53</sup>

Em Lisboa, o Centro Republicano Democrático vai sendo minado por divergências, dando origem a uma reestruturação da rede orgânica que, nos finais da década de 70, sai composta pelos regeneradores, elementos que se mantém associados a esse Centro; pelos federalistas, instalados num novo Centro Republicano Federal<sup>54</sup>; pelos progressistas, facção dissidente que constitui o Centro Republicano de Lisboa<sup>55</sup>; e ainda pelo grupo que se manteve associado ao Centro Eleitoral Democrático, em funcionamento desde 1870.

Também no Porto são perceptíveis as cisões no seio dos republicanos.

<sup>50</sup> No Porto: Rodrigues de Freitas, Manuel Francisco Pereira de Sousa, Eduardo Augusto Falcão, José Jerónimo de Faria, Tito de Carvalho Malta, Alves da Veiga. Em Coimbra: Abílio Roque, Emídio Garcia, José Falcão. (Cf. Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 27).

<sup>51</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 27.

<sup>52</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>53</sup> *Idem, ibidem*, p. 26.

<sup>54</sup> Constituído a 2 de Janeiro de 1879 por elementos federalistas expulsos do Centro Republicano Democrático, caso de Ladislau Batalha, Carrilho Videira e Cecílio de Sousa, contou também entre os seus elementos com Teixeira Bastos, Horácio Esk Ferrari, Manuel Goulart de Medeiros, Manuel de Arriaga e Teófilo Braga, entre outros.

<sup>55</sup> Fundado a 4 de Janeiro de 1879, foi presidido por Oliveira Marreca.

No dia 5 de Julho de 1879 assiste-se à fundação de um Centro Republicano Radical, que evidencia o distanciamento de uma ala mais irreverente.

A constituição formal do Centro Republicano Democrático do Porto através da publicação de circular datada de 1 de Dezembro de 1878,<sup>56</sup> reforça a iniciativa clubista de 1876. Na publicação *O Tripeiro*, num artigo intitulado “O Partido Republicano do Porto: Subsídios para a sua historia”,<sup>57</sup> faz-se menção à constituição desse Centro, apontando como seu primeiro inscrito o Dr. Alves da Veiga. Aparecem também, entre os afiliados: Pedro Rocha, Rodrigues de Freitas, Oliveira Martins, José Sampaio (Bruno) e Emídio de Oliveira.

Nova separação ocorre em meados da década de 80 no seio deste último grémio, diferenciando-se uma “corrente conservadora e outra avançada: aquella continuou no Centro, tendo por chefe o dr. Alves da Veiga, e esta formou o Club de Propaganda Democratica do Norte”.<sup>58</sup> Os dissidentes, que se tornam nas figuras principais do novo Club, incluem Sampaio (Bruno), Basílio Teles e Emídio de Oliveira, que, se afastam por entenderem “conservadora a facção Alves da Veiga”,<sup>59</sup> face ao entendimento e relacionamento estreito que mantém com “cavalheiros respeitaveis e abastados capitalistas”.<sup>60</sup>

O processo de convergência que irá desaguar na institucionalização do partido republicano acaba por se consolidar somente no início da década de 80, entre os anos de 1881 e 1883.

### 2.3 - A formação do Partido Republicano e a via legalista de acesso ao poder

Demarcada a proposta socialista, afastadas as tentações coligativas com as facções monárquicas, feita a opção pela via legalista e pacífica de acção política e ponderada a entrada no jugo eleitoral, os arautos do republicanismo procuram conciliar as várias posições ideológicas, as disputas pessoais e as dissensões clubistas sob a alçada de uma única força dirigente e de uma unívoca proposta programática.

---

<sup>56</sup> Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, pp. 49-50.

<sup>57</sup> “O Partido Republicano do Porto: Subsídios para a sua historia”, *O Tripeiro*, 3.º Anno, n.º 89, 20-10-1910, pp. 179-180.

<sup>58</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>59</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>60</sup> *Idem, ibidem.*

As aspirações republicanas vão ganhando novo alento com a repercussão favorável, junto da opinião pública, de iniciativas como a campanha contra o tratado de Lourenço Marques (1879-1881), e de eventos como as comemorações do tricentenário camoniano (1880) e do centenário pombalino (1882), nas quais colaboram activamente os republicanos portuenses.

A mensagem que os republicanos procuram passar é a de associação entre a causa republicana e um exemplar patriotismo, apresentado como antítese à acção nefasta da monarquia, da associada igreja e da centenária aliada Inglaterra, principais responsáveis, no entender do novo grupo político, pelo estado degenerativo do país.

A questão colonial é explorada, nesse sentido, desde a década de 80, e a primeira grande batalha começa com a questão de Lourenço Marques.

O plano esboçado por Andrade Corvo e pelo representante inglês Mourier, que se traduz na assinatura de um Tratado em Maio de 1879, é incompreendido pela opinião pública dos dois países.<sup>61</sup>

Os republicanos aproveitam a oportunidade para desenvolver uma intensa campanha de protesto, ostentando os termos tratadísticos como uma cedência e uma afronta à honra nacional. A primeira manifestação é da iniciativa de Cecílio de Sousa no diário *O Trinta*, sendo prontamente secundado por Magalhães Lima na folha *O Seculo*.<sup>62</sup> Os comícios sucedem-se. A 5 de Março de 1881 em Lisboa, no Olival, sendo repetido a 13 do mesmo mês, num recinto da rua de S. Bento.<sup>63</sup> No dia 6 em Coimbra. E a 27 de Março no Porto.

O grande comício portuense é presidido por Alves da Veiga e agalanado com a participação de Augusto Rocha, Manuel de Arriaga e Magalhães Lima. Anunciado o objectivo da iniciativa, este traduzir-se-ia na protestação “contra o ignominioso tratado de

<sup>61</sup> Os termos do Tratado previam a confirmação da posse da baía de Lourenço Marques, importante porto da costa oriental africana por Portugal (posse essa já anteriormente reconhecida em resultado da mediação do presidente francês Mac-Mahon), bem como o apoio inglês na construção do caminho-de-ferro ligando o território português ao vizinho Transval e nas obras de recuperação do porto. Em troca, Portugal daria livre passagem e circulação aos ingleses, nomeadamente para fins comerciais. O Tratado é atacado em ambos os países, não chegando a ser ratificado.

<sup>62</sup> Testemunha o seu director que “o Seculo deveu principalmente a sua existência á campanha empreendida contra o tratado de Lourenço Marques, estando no poder o govêrno progressista, em Março de 1881”, obedecendo simultaneamente à preocupação de “aproximar os republicanos dispersos pelo país, dar unidade de pensamento e de acção a uma causa”. (Cf. Magalhães Lima, *ob. cit.*, pp. 139 e 157).

<sup>63</sup> Conforme relatado na nota “Discurso do dr. Alves da Veiga, que foi entusiasticamente recebido no comicio de S. Bento”, publicada no n.º 57 do jornal *O Seculo*, a 15 de Março de 1881, Alves da Veiga participa nesta iniciativa dos seus homólogos alfacinhas como um dos oradores convidados.



Lourenço Marques”<sup>64</sup> e em “afirmar a independencia do partido republicano”<sup>65</sup> entre os demais, ao, alegadamente, demandar isolado “o fim patriotico de não deixar consummar o enorme attentado à nossa soberania em Africa.”<sup>66</sup> No final do concorrido Comício,<sup>67</sup> Alves da Veiga é incumbindo de redigir e enviar à Câmara dos Pares um protesto contra o tratado luso-britânico.<sup>68</sup>

A desistência dos governos português e britânico em consumir os trâmites do Tratado é festejada pelos republicanos como uma grande vitória, a somar ao sucesso das comemorações do tricentenário da morte de Camões, festejado no dia 10 de Junho de 1880.<sup>69</sup>

Tanto com a comemoração camoniana, como com a pombalina, procuram fazer a exaltação das grandes figuras da história nacional e das correspondentes épocas fulgentes que lhes estão associadas, pondo em prática os ensinamentos comteanos e littreanos.<sup>70</sup>

Os festejos do tricentenário de Camões, a que adere uma significativa parcela da população de Lisboa, preenchem da melhor forma as mais elevadas expectativas da Comissão responsável pela sua organização, marcada pela presença de algumas figuras preponderantes de filiação democrática, como é o caso de Teófilo Braga e de Magalhães Lima.<sup>71</sup>

<sup>64</sup> *O Seculo*, 1.º Anno, n.º 69, 30-03-1881, p. 1.

<sup>65</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>66</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>67</sup> O redactor d' *O Seculo* estima o número de participantes em mais de 4.000 pessoas.

<sup>68</sup> O texto desse protesto é transcrito no n.º 125 do jornal *O Seculo*, publicado no dia 5 de Junho. No mesmo número, consta um pequeno apontamento intitulado “Lourenço Marques” onde é referida uma missiva de Alves da Veiga, que, em nome do Centro Republicano do Porto, solicita a Manuel de Arriaga, Teófilo Braga e Magalhães Lima “o favor de acceitarem o encargo de irem á camara dos pares em comissao, entregarem ao exm.º sr. presidente d'esta, o protesto aprovado no mencionado comicio” (*O Seculo*, 1.º Anno, n.º 125, 05-06-1881, p. 1).

<sup>69</sup> Data estabelecida de acordo com a documentação descoberta e compilada pelo visconde de Juromenha.

<sup>70</sup> Na obra que Teófilo Braga publica no terceiro ano da década de 70, com o título *História de Camões. Parte I. Vida de Luís de Camões* (Porto, 1873), transparece o novo sentido que dá à vida e obra do épico, enquanto representante máximo de um sentir nacional e “ponto fulcral de uma doutrina laica e antimonárquica da história nacional”, apresentando e defendendo uma nova concepção da figura camoniana que apelida de *positiva* (Jorge Borges de Macedo, “Camões – símbolo e mito no século XIX Português: da erecção da estátua ao Tricentenário (1867-1880)”, João Medina (dir.), *ob. cit.*, Volume XI, pp. 73-110).

<sup>71</sup> Em resposta a um apelo lançado à imprensa no *Comércio de Lisboa* por Luciano Cordeiro, reúnem a 3 de Abril de 1880, representantes de 18 das mais de 40 dezenas de publicações da capital. Nesta reunião, e sobre proposta de Magalhães Lima, os presentes deliberam constituir A Grande Comissão da Imprensa, que se irá impor como órgão mobilizador das comemorações e relevar para segundo plano o papel da Sociedade de Geografia de Lisboa (até então órgão responsável pela dinamização das mesmas), afastando a hipótese de uma comissão oficial. Esta Comissão reúne-se 5 dias depois, contando então com a presença de 47 publicações periódicas. Nesta segunda reunião elegem, de entre os assistentes, uma Comissão Executiva, que fica constituída por Eduardo Coelho, Teófilo Braga, Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Rodrigues da Costa, Magalhães Lima, Batalha Reis, Pinheiro Chagas e R. Pequito, visconde de Juromenha. A escolha dos elementos não deixa de transparecer a preocupação em tornar viável a ligação com o Paço e o poder instituído, mas é inequívoco que o projecto de festividades que apresenta, a 20 de Abril, é expressivo das ideias fundamentais da doutrinação vulgarizada por Teófilo Braga.

A iniciativa é secundada no Porto, muito embora com menor fulgor, segundo testemunha Júlio de Matos em correspondência que troca nessa época com Teófilo.

De menor amplitude e com resultados práticos mais modestos, a comemoração do centénio das exéquias do Marquês de Pombal, apresentado como mente ilustrada introdutora das mais avançadas teorias enciclopédicas (não obstante a sua filiação monárquica e o seu apego às teses de dominância absolutista), procura responder aos mesmos exaltamentos patrióticos, sendo o nome do Marquês utilizado simultaneamente como referencial de um principais motes doutrinários republicanos: a luta anti-jesuítica.

Entre uma extensa panóplia de artigos redigidos por vários colaboradores do jornal *O Século*, inclui-se o texto *A Democracia e o Jesuitismo - Manifesto do Centro Eleitoral Republicano do Porto*, publicado na edição do dia 13 de Fevereiro. Magalhães Lima apresenta este Manifesto “devido á penna do nosso velho amigo e collega d’esta redacção, o dr. Alves da Veiga”<sup>72</sup>, no qual o advogado nortenho sublinha, de entre um conjunto de aspectos nocivos da acção jesuítica: “a influencia pontifical na politica das nações e embaraçar quaesquer reformas no seio do catholicismo autoritário, tradicional, oppondo a inflexibilidade do seus dogmas, definidos no concilio de Trento, ás innovações da sciencia e da critica philosophica.”<sup>73</sup>

Somados os sucessos de tais diligências, que contribuem para a “consolidação de uma mística de oposição”<sup>74</sup>, as falanges republicanas ponderam uma nova tentativa de conciliação nos inícios da década de 80.

As exigências financeiras dos processos eleitoralistas e a necessidade de somar esforços nas acções propagandísticas, entre outros factores, motivam os dirigentes republicanos a procurar ultrapassar o *vício do clubismo*<sup>75</sup> e a apresentar o partido republicano como uma força independente e uma opção crível face ao jugo monárquico.<sup>76</sup>

<sup>72</sup> *O Seculo*, 1.º Anno, n.º 33, 13-02-1881, p. 1.

<sup>73</sup> Alves da Veiga, “A Democracia e o Jesuitismo - Manifesto do Centro Eleitoral Republicano do Porto”, *O Seculo*, 1.º Anno, n.º 33, 13-02-1881, p. 1.

<sup>74</sup> A. J. de Carvalho Homem, “Conciliação e Confronto no Discurso Republicano (1870-1890)”, separata da *Revista de História das Ideias*, Vol. 7, p. 296.

<sup>75</sup> A expressão é utilizada por Teófilo Braga, que considera “esse resto da tradição revolucionária do século XVIII” como “uma das causas que mais embaraça a disciplina dos partidos avançados” (Cf. Teófilo Braga, *ob. cit.*, p. 107).

<sup>76</sup> Mesmo a ala do movimento chefiada por Elias Garcia, que em nome do critério “oportunista” alimenta até ao final da década de 70 uma política de alianças com os partidos monárquicos, acaba por ceder ao processo de unificação do movimento republicano.

Vários passos vão sendo dados no sentido de congregar o esforço antimonárquico. Entre outros, Fernando Catroga<sup>77</sup> destaca a fundação do já citado *O Século*,<sup>78</sup> periódico alfacinha em que é desenvolvida intensa campanha doutrinal a favor da aglutinação republicana, assim como a criação, em Agosto de 1881, da Liga Económica do Partido Republicano, “espécie de caixa mutualista”<sup>79</sup> destinada a “subsidiar as campanhas eleitorais e socorrer os militantes atingidos pela repressão monárquica”.<sup>80</sup>

As cisões entre os principais agrupamentos lisboenses afiguram-se, contudo, difíceis de ultrapassar. As questões de natureza ideológica, como as que separam adeptos do unitarismo do federalismo ou radicais de conservadores, permanecem um obstáculo a esse intuito.<sup>81</sup>

O passo decisivo acaba por ser dado pelos activistas de Coimbra e do Porto. Na cidade nortenha decorre, no dia 2 de Abril de 1882, uma reunião presidida pelo catedrático Manuel Emídio Garcia, na qual são estudadas as possibilidades de unificação do movimento.<sup>82</sup> Alves da Veiga é um dos elementos presentes, enquanto figura dirigente de um dos Centros portuenses.

Em sede desse mesmo encontro, é proposta a organização do primeiro congresso nacional, sendo eleita uma comissão com o fito de dinamizar tal iniciativa, que sai constituída por três elementos do Porto, Alves da Veiga, Júlio de Matos e Manuel José Teixeira, e dois de Coimbra, Emídio Garcia e José Falcão.<sup>83</sup> Como tarefa prioritária, a Comissão assume o encargo de contactar os correligionários espalhados pelos vários

<sup>77</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, pp. 35-42.

<sup>78</sup> A sociedade fundadora deste jornal foi constituída por Magalhães Lima, Trigueiros de Martel, Leão de Oliveira, Anselmo Xavier e João de Almeida Pinto. O número programa saiu no dia 15 de Dezembro de 1880 e o número 1 data de 4 de Janeiro de 1881. Alves da Veiga colaborará activamente no projecto jornalístico dirigido pelo antigo colega de faculdade, pelo menos durante os primeiros anos de publicação, enquanto *O Seculo* mantém “uma orientação radical, revolucionária” (*Cf. Heliodoro Salgado, ob. cit.*, p. 60).

<sup>79</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 36.

<sup>80</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>81</sup> Os artigos assinados por Custódio Martins Pereira e J. Carrilho Videira, respectivamente nos n.º 172 e n.º 173 do periódico *O Partido do Povo*, são ilustrativos destas cisões. Pereira, adepto do unitarismo, propõe: “Então o que nos parece melhor é que federaes e unitarios; nós todos homens de crenças e fé, nos agrupemos em roda do estandarte da republica e cuidemos sem malquerenças pessoaes, nem escusadas e quiçá inoportunas selecções, da organização do grande partido republicano.” (C. M. Pereira, “O Federalismo na Actualidade”, *O Partido do Povo*, 2.º Anno, n.º 172, 10-02-1880, p. 3). Videira contrapõe: “O cidadão Pereira allude ás antigas dissensões do partido republicano e nós respondemos-lhe que esse período foi para todos uma lição proveitosissima. (...) Em 1876 entramos na fusão, como aliados, e ali nos declaramos federaes. Ao recebermos a honra de ser d’ali expulsos (...) retiramos para o nosso posto e nem um só instante deixamos de advogar as doutrinas federaes. (...) Não partilho, nem approvarei nunca a unificação ou fusão do partido republicano, mas sim julgo necessária, salutar e urgente a federação de todos os grupos, por meio de um pacto lealmente combinado e mais lealmente cumprido, conservando cada grupo as suas doutrinas e completa autonomia.” (J. Carrilho Videira, “A Política do Silencio”, *O Partido do Povo*, 2.º Anno, n.º 173, 13-02-1880, p. 4).

<sup>82</sup> Vide “Ephemerides do Movimento Democratico em Portugal”, *O Seculo*, Anno 3.º, n.º 684, 03-04-1883, p. 1.

<sup>83</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 36.

Centros do país, e os notáveis do movimento, que, em grande parte, se encontram adstritos às agremiações alfacinhas.<sup>84</sup>

A solicitação dirigida às individualidades de Lisboa, no sentido de serem eleitos representantes para colaborarem nos trabalhos da Comissão é atendida e, no dia 19 de Abril, juntam-se aos elementos do Porto e de Coimbra, os lisboetas Oliveira Marreca, Teófilo Braga, Bernardino Pinheiro, Latino Coelho e Manuel de Arriaga,<sup>85</sup> que representam os diversos agrupamentos da capital.

No dia 10 de Junho é dado à prensa o “Projecto da organização definitiva do partido republicano portuguez”, subscrito pela Comissão e de que Manuel de Arriaga é relator, consistindo num folheto de 23 páginas onde se procura regulamentar a orgânica partidária.<sup>86</sup>

Amadeu Carvalho Homem destaca a importância de um banquete, realizado no dia 24 do último mês de 1882 e presidido por Oliveira Marreca, que tendo por objectivo festejar a vitória eleitoral de Manuel de Arriaga<sup>87</sup> acaba sendo o móbil para a eleição de “um Directório provisório, formado por delegados de Lisboa e das províncias”,<sup>88</sup> o qual nomeia, por seu turno, uma “comissão organizadora do partido republicano”.<sup>89</sup> Tal Comissão terá reunido dias depois, a 2 de Janeiro de 1883, no Clube Henriques Nogueira<sup>90</sup>, procedendo aos trabalhos de organização do primeiro Congresso Republicano.

É nesse mesmo Clube que, entre os dias 18 e 21 do mês de Junho de 1883, os “delegados de todos os centros e jornaes republicanos da capital, provincias e ilhas”<sup>91</sup> se

<sup>84</sup> Cabe a Alves da Veiga redigir e endossar uma carta, com data de 10 de Abril, “aos cidadãos Oliveira Marreca, Latino Coelho, Sousa Brandão, Elias Garcia, Bernardino Pinheiro, Gilberto Rolla, Theophilo Braga, Magalhães Lima, Manoel d’Arriaga, Jacintho Nunes, Silva Lisboa, Alves Branco e Eduardo Maia”. (“Ephemerides do Movimento Democratico em Portugal”, *O Seculo*, Anno 3.º, n.º 690, 10-04-1883, p. 1)

<sup>85</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 37.

<sup>86</sup> Vide “Ephemerides do Movimento Democratico em Portugal”, *O Seculo*, Anno 3.º, n.º 742, 10-06-1883, p. 1.

<sup>87</sup> Participam no mesmo processo eleitoral: pelo Porto – Alves da Veiga; por Lisboa – Teófilo Braga, Elias Garcia, Manuel de Arriaga e Magalhães Lima; por Coimbra – José Falcão; por Braga – Pereira Caldas; por Setúbal – José Jacintho Nunes; pela Guarda – Alexandre da Conceição; e por Ponta Delgada – Teófilo Braga (Cf. *O Seculo*, 1.º Anno, n.º 168, 30-07-1881, p. 1).

<sup>88</sup> A. J. de Carvalho Homem, “Conciliação e Confronto no Discurso Republicano (1870-1890)”, separata da *Revista de História das Ideias*, Vol. 7, p. 304.

<sup>89</sup> J. Carrilho Videira, “O Congresso Republicano”, *Almanach Republicano para 1885*, p. 32, citado por A. J. de Carvalho Homem, *ob. cit.*, p. 304.

<sup>90</sup> O Clube Henriques Nogueira, inaugurado no dia 23 de Janeiro de 1881, resultou de uma cisão ocorrida no seio do Centro Federal de Lisboa, liderada por Silva Lisboa e Manuel de Arriaga. Por sua vez, o Centro Federal de Lisboa havia sido formado a de Janeiro de 1879, pelo grupo de federalistas expulsos do Centro Republicano Democrático de Lisboa, entre os quais Ladislau Batalha, Carrilho Videira e Cecílio de Sousa. Estes últimos teriam, numa primeira fase, fundado o chamado Clube Mundo Novo (em 03-12-1876) e só posteriormente o referido Centro Federal.

<sup>91</sup> *A Era Nova*, II Anno, n.º 68, 24-06-1883, p. 1.

reúnem num “congresso (que) foi de uma importancia muito além do que podia esperar-se.”<sup>92</sup>

A notícia sobre o Congresso é publicada no jornal de Silva Lisboa, *A Era Nova*, dando conta da tomada de “resoluções definitivas, tendentes a completar e aperfeiçoar a organização interna do partido, e a alargar e desembaraçar o seu campo de acção eleitoral”.<sup>93</sup>

No último dia de trabalhos, é designado o directório nacional do partido, que fica constituído por uma comissão executiva e por um corpo consultivo.<sup>94</sup> Entre os membros eleitos para este último órgão conta-se o nome de Alves da Veiga.

Com a constituição formal do Partido, a participação nos mais diversos processos eleitorais ganha outra significância.<sup>95</sup>

À estreia de Rodrigues de Freitas em 1878,<sup>96</sup> associa-se a vitória de Elias Garcia, nas eleições gerais de 1881 (com o apoio oculto dos regeneradores). O número de candidatos apresentados pelas hostes republicanas sobe para sete, incluindo, além dos já referidos Arriaga e Garcia (por Lisboa): Teófilo Braga por Lisboa e Ponta Delgada, José Falcão por Coimbra, Pereira Caldas por Braga, Alexandre da Conceição pela Guarda e, finalmente, Alves da Veiga pelo Porto.<sup>97</sup> Este “primeiro grande empenhamento eleitoral do movimento republicano”<sup>98</sup> é premiado com um total de 7.778 votos. No ano seguinte, em 1882, Manuel de Arriaga ganha o círculo do Funchal.

Nas eleições de 1884 volta a ser reeleito Elias Garcia, a quem se junta Consiglieri Pedroso, somando ambos cerca de 4.000 votos. Quanto a Arriaga, é derrotado no círculo

<sup>92</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>93</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>94</sup> O Directório representou a união das diversas opções ideológicas e dos principais núcleos regionais. Foram eleitos: José Elias Garcia, Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Sousa Brandão, Teixeira de Queiroz, Consiglieri Pedroso, Bernardino Pinheiro, Sabino de Sousa, Castelo Branco Saraiva e A. P. da Silva Lisboa para a Comissão Executiva; e Oliveira Marreca, Latino Coelho, Rodrigues de Freitas, Latino Coelho, Alves da Veiga, Emídio Garcia, Jacinto Nunes, Anselmo Xavier e José de Sousa Larcher para o Corpo Consultivo (Cf. *A Era Nova*, II Anno, n.º 68, 24-06-1883, p. 1).

<sup>95</sup> O histórico da participação dos republicanos em processos eleitorais remonta pelo menos a 1870, quando nas eleições para a Câmara dos Deputados de Março desse ano, apresentam candidatura Alexandre Herculano, Antero de Quental, João de Deus, Vieira de Castro, Elias Garcia e Jacinto Nunes. (“A Obra da Propaganda Republicana por Lopes de Oliveira”, Luís de Montalvor, *ob. cit.*, Volume II, pp. 41 e 48).

<sup>96</sup> No mesmo evento eleitoral, Elias Garcia perde por apenas 18 votos e os outros candidatos somam cerca de 1500 votos.

<sup>97</sup> Vide *O Seculo*, Anno 1, n.º 168, 30-7-1881, p. 1. No n.º 154 do mesmo jornal, com data de 14 de Julho de 1881, é referido o convite feito a Alves da Veiga para apresentar a sua candidatura. Aceite o convite, os republicanos do Porto organizam um comício “para apresentação do candidato dr. Alves da Veiga, nosso presado collega n’esta redacção”, ao qual preside Manuel Emídio Garcia e que conta com a presença estimada em mais de quatro mil pessoas (Cf. *O Seculo*, 1.º Anno, n.º 154, 14-07-1881, p. 1).

<sup>98</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 65.

funchalense, em sede de forte contestação popular, que reprimida pelas forças policiais, resulta no trágico fuzilamento de sete cidadãos e em mais de noventa detenções.<sup>99</sup>

Os jornais republicanos exploram este episódio de forma contundente. Começam a sentir-se de forma mais acutilante as primeiras atitudes repressivas do poder monárquico. Neste mesmo ano é promulgada uma nova lei de imprensa, que os republicanos apelidam de “lei das rolhas”,<sup>100</sup> sendo ao abrigo da mesma e dos chamados delitos de imprensa que vários elementos do movimento são detidos e cumprem penas nos calabouços da monarquia.

No dia 1 de Dezembro de 1883, é publicado o primeiro número do jornal *A Discussão*, dirigido por Alves da Veiga e colaborado por prestigiadas figuras do republicanismo portuense e não só, como Cecílio de Sousa, Gomes Leal, Jacinto Nunes, Anselmo Xavier, Emídio Garcia, José de Castro, Júlio de Matos, Teixeira Cardoso, Heliodoro Salgado, Ernesto Pires, Azevedo Bastos e Sampaio (Bruno). Nas páginas deste diário o advogado dedica-se com grande empenho à luta partidária e eleitoralista. Durante os meses de Maio e Junho de 1884, são correntes os apontamentos noticiosos relativos aos candidatos republicanos e a apelação ao voto. Alves da Veiga concorre nas listas de candidatos dos círculos plurinominais de Viana do Castelo, Braga, Bragança, Vila Real, Portalegre, Évora, Ponta Delgada e Porto, assim como em vários círculos uninominais de alguns destes distritos. Percorre o país, procurando somar adesões à causa republicana e votos à sua candidatura. Comícios, reuniões, um sem fim de artigos e panfletos são as armas de campanha. O seu empenhamento não é contudo premiado.

Nas eleições de 1887 sofre nova desilusão. O texto que escreve no rescaldo desse acto eleitoral, publicado no seu jornal, denuncia já o desencanto face à via legalista de acesso ao poder, dominada pelo constitucionalismo monárquico e pelos vícios do rotativismo, do caciquismo e do clientismo, e a perspectiva de adesão a meios mais agressivos de luta política. São suas as seguintes palavras: “Os seis mil votos que obtive, apesar dos roubos, das violências e doutros atropelamentos da lei, cometidos pelos

<sup>99</sup> Vide José de Castro, *As vítimas d'el Rei: Historia dos processos movidos contra os perseguidos políticos da Ilha da Madeira, desde 29 de Junho de 1884 até ao anno de 1885*.

<sup>100</sup> Entre outras referências, poderão ser consultados os artigos “Lei das Rolhas”, publicados nos números 105 (06-04-1884), 111 (15-04-1884), 113 (17-04-1884) e 114 (18-04-1884) e “A Lei da Imprensa” no n.º 116 (20-04-1884) do jornal *A Discussão*, redigidos por Sampaio (Bruno). No n.º 110 do mesmo periódico, publicado a 13 de Abril, é divulgado o grande “meeting” republicano a suceder nessa noite, em Lisboa, com o objectivo de protestar contra o projecto de lei “pelo qual o governo pretende amordaçar a imprensa, e acabar com a liberdade de reunião, unicas garantias que a monarchia nos tem deixado.” (*A Discussão: diário democratico da manhã*, 1.º Anno, n.º 110, 13-04-1884, p. 1).

partidos monárquicos coligados, representam uma brilhante afirmação da vitalidade democrática do Norte, onde principalmente foi apurada aquela votação. Eles provam quanto têm progredido as ideias políticas no espírito do povo, e se não foram os processos cabralinos empregados na maior parte dos círculos, tanto eu como os meus ilustres colegas propostos pelo Directório Republicano, estaríamos agora eleitos. A soberania nacional, é neste país uma garantia irrisória, convertida por todos os partidos monárquicos em instrumento de conservação ministerial, mercê das actividades administrativas que se empregam exclusivamente em falsear recenseamentos, para afastar da urna os votos independentes e conscienciosos. Por isso eu digo também como o meu amigo Jacinto Nunes: “Se queremos salvar o país da odiosa exploração de que ele está sendo vítima; se queremos poupar-lhe a desgraçada e humilhante situação do Egipto, pensemos noutros meios”.<sup>101</sup>

## 2.4 – Do pacifismo à luta revolucionária

À medida que se sucedem os anos 80 do século XIX é perceptível, entre as hostes do movimento anti-dinástico, a emersão de uma ala mais radical que, desiludida com os resultados obtidos com a aplicação das teses do evolucionismo político, vai equacionando a possibilidade do derrubamento violento da monarquia.

De facto, alguns indivíduos começam a ponderar até que ponto essas mesmas teses não servem os interesses do regime constitucional, que mantém sob o pretexto da pacificação social, necessária ao desenvolvimento e progresso económicos, a vida política nacional na modorra do rotativismo, perpetrado por agrupamentos partidários monárquicos que, em termos doutrinários e programáticos, em pouco ou nada se distinguem.

Vão subindo de tom as vozes que criticam a postura demasiado passiva, ou mesmo demasiado comprometida, do directório republicano, constituído na sua grande parte por elementos ligados à estrutura administrativa, e em especial ao exército e ao ensino universitário.

---

<sup>101</sup> “Aos eleitores republicanos”, *A Discussão*, n.º 999, 20-03-1887, p. 1, cit. por Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, p. 76.

Carrilho Videira fala em 1886 nestes termos: “Triumphou em toda a linha o modo de ver dos prudentes, dos homens de saber e posição, gente que tinha que perder, doutores e officiaes superiores (...) e por forma alguma lhes convinha largar a chefatura republicana, e menos ainda provocar a natural animosidade e a perseguição da monarchia.”<sup>102</sup> É ainda este tradutor de uma obra do positivista Littré<sup>103</sup>, que propõe, face à manifesta incapacidade, falta de tino e energia dos republicanos conservadores, que aos radicais fosse entregue a missão de “fomentar o advento proximo da revolução, como já originaram o descredito da sua monarchia.”<sup>104</sup>

A progressiva ascensão da repressão governativa sobre as iniciativas republicanas<sup>105</sup> empola ainda mais o espírito combativo entre as suas hostes, incluindo algumas figuras destacadas do movimento, reconhecidas pela prudência e moderação.

Magalhães Lima, uma das primeiras vítimas da “lei das rolhas”<sup>106</sup> do ministro Lopo Vaz escreve a 25 de Abril de 1885, enquanto cumpre pena na cadeia do Limoeiro, um opúsculo, no qual podemos encontrar as seguintes passagens: “Revolta quer dizer protesto. A insurreição é um direito sagrado, se a opressão dos déspotas a justifica. (...) A situação dos republicanos hoje, em Portugal, não póde ser senão uma situação de revolta.”<sup>107</sup>

Mas, a ascensão da ideia revolucionária no léxico republicano vislumbra-se ainda mais contundente entre os militantes do Norte.

Ernesto Pires, colaborador na *Justiça Portuguesa* e n’ *A Discussão*, já em 1881 dera à prensa a primeira edição de *O Evangelho da Revolução*, onde afirmava peremptoriamente: “Os evolucionistas são uns sonhadores; o povo precisa quem o guie e quem o revolte”.<sup>108</sup>

<sup>102</sup> Teixeira Bastos, *Projecto de um Programma Federalista Radical para o Partido Republicano Portuguez*, p. 5.

<sup>103</sup> Traduziu a obra de Emile Littré, *As Evoluções da História*, publicada pela Livraria Internacional em 1885.

<sup>104</sup> Teixeira Bastos, *ob. cit.*, p. 16.

<sup>105</sup> Mencionamos, a título de exemplo, um episódio aludido pelo deputado republicano Elias Garcia na sessão da Câmara dos Deputados do dia 18-07-1882, respeitante à dissolução por ordem do Governador Civil do Porto, de uma reunião do Centro Republicano realizada a 7 de Maio, num imóvel de Alves da Veiga, sito na Rua de Santa Catarina, e na qual discursava o lente Emídio Garcia. Quatro dos seus participantes são detidos pelas autoridades ao soltarem vivas à república no exterior da casa. O Centro envia um protesto formal ao Parlamento, datado de 11 de Maio de 1882 e assinado pelo presidente, Alves da Veiga, e pelos secretários José Pereira de Sampaio e Luís de Freitas. (Cf. *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, Sessão n.º 133, de 18-07-1882, pp. 2163-2168).

<sup>106</sup> É o próprio Magalhães Lima quem afirma na introdução à obra *Revolta: Protesto e Afirmações*, ter sido a segunda vítima da nova lei de imprensa, ao ser detido, julgado e condenado por escrever o artigo “Bandidos Celebres”, que foi levado à prensa no n.º 1090 do jornal *O Seculo*, de 29 de Julho de 1884, no qual criticava o episódio ocorrido no Funchal no decurso das eleições gerais de 1884.

<sup>107</sup> S. Magalhães Lima, *A Revolta: Protesto e Afirmações*, p. 10.

<sup>108</sup> Ernesto Pires, *O Evangelho da Revolução*, p. 19.



Emídio de Oliveira, de pseudónimo *Spada*, vai expressando o seu radicalismo no jornal *A Folha Nova*.<sup>109</sup>

Felizardo Lima, “esse eterno evangelizador nortenho de uma revolução republicana”<sup>110</sup> à muito advoga a solução insurreccional. No jornal que dirige, com o rótulo *O Radical*,<sup>111</sup> publica a 23 de Julho de 1888, o artigo “Aveiro e Alves da Veiga”, no qual faz um apelo directo ao advogado para que tome medidas resolutivas: “Alves da Veiga é um convicto, mas nós precisamos que ele seja um bravo.”<sup>112</sup>

O próprio Júlio de Matos, co-autor da revista *O Positivismo*,<sup>113</sup> modifica pouco a pouco o seu discurso. Numa carta datada de 30 de Abril de 1882, dirigida ao seu colega de redacção Teófilo Braga, relata: “Consta-me por fontes diferentes e consta-me com uma insistência assustadora que um certo numero de estouvados senão de criminosos andam tramando no seio do nosso partido um movimento armado, uma aventura qualquer. (...) Os dados que possuo são resumidamente os seguintes: cartas anónimas dirigidas a alguém que aqui figura muito no partido, perguntando-lhe se adere ao movimento armado.”<sup>114</sup> O historiador Amadeu Carvalho Homem põe a hipótese desta personalidade afamada do republicanismo portuense ser Alves da Veiga, que estaria por essa época a ser obsidiado para tomar parte de uma insurreição, que, segundo indiciam os escritos de Júlio de Matos, teria entre os seus fomentadores Santos Cardoso.<sup>115</sup>

Ao explícito e inflexível tom de crítica do médico sucede, num espaço temporal de três anos, um vocabulário significativamente diferente numa carta, com data de 20 de Dezembro de 1885, que endossa também a Teófilo: “Actualmente nos jornais

<sup>109</sup> Publicado entre 1881 e 1888, no Porto, pela Typographia Occidental, espelhou por diversas vezes as oposições práticas e ideológicas entre o seu redactor e Alves da Veiga.

<sup>110</sup> “Aveiro e Alves da Veiga”, *O Radical*, n.º 21, 23-07-1888, p. 1, col. 2, cit. por A. C. Homem, “Para a Historia do Republicanismo Portuense no Período Anterior ao Ultimatum”, *Da Monarquia à República*, p. 77

<sup>111</sup> *O Radical* é publicado entre 4 de Maio e 16 de Julho de 1888 na cidade do Porto.

<sup>112</sup> Felizardo Lima “Aveiro e Alves da Veiga”, *O Radical*, n.º 21, 23-07-1888, p. 1, cit. por A. C. Homem, *ob. cit.*, p. 77.

<sup>113</sup> De *O Positivismo: revista de philosophia*, foram publicados quatro volumes (o n.º 1 em 1878 e o último em 1882), pela Livraria Universal de Magalhães & Moniz, do Porto. A revista era dirigida pela parceria Teófilo Braga e Júlio de Matos, dois dos mais destacados responsáveis pela difusão das teses positivistas no país.

<sup>114</sup> Carta de 30-04-1882 de Júlio de Matos a Teófilo Braga, Biblioteca Municipal de Ponta Delgada, Espólio de Teófilo Braga, Caixa n.º 11 de Correspondência, cit. por A. C. Homem, “Conciliação e confronto no discurso republicano (1870-1890)”, separata da *Revista de História das Ideias*, Volume 7, p. 298.

<sup>115</sup> Júlio de Matos não refere o seu nome mas alude a “um meliante de que em tempos lhe falei e que aqui explora sob o rótulo da república o público imbecil com um jornal de chantage” (A. C. Homem, *ob. cit.*, p. 299). Henrique José dos Santos Cardoso dirigia à época a folha *A Justiça Portuguesa* (publicada entre 1880 e 1886 na cidade do Porto), com a qual promovia “escandalos de publicidade agredindo n’uma linguagem desusada grandes e pequenos funcionarios públicos sob o pretexto de prevaricações” (João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 68). Já em 1877, na obra *Verdades de Sangue*, o seu apego ao jacobinismo se exprimia da seguinte forma: “As sociedades dos nossos dias precisam levantar-se como um só individuo, lançando para bem longe o peso d’essas coroas ensanguentadas (...). Essa nuvem de sangue tem que passar, e essa revolução tem de fazer-se. (...) O dia de hontem não é o dia d’amanhã, o dia d’amanhã é a revolução e a revolução é o progresso e o futuro. (...) À revolução! À revolução! pela liberdade, pela honra e pela pátria” (J. H. Santos Cardoso, *ob. cit.*, pp. 89 e 92).

republicanos do Porto e nomeadamente na *Folha Nova* aparecem com insistência artigos em que se proclama a necessidade de uma próxima revolução. As opiniões dos partidários, porém, dividem-se e um grande número deseja saber o que se pensa em Lisboa.”<sup>116</sup> Mais à frente, questiona, “convirá continuar simplesmente a propaganda serena que até aqui se tem feito ou interessará ao futuro do partido e do país, que ele serve, ir pensando desde já numa organização que permita empregar num momento dado meios propriamente revolucionários?”<sup>117</sup>

Neste enquadramento, e à medida que o cansaço e o desencanto com os resultados alcançados através das acções propagando-eleitoristas aumentam, Alves da Veiga vai progressivamente cedendo às ideias propugnadas pelos defensores da mutação violenta do regime.

Já em 1883 teria afirmado, num discurso proferido em sede da inauguração de mais uma agremiação republicana: “O povo soberano poderia implementar a republica pelo suffragio, mas infelizmente não sabe aproveitar-se d’este poderoso instrumento de acção; por isso os propagandistas vêem-se forçados a provocar acontecimentos extraordinarios, quando querem implantar uma nóva forma de governo.”<sup>118</sup> E num artigo publicado passado poucos dias: “A politica constitucional caminha fatalmente entre dous termos – sujeição ou revolução.”<sup>119</sup>

O texto de 1887, atrás citado, publicado no mesmo jornal, é paradigmático de uma mudança na prédica e nos princípios, e prenunciador da iniciativa revolucionária que irá liderar dentro de poucos anos. Longe estariam os tempos em que, cheio de optimismo, profetizava: “poderemos encarar com tranquilidade as incertezas do futuro, confiados em que a Liberdade, essa divina revelação da nossa natureza moral, ha de dominar um dia sem contestação, fechando-se assim o cyclo das revoluções para inaugurar a era dos progressos pacificos.”<sup>120</sup>

O Congresso do Partido Republicano de 1887, que decorre entre os dias 28 de Julho e 1 de Agosto, revela-se o palco emblemático da querela entre a ala mais moderada e conciliadora do Partido, que procura soluções de compromisso no seio do

<sup>116</sup> Carta de 20-12-1885 de Júlio de Matos a Teófilo Braga, Biblioteca Municipal de Ponta Delgada, Espólio de Teófilo Braga, Cx. N.º 11 de Correspondência, cit. por A. C. Homem, ob. cit., p. 300.

<sup>117</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>118</sup> “Organização do Partido Democratico – Inauguração de um Club”, *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 3, 04-12-1883, p. 1

<sup>119</sup> Alves da Veiga, “Oligarchia Constitucional”, *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 13, 16-12-1883, p. 1.

<sup>120</sup> A. M. Alves da Veiga, *Discurso Pronunciado na Assembléa Geral do Centro Eleitoral Republicano do Porto na Noute de 20 de Outubro de 1877*, p. 16.

constitucionalismo monárquico, e o flanco dos radicais e intransigentes, que defendem o combate frontal contra o sistema.

No decorrer desse Congresso, Jacinto Nunes e Elias Garcia apresentam e defendem uma moção, apoiada igualmente por Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso, que aponta para um entendimento ou uma aliança com a *Esquerda Dinástica* de Barjona de Freitas.<sup>121</sup> As reacções que tal moção provoca são de tal forma arrebatadas que os trabalhos são encerrados.

No Congresso Extraordinário de Dezembro, realizado nos dias 18, 19, 20 e 22, a hipótese de entendimento com qualquer facção monárquica é afastada, ao ser aprovada, por curta margem, uma moção de Manuel de Arriaga, sustentada por Felizardo de Lima, que obsta a esse intento.

Continuam as discussões intestinas, as divergências ideológicas e as discordâncias programáticas que minam o Partido e corroem o movimento.

No Porto, Alves da Veiga e Emídio de Oliveira são protagonistas de uma das quezílias mais graves, que exige inclusive a intervenção do directório enquanto elemento apaziguador e moderador.

Os festejos que os republicanos do Norte organizam no primeiro fim-de-semana de Novembro de 1884, nos quais participam Manuel de Arriaga, Consiglieri Pedroso e Silva Lisboa, têm, entre outros objectivos, o propósito de tentar resolver essa pegadilha. Da descrição que é feita na folha *A Era Nova* sobre o programa das festividades, retiramos a seguinte passagem: “Às onze horas da manhã teve lugar um almoço de despedida oferecido pelos nossos amigos de Lisboa, a que assistiram delegados dos centros republicanos do Porto e os dois prestantes cidadãos dr. Alves da Veiga e Emygdio de Oliveira, no intuito de se concertarem ali os meios de estreitar o mais possível os laços de união e solidariedade entre esses diversos agrupamentos e os seus principais influentes; intuito, que, graças à boa vontade e dedicação de todos, se conseguiu pela forma mais completa e satisfactoria.”<sup>122</sup>

A iniciativa parece, dessa feita, surtir o efeito desejado. Os dois visados acedem inclusive a participar numa fotografia de grupo, cujo produto da venda tem como

<sup>121</sup> O falecimento de Fontes Pereira de Melo em Janeiro de 1887, vai levantar o problema da sucessão da chefia do Partido Regenerador. Lopo de Vaz e Barjona de Freitas disputam o lugar, alegando este último ser o legítimo representante do liberalismo monárquico avançado. Na sequência, Barjona de Freitas funda o novo agrupamento monárquico, *Esquerda Dinástica*.

<sup>122</sup> “Questão do Dia – As Festas Republicanas no Porto”, *A Era Nova*, 4.º Anno, n.º 323, 04-11-1884, p. 1.

propósito custear as despesas com os processos levantados contra os republicanos da Madeira nas eleições desse ano.

Mas uma missiva de Júlio de Matos, com data de Dezembro de 1885, dá conta de que, passado um ano, a querela ainda dura: “Aqui no Porto as dissidências que encontro têm-se agravado. A vaidade pessoal, o que há neste mundo de mais patológico, invalida toda a tentativa de disciplina. Isto é muito pequeno; as personalidades e as *cotteries* enchem tudo. As questões entre Veiga e Emídio chegaram à expectoração da recíproca injúria, sendo baldados todos os esforços para uma reconciliação.”<sup>123</sup>

A 19 de Fevereiro de 1887, Alves da Veiga publica o último número do seu jornal *A Discussão*. O seu nome aparentemente desaparece dos escaparates. Em 1888, é nomeado, mas não em associação a qualquer iniciativa político-partidária, e sim a um acontecimento trágico que marca a vivência do Porto: o incêndio no teatro Baquet, a 20 de Março, que vitima dezenas de pessoas. Alves da Veiga recolhe em sua casa uns orfãos que a caridade oficial não tem meios de abrigar e a Rainha D. Maria II, em viagem à cidade do Porto na sequência da tragédia, visita a casa do republicano, apesar de conhecedora da filiação política do mesmo. A amabilidade e gentileza com que Alves da Veiga recebe a soberana são comentadas um pouco por toda a parte e fazem prova do seu carácter.

Chegados a 1890, o “nosso *année terrible*” como Basílio Teles lhe chamou,<sup>124</sup> o país é surpreendido com o ultimato inglês, e quando a onda de indignação popular atinge o seu pique, e os apelos à insurreição ecoam por todo o lado, as chefias republicanas surgem desprevenidas e impotentes para lhes responder.

Heliodoro Salgado, na obra *A Insurreição de Janeiro*, faz a seguinte apreciação desse período: “O anno de 1890 foi todo elle n’ um crescendo de motivos revolucionarios, motivos que não produziram o effeito lógico, porque o Directorio presidido por Elias Garcia, n’uma imprevidencia que ninguém poderá perdoar, nunca até então pensara na eventualidade d’ uma revolução, e nada organisara na precisão d’ essa eventualidade.”<sup>125</sup>

Será, em última análise, o ultimato e os acontecimentos subsequentes, que decidirão o colapso da “geração doutrinária” e a ascensão de um grupo de republicanos mais

<sup>123</sup> Carta de 11-12-1885 de Júlio de Matos a Teófilo Braga, Biblioteca Municipal de Ponta Delgada, *Espólio de Teófilo Braga*, Cx. N.º 11 de Correspondência, cit. por A. C. Homem, *ob. cit.*, p. 306.

<sup>124</sup> Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, p. 67.

<sup>125</sup> Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, p. 107.

activo, constituído por homens mais resolutos e menos contemporizadores, que ficará conhecido como a “geração do ultimato”.<sup>126</sup>

Alves da Veiga não perderá a oportunidade de se unir a esses elementos e, em conjunto com outras figuras históricas do republicanismo portuense, como Sampaio (Bruno), Júlio de Matos ou Basílio Teles, conjurar a primeira revolução republicana do país.

---

<sup>126</sup> Teófilo Braga, numa intervenção realizada em sede da Assembleia Nacional Constituinte, proferida a 18-07-1911, distingue e simultaneamente homenageia as três gerações responsáveis pelo desenvolvimento do republicanismo e implementação da República nos seguintes termos: “À primeira geração pertenceram Henriques Nogueira, Sousa Brandão, Latino Coelho, Rolla, Oliveira Marreca, Elias Garcia, Bernardino Pinheiro e outros, e no tempo dos quaes a Republica representava a deshonra e a infamia, e esses homens puseram ao serviço da sua causa todo o prestigio do seu nome, mostrando bem claramente que se podia ser republicano sem que para isso fosse preciso ter incorrido nos artigos do Código Penal. À segunda geração, essencialmente doutrinaria, pertencem Rodrigues de Freitas, Magalhães Lima, José Falcão, Teixeira de Queiroz, Jacinto Nunes, eu, que tenho essa honra, e tantos outros; e á terceira geração, absolutamente activa, pertencem Affonso Costa, Antonio José de Almeida, e tantissimos outros que se evidenciaram pela forma decisiva como fizeram a propaganda das ideias republicanas.” (*Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Sessão n.º 23, 18-07-1911, p. 23).

## CAPÍTULO 3 - A Revolução de 31 de Janeiro de 1891

### 3.1 - Causas e antecedentes: a questão colonial e o ultimato inglês

O ultimato entregue no dia 11 de Janeiro de 1890 pelo representante diplomático do governo inglês, Sir George Petre, ao então Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Henrique de Barros Gomes, representa o pique do conflito luso-britânico referente à disputa de territórios no continente africano.

Essa mesma disputa enquadra-se, por sua vez, num processo mais vasto, protagonizado por um grupo de potências europeias, no qual para além da Inglaterra, se incluem a França, a Alemanha e inclusive a Bélgica. Carlos Alberto Medeiros dá-nos a seguinte descrição desse processo: “Pode dizer-se que a partir do começo dos anos 70 do século XIX, se situa uma fase de expansão colonial da Europa, em relação com generalizado crescimento industrial, que implicou a busca de novos mercados e a utilização cada vez maior de matérias-primas, com a progressão demográfica, com razões ideológicas, políticas ou ligadas a interesses científicos mais ou menos genuínos, com a melhoria dos meios de transporte, enfim com progressos técnicos nos mais variados domínios, que vão facilitar a penetração no continente africano, aquele que até então menos interesses e menos cobiças havia despertado.”<sup>127</sup>

Nas últimas décadas do século XIX, o extenso continente africano começa a despertar o interesse dos países europeus fortemente industrializados, para os quais a recém-descoberta riqueza desses territórios representa não apenas uma fonte inestimável de matérias-primas, mas igualmente uma possibilidade de escoamento de uma população crescentemente excedentária. Avanços tecnológicos como o vapor, o telégrafo ou o caminho-de-ferro facilitam a concretização desse intento.

Para além das condicionantes económicas, demográficas e tecnológicas, António José Telo<sup>128</sup> defende a importância do positivismo nas estruturas de pensamento ocidentais, ao veicular a crença na ilimitada capacidade de crescimento económico e na superioridade e

---

<sup>127</sup> Carlos Alberto Medeiros, “Os exploradores africanos do último quartel do século XIX”, João Medina (dir.), *ob. cit.*, Vol. XI, p. 432.

<sup>128</sup> Vide António José Telo, “Um sonho cor-de-rosa? Portugal, a Europa e África (1879-1891)”, João Medina (dir.), *ob. cit.*, Vol. XI, p. 453.

missão civilizadora da Europa. Segundo o mesmo autor, a opinião pública, cada vez mais activa, acaba por influenciar a acção dos governos e estimular o processo de expansão colonial.

Diversos territórios do continente negro de tradicional domínio português, cuja posse assenta, até então, quase inteiramente em argumentos históricos, de descoberta e de conquista, caem na mira dos potentados europeus.

As zonas efectivamente ocupadas por Portugal não vão além de alguns pequenos pontos da costa e de uma reduzida penetração no interior, feita ao longo de cursos de água navegáveis. O desinteresse por África, que durante séculos pouco mais representa do que uma fonte de mão-de-obra escrava posta ao serviço do *ex-libris* colonial, o Brasil, justifica esse desleixamento. No entanto, a proclamação da independência brasileira em 1822 e o ascendente dos movimentos anti-esclavagistas, que desembocam nos processos de abolição da escravatura<sup>129</sup>, contribuem para desvirtuar tal modelo de exploração colonialista.<sup>130</sup>

Confrontado com a concorrência dos outros países da Europa Ocidental, e após décadas de lutas intestinas, revoltas e contra-revoltas, o país acorda enfim para a questão africana e a partir da década de 70 inicia uma série de medidas destinadas a garantir o domínio das províncias do grande continente, tentando evitar a todo o custo seguir o exemplo da co-signatária do Tratado de Tordesilhas, cujo império colonial sucumbia.

A criação da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1875,<sup>131</sup> obedece ao “intuito de despertar no país o interesse pelo Ultramar e, ao mesmo tempo, pugnar pelos nossos direitos aos territórios africanos”.<sup>132</sup> Nos primeiros anos de existência da Sociedade, e no seu seio, é constituída a Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização de

<sup>129</sup> No caso de Portugal, a abolição da escravatura é concretizada em 1836, num processo liderado pelo Marquês Sá da Bandeira, um dos grandes apologistas da expansão portuguesa em África.

<sup>130</sup> Atente-se, a título de exemplo, às seguintes passagens: “Emquanto possuímos o Brasil era principalmente esta colónia, onde creamos e desenvolvemos o germen de um império, o segundo em poderio e grandeza d’entre os estados das duas Americas, o que mais absorvia a atenção dos ministros da côroa em Portugal, e mais cumpria defender contra a cobiça e tentativas de expansão de colonias limitrophes. (...) Perdido o Brasil e chamada para a Africa no decurso d’esto seculo a atenção de quasi todas as nações da Europa, tem sido os esforços empenhados para a abolição da escravatura e mais tarde para delimitação sucessiva das nossas diferentes colonias africanas, o que constituiu o elemento importante da nossa actividade diplomatica.” (Henrique de Barros Gomes, *Diario da Camara dos Senhores Deputados*, Sessão n.º 45, de 04-06-1887, p. 1027).

<sup>131</sup> Com base em argumentos de curiosidade e interesse científicos, mas indo igualmente ao encontro das pretensões políticas do momento, a iniciativa parte de um conjunto de 74 subscritores que, em 10 de Novembro de 1875, envia um requerimento ao rei D. Luís propondo a fundação da Sociedade. Entre esses subscritores contam-se nomes como Luciano Cordeiro, António Enes, Pinheiro Chagas, Sá da Bandeira, Eduardo Coelho e Teófilo Braga.

<sup>132</sup> António Álvaro Dória, *Movimentos Políticos do Porto no Século XIX*, p. 482.

África e a primeira grande expedição que patrocina realiza-se em 1877, sendo levada a cabo pelos exploradores Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens.<sup>133</sup>

Os sucessivos governos nacionais procuram também assegurar a manutenção da presença portuguesa em África mediante a negociação e celebração de vários acordos e tratados com os concorrentes europeus, nos quais se firmam mútuas cedências e reivindicações.

A marginalização de que Portugal é alvo aquando da Conferência de Bruxelas,<sup>134</sup> realizada em 1876, põe em evidência a fragilidade da posição do país, demográfica e economicamente inferior aos países competidores.<sup>135</sup>

Contudo, estas iniciativas negociais não deixam de ser criticadas internamente e utilizadas para ganho de dividendos políticos, não só pelas alas mais vanguardistas, como a republicana, mas inclusive pelas oposições monárquicas.

À celeuma levantada pela questão de Lourenço Marques em 1879, sucede a contenda em torno do Tratado do Zaire,<sup>136</sup> assinado em 1884. A argumentação republicana assenta tanto num como noutro caso em análogos fundamentos, e o discurso é marcado por notas anti-bragantinas e anti-britânicas, apelando-se continuamente ao patriotismo, enlevando-se os feitos heróicos passados e a independência da nação.

Para além de participar activamente na campanha contra o tratado luso-britânico relativo à baía moçambicana, Alves da Veiga aproveita o seu recém lançado diário *A Discussão*, para publicar vários artigos de mordaz crítica à iniciativa tratadística de meados da década de 80. Num deles, intitulado “Tratado do Zaire” comenta: “Teima a monarquia em levar por diante o escandaloso projecto da alienação das nossas colónias

<sup>133</sup> As grandes viagens de exploração promovidas a partir da década de 70 do século XIX, são precedidas por outras, como as do Dr. Lacerda e Almeida em 1798, as de Pedro João Batista e Amaro José de 1802 a 1811 ou as de Silva Porto nas décadas de 1840-50. Obedecem todavia a objectivos diferentes. Enquanto estas últimas visam sobretudo intentos de natureza comercial, as primeiras atendem a fundamentos de natureza científica que, por sua vez, servem finalidades políticas.

<sup>134</sup> Promovida pelo rei Leopoldo II da Bélgica, visou alegadamente propósitos humanitários, entre os quais o controle do tráfico escravagista, e sub-repticiamente os interesses belgas pela região do Congo ou Zaire. Desta iniciativa resultou a criação da chamada Associação Internacional Africana.

<sup>135</sup> Ruy Luís Gomes sublinha o peso das condicionantes económicas ao observar: “Possuidores de vastos domínios coloniais mas diminuídos, na metrópole, pelo desgaste constante de uma economia depressiva, de país colonizado também, era sobre nós que ia cair o peso da partilha do Continente Negro pelo imperialismo europeu.” O autor sublinha que a fragilidade económica de Portugal face aos concorrentes não condiciona somente a ocupação territorial em África, mas inclusive a vida interna, já que os mesmos países europeus que actuam em África fazem a penetração económica na metrópole lusa e condicionam a salubridade da economia nacional. (Cf. Ruy Luís Gomes, *A Revolução Republicana de 31 de Janeiro*, pp. 33 e seguintes).

<sup>136</sup> O Tratado do Zaire, *Congo Treaty* ou Tratado de Londres, foi assinado nesta cidade no dia 26 de Fevereiro de 1884 pelos representantes diplomáticos dos governos português e inglês, respeitando ao reconhecimento dos direitos de Portugal sobre a região inferior e costa adjacente ao rio Zaire, vinculado às condições impostas por Inglaterra, nomeadamente de natureza comercial. Nunca chegou a ser aprovado nem ratificado pelos parlamentos dos dois países signatários.



da Africa occidental, attentado infame contra a dominação secular, incontestada, que ha quatro seculos exercemos n'aquellas paragens, comprometido por um governo anti-patriota com o fim exclusivo de favorecer os eternos exploradores do commercio, da industria e da riqueza de Portugal.”<sup>137</sup>

A par das oposições internas, os países concorrentes de Portugal e de Inglaterra exprimem o seu antagonismo contra este Tratado. Tal opposição é comentada por Alves da Veiga da seguinte forma: “Ainda não começou a discutir-se e já vão apparecendo as consequencias da desgraçada negociação luso-britannica, monumento da ineptia da nossa diplomacia vergonhosamente comprometida hoje aos olhos de todas as nações do mundo. Tres potencias - a França, a Hollanda e a Allemanha, manifestaram já claramente as suas intenções de se opporem formalmente á execução do tratado”.<sup>138</sup>

Face às discórdias internacionais, e confrontado com a reacção passiva da Inglaterra na defesa do acordo, o governo português propõe a realização de uma conferência internacional. A proposta concretiza-se na Conferência de Berlim, que se realiza entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Novembro de 1885<sup>139</sup> e que resulta na primeira grande partilha do território africano e no estabelecimento de novas regras de ocupação.<sup>140</sup>

Para Portugal, os resultados deste encontro ficam muito aquém do esperado. Para além de representar a caducidade do tratado luso-britânico, significa a perda de uma extensa parcela do território do Zaire<sup>141</sup>. Além disso, o Acto Geral da Conferência, aprovado a 26 de Fevereiro de 1885, inviabiliza a possibilidade de, doravante, o país recorrer aos direitos históricos para justificar a dominância de territórios.

<sup>137</sup> Alves da Veiga, “Tratado do Zaire”, *A Discussão: Diario Democratico da Manhã*, 1.º Anno, n.º 162, 15-06-1884, p. 1.

<sup>138</sup> *Idem*, *Ibidem*, n.º 124, 30-04-1884, p.1.

<sup>139</sup> A Conferência foi proposta por Portugal, mas partiu da iniciativa da Alemanha, sob a chancela de Bismarck, e com o apoio do governo francês. Nela participaram 15 países, 13 europeus, os Estados Unidos e a Turquia. O Programa da Conferência incluía os seguintes pontos: “I. Liberdade de commercio na bacia e embocaduras do Congo (Zaire); II: Applicação ao Congo (Zaire) e ao Níger, dos principios adoptados pelo congresso de Viena, tendentes a consagrar a liberdade de navegação sobre varios cursos de agua internacionaes, principios applicados mais tarde no Danubio; III. Definição das formalidades e observar para que as occupações novas nas costas de Africa fossem consideradas como effectivas.” (*Diario da Camara dos Senhores Deputados*, Sessão n.º 95, de 01-06-1885, p. 1899).

<sup>140</sup> O Acto Geral da Conferência de Berlim, subscrito pelos países presentes à Conferência, e mais tarde ratificado pelos mesmos, incluía num dos seus capítulos, o sexto, uma “Declaração relativa às condições essenciaes a cumprir, para que occupações novas nas costas do continente sejam consideradas efectivas”. Prevvia-se nesse capítulo, para além da obrigatoriedade de notificação (artigo 34.º), o cumprimento das condições necessárias para assegurar “a existência de uma autoridade sufficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos” (artigo 35.º). (*Cf. Diario da Camara dos Senhores Deputados*, Sessão n.º 95, de 01-06-1885, p. 1913).

<sup>141</sup> No âmbito dos trabalhos da Conferência de Berlim, e face à pressão das outras nações participantes, Portugal viu-se na contingência de assinar uma Convenção, a 14-02-1885, com a Associação Internacional do Congo, fundada por Leopoldo II da Bélgica em 1878 (no encaço da Associação Internacional Africana). As disposições dessa Convenção, mediada pelo governo francês, determinaram os limites fronteiriços dos territórios que daí em diante ficariam sobre administração portuguesa e aqueles que seriam controlados pela referida Associação, mais tarde designados Estado Livre do Congo.

A questão do Zaire origina também o esfriamento das relações diplomáticas com a Inglaterra, face ao imobilismo demonstrado por este país na defesa das posições e interesses portugueses.

Henrique Barros Gomes surge em cena como um dos mais acérrimos defensores do estabelecimento de laços com novos aliados. O discurso que profere na Câmara dos Deputados a 1 de Junho de 1885 é disso emblemático, afirmando a certa altura: “Levantei um protesto, imprimindo-lhe um cunho quanto possível energico, contra o abandono injustificavel a que nos votara, e em que nos manteve a nação que habitualmente designávamos pelo titulo de nossa antiga e fiel alliada.”<sup>142</sup> E mais adiante: “Chamei depois, quanto em mim coube, a atenção do governo para a conveniencia de uma approximação mais estreita com a França e a Allemanha.”<sup>143</sup>

Para efectivar a tardia e urgente *obra de ocupação*<sup>144</sup> portuguesa, procuram-se novos aliados entre as potências que se afiguram como principais concorrentes à hegemonia inglesa.

Barbosa do Bocage, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, partilha das ideias expressas pelo deputado Barros Gomes, e é sob a sua administração que, ainda em 1885, Portugal inicia negociações com a França e a Alemanha.<sup>145</sup>

No novo governo, formado em Fevereiro de 1886 e liderado por José Luciano de Castro, Barros Gomes assume a pasta dos Negócios Estrangeiros, continuando a obra do seu predecessor. A 4 de Junho de 1887 apresenta, em sede da Câmara dos Deputados, duas propostas de lei concernentes aos convénios assinados com a França e a Alemanha, respectivamente a 12 de Maio de 1886 em Paris, e a 30 de Dezembro do mesmo ano, em Lisboa.

Ao expor os termos desses tratados, Barros Gomes faz acompanhar a sua apresentação de um mapa da África austral, onde aparecem sombreados num tom rosado os territórios centro-africanos que o governo português planeia ocupar,

<sup>142</sup> *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, Sessão n.º 95, de 01-06-1885, p. 1914.

<sup>143</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>144</sup> A expressão é de António Álvaro Dória, *ob. cit.*, p. 485.

<sup>145</sup> As primeiras negociações com a França datam de 1884, mas só a 22 de Outubro de 1885 têm início os trabalhos de uma comissão de limites, que funcionou em Paris até 12 de Maio do ano seguinte. Quanto às negociações com o governo imperial alemão, estas terão tido na sua origem uma manifestação por parte deste último, datada de 1 de Dezembro de 1885, “de encetar connosco negociações tendentes a definir com maior rigor a esphera de interesses de ambos os governos nas regiões proximas da costa sueste de Africa.” (*Diário da Camara dos Senhores Deputados*, Sessão n.º 45, de 04-06-1887, p. 1030).

possibilitando assim concretizar o projecto de ligação de costa-a-costa, idealizado pelos Dr. Sousa Coutinho e Dr. Lacerda e Almeida nos finais do século XVIII.

No “mapa cor-de-rosa”,<sup>146</sup> como ficará conhecido, é figurativamente representada a união das duas colónias portuguesas, Angola e Moçambique, cuja viabilidade geográfica havia sido confirmada por nova expedição de Capelo e por Ivens, desta feita realizada entre Abril de 1884 e Junho de 1885.<sup>147</sup>

O governo inglês, liderado por Lord Salisbury, apressa-se a apresentar o seu protesto contra os convénios luso-francês e luso-alemão em ofício de 2 de Agosto de 1887.

Mas o ministério português não se retrai.

Não obstante os avisos dos mais precavidos,<sup>148</sup> o projecto megalómano de Barbosa de Bocage e Barros Gomes<sup>149</sup> segue em frente.

Entre os anos de 1888 e 1890 são organizados vários movimentos expedicionários na zona centro-africana, que o governo português procura manter sobre segredo, e assinados inúmeros tratados de vassalagem com os chefes indígenas.

A Inglaterra, contudo, está ciente dos planos lusos e prepara a contra-ofensiva. Conta para o efeito com a acção determinada do imperialista e magnata Cecil Rhodes, que planeia o controle do território para extracção de matérias-primas e a ligação, por caminho-de-ferro, do Cabo ao Cairo. Age em simultâneo com as expedições portuguesas, enviando os seus agentes para negociar tratados de protecção e ocupar territórios.

O confronto acaba por suceder na região do alto Xire, junto ao lago Niassa. O inglês Johnston, comissionado por Cecil Rhodes, declara a região protectorado inglês e acorda

<sup>146</sup> Uma primeira versão não oficial deste mapa terá sido apresentada em sede da Sociedade de Geografia de Lisboa, quando, no decurso de 1881, planeava este organismo uma “subscrição permanente” para formar “estações civilizadoras” numa ampla faixa de costa a costa, entre Angola e Moçambique. A autoria seria possivelmente de Luciano Cordeiro. (Cf. António José Telo, “Um sonho cor-de-rosa? Portugal, a Europa e África (1879-1891)”, João Medina (dir.), *ob. cit.*, pp. 465-466.)

<sup>147</sup> A iniciativa expedicionária é relatada no amplamente divulgado relatório *De Angola à Contra-Costa*.

<sup>148</sup> Entre as vozes mais avisadas surge a de Júlio de Vilhena. Em 1888 alertava Barros Gomes, profetizando: “Porque s. ex.<sup>a</sup> deve saber perfeitamente que toda a acção da Inglaterra em materia colonial a respeito da Alemanha é fazer combinações com ella, quando se trata de expropriar algum territorio que não pertença áquellas duas potencias. (...) Não de ligar-se ambas, e quem ha de perder território é Portugal. Póde s. ex.<sup>a</sup> ter a certeza d’isto. (...) Esta é a formula adoptada: ligarem-se os dois mais fortes contra um terceiro mais fraco.” (*Diário da Camara dos Senhores Deputados*, Sessão n.º 93, de 23-05-1888, p. 1713).

<sup>149</sup> António Álvaro Dória aponta o erro de visão de Barros Gomes, que tendo concebido “o plano mirífico de substituir a velha aliança inglesa, contra que desde o início do século tantos se haviam insurgido, pela da Alemanha, a quem não nos ligavam quaisquer interesses e de quem, ao tempo, nem éramos vizinhos em África”, contava com o apoio da potência alemã para “que pudesse deter a Inglaterra na sua marcha avassaladora através do continente africano e, ao mesmo tempo, defender o que era nosso de facto”. Dória atribui tal erro à germanofilia do ministro, admirador da cultura e ciência alemãs, bem como do modelo de governação imposto pelo Chanceler de Ferro, Bismarck, admiração essa partilhada pelo seu grande amigo, Oliveira Martins (Cf. António Álvaro Dória, *ob. cit.*, pp. 486-487).

essa protecção com as tribos dos Macololos e dos Machonas, distribuindo aos nativos armas e bandeiras inglesas. Membros de uma das expedições portuguesas são atacados por elementos dessas tribos, mas o chefe de campanha, Serpa Pinto, coadjuvado pelo tenente João de Azevedo Coutinho, consegue travar a revolta e ganhar o combate.<sup>150</sup>

A vitória nas armas não tem, no entanto, réplica diplomática. Nos bastidores sucedem longas negociações entre o ministro Barros Gomes e o governo de Salisbury, através do seu plenipotenciário Petre. O ministério português tenta escusar-se às interjeições inglesas, expectante do apoio do império alemão. Mas, face aos acontecimentos ocorridos no Xire, que a imprensa inglesa critica e ataca violentamente, a pressão sobe de tom e acaba por culminar na entrega do ultimato inglês em 11 de Janeiro de 1890.<sup>151</sup>

O Conselho de Estado, presidido pelo recém-entronizado D. Carlos,<sup>152</sup> reúne de emergência nessa mesma noite, e confrontado com a dura realidade da incapacidade defensiva do país, delibera ceder à imposição inglesa.

Ignara de grande parte dos factos, a opinião pública acorda no dia seguinte para a notícia do ultimato e da capitulação do governo português. A consternação é geral.

### 3.2 - Patriotismo e política

Previendo eventuais alterações, os responsáveis governamentais tentam manter sob sigilo o motivo da reunião realizada de urgência às 22 horas do dia 11 de Janeiro de 1890. Debalde, pois não conseguem evitar que a informação circule e assoma pespegada

<sup>150</sup> A expedição de Serpa Pinto “tinha por fim estudar a maneira mais económica, possivelmente por meio duma viagem férrea, de estabelecer a comunicação entre Chibisa e Matope” (António Álvaro Dória, *ob. cit.*, p.494).

<sup>151</sup> O texto do ultimato era o seguinte: “O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que insiste é o seguinte: que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas, actualmente no Chire e nos países dos Macololos e Machonas, se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, as seguranças dadas pelo Governo português são illusórias. Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade “Enchantress” está em Vigo esperando as suas ordens. Legação Britânica, 11 de Janeiro de 1890.” (A.C. Carvalho e J. C. Alvim, Introdução a João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. XXI).

<sup>152</sup> Sucede a seu pai, D. Luís I falecido a 19 de Outubro de 1889, sendo aclamado no dia 28 de Dezembro seguinte. O seu reinado começa conturbado. Atente-se às seguintes passagens: “A curta biographia do moço monarcha ateara ainda esta indisposição, tornando-o pessoalmente antipathico, pela nota de mau filho que a sua conducta promovera, quando o viram entretendo-se em caçadas na hora da apiedante agonia paterna (...); recudando-se a assistir á cerimonia das exequias, por alma de D. Luiz mandadas celebrar pela vereação de Lisboa (...). Aggravara o mal a taxa de pessimo cidadão que o rei conquistara, emplumachado e rutilante caracolando n’um cavallo de luxo pela Avenida, n’esse dia tremendo do 11 de janeiro, quando nas faces de todo o portuguez, ainda o mais humilde, se distinguia a rubra marca da chicotada que a Portugal a Inglaterra infligira com a pita do ultimatum de lord Salisbury.” (*Manifesto dos Emigrados da Revolução Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*, pp. 9-10).

nos escaparates do dia seguinte, e muito menos almejam vislumbrar a descomunal reacção popular que a notícia provoca.

As primeiras manifestações ocorrem na capital, e vão avançando em crescendo, estendendo-se a todo o país, às ilhas adjacentes e inclusive a algumas colónias ultramarinas. Exprimem o mais voluntarioso brio patriótico, fulgurante de maldições contra a afronta inglesa e lástimas perante a cedência do governo nacional.

Reuniões, comícios<sup>153</sup>, artigos e folhetos, poemas, a composição de um hino<sup>154</sup>, a organização de subscrições<sup>155</sup>, a criação de ligas patrióticas<sup>156</sup>, iniciativas simbólicas de todos os tipos, todos os meios servem para expressar esse plangente sentimento.

A postura repressiva do governo regenerador chefiado por Serpa Pimentel, nomeado pelo rei logo no dia 14 de Janeiro, após a queda do predecessor progressista, toma “para muitos, uma feição anti-nacional, denunciativa de uma atitude anti-patriótica e até de traição.”<sup>157</sup>

Empolam-se os ânimos contra a coroa e o momento marca, no testemunho de muitos, a cisão definitiva entre governantes e governados. “D’um lado fica a monarchia, com a sua velha aliada, a Inglaterra, que não quis repudiar. Do outro lado, fica a nação, contra a Inglaterra e a monarchia.”<sup>158</sup>

<sup>153</sup> Um dos comícios mais importantes, realizado no dia 11 de Fevereiro no Coliseu de Lisboa, terá chegado a congregar à volta de 40.000 pessoas, contudo, acaba dissolvido pelas autoridades e dois dos seus promotores, Manuel de Arriaga e Jacinto Nunes são presos. (Vide Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, p. 109).

<sup>154</sup> A marcha *Portuguesa*, composição do maestro Alfredo Keil, com letra de Henrique Lopes de Mendonça é interpretada pela primeira vez no Teatro da Alegria em Janeiro de 1890, arrancando uma ovação efusiva da assistência. “Immediatamente, este hymno foi adoptado como o canto nacional e, em toda a parte, executado e ouvido de pé.” (João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 13).

<sup>155</sup> Entre outras iniciativas do género, a ideia de uma subscrição pública para a compra de navios destinada à defesa do Ultramar é debatida no decorrer de uma reunião realizada no Salão da Trindade, presidida pelo progressista Marquês de Pomares, na qual participam republicanos como Teófilo Braga e Magalhães Lima. A Grande Subscrição Nacional, como ficará conhecida, será gerida por uma Comissão Executiva sediada no edifício do Teatro D. Maria II, recolhendo contributos de individualidades de todo o país.

<sup>156</sup> Em Lisboa é constituída a Liga Liberal, liderada primeiro pelo general João Crisóstomo e depois por Augusto Fuschini, e composta por mais de 400 oficiais. No Porto, a proposta de constituir uma Liga Patriótica do Norte é apresentada pelos académicos e defendida por Clemente dos Santos Pinto num comício realizado a 26 de Janeiro de 1890, em sede do Teatro Príncipe Real, no qual se congregam elementos de todas as filiações políticas. Antero de Quental, que ressurgira nesse mesmo dia do seu retiro voluntário em Vila do Conde, ao assinar o artigo “Expição” no jornal *A Província*, recebe e aceita o convite para chefiar a nova agremiação, contando com a colaboração de José Pereira de Sampaio (Bruno) e Basílio Teles para a redacção dos seus estatutos. Não obstante a qualidade do seu programa, esta Liga dissolve-se passado pouco tempo, em Abril, sucumbindo a comodismos, quezílias e partidarismos.

<sup>157</sup> Fernando Castelo-Branco, “O Ultimatum e o Partido Republicano Português”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Volume V, p. 720.

<sup>158</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 23.

Aos apelos para uma solução nacional, que ecoam inclusive em sede do parlamento,<sup>159</sup> o rei responde com nova reviravolta partidária, persistindo no rotativismo constitucional.

Engrossam as aderências ao partido republicano e as debandadas dos partidos monárquicos.<sup>160</sup> Na mente de muitos, República passa a ser sinónimo de Patriotismo. “Quando o sentimento publico comprehendeu que corôa e governos eram os seus inimigos, contra elles se voltou e não encontrando outra fórmula em que encarnasse o seu protesto, adoptou aquella que lhe pareceu visar mais directamente o objecto da sua indisposição. Essa formula foi a Republica. Immediatamente, produz-se uma subita incorporação de todo o patriotismo offendido, no partido republicano.”<sup>161</sup>

Tudo parece de feição à eclosão e sucesso de um movimento insurreccional. Mas ninguém avança para fruir dessa *fermentação revolucionária*.<sup>162</sup> A ideologia dominante no seio do principal opositor monárquico permanece adstrita aos métodos pacifistas, cerebrais e verbalistas e os seus dirigentes assumem-se desprecavidos para tal encargo. “D’est’arte, ficou de um lado o poder manejando já as primeiras armas da opressão para suffocar os impulsos de um patriotismo tanto mais para temer quanto não era acompanhado pela côroa, e do outro, o sentimento publico, isempto de qualquer direcção superior e entregue aos seus arrebatamentos e desvarios.”<sup>163</sup>

Há medida que as semanas e os meses vão passando, os ânimos começam, contudo, a serenar, sem que se concretizem em efectividade subversiva as inflamadas exaltações populares. António Álvaro Dória comenta de forma mordaz o esmorecimento desse “histerismo exacerbado por orgulho descabido e que, por não assentar na consciência duma dignidade solidamente estruturada, breve se extinguiria como fogo de palha, cuja chama se ergue alta e brilhante um momento para morrer daí a pouco em fumo e cinza.”<sup>164</sup>

<sup>159</sup> Lopes de Oliveira comenta: “A imediata formação dum Govêrno Nacional devia resultar da crise cruel, mas renovadora, em que nos lançava o *ultimatum*. (...) Dois deputados – um republicano, Manoel de Arriaga; outro regenerador, Manoel da Assunção – vieram a exprimir tal desígnio no Parlamento. Infelizmente, o divórcio dos dirigentes monárquicos e da Grei, iniludivelmente patenteado desde 1880, impediu que o Rei confiasse no Povo.” (“A Obra da Propaganda Republicana pelo Dr. Lopes de Oliveira”, Luís de Montalvor, *ob. cit.*, Volume II, p. 75).

<sup>160</sup> Destacam-se entre os novos aderentes à causa republicana, João Chagas, Eduardo de Abreu e Guerra Junqueiro.

<sup>161</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 29.

<sup>162</sup> A expressão é de Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, p. 113.

<sup>163</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 11.

<sup>164</sup> António Álvaro Dória, *ob. cit.*, p. 501.

Alguns poucos focos contudo não esmorecem, e tentam manter a flama ao longo de 1890, explorando de forma contundente acontecimentos como a dissolução pelo governo da Câmara Municipal de Lisboa,<sup>165</sup> a assinatura do Tratado de 20 de Agosto e a subsequente crise política, a formação de um governo extra-partidário em Outubro, o assassinato do jovem Pardal no decurso de manifestações em Lisboa ou a prisão de portugueses por agentes ingleses em Manica, território não-contestado de Moçambique.

A imprensa desempenha neste processo instigador um papel essencial.

*O Seculo* torna-se nas primeiras horas “o mais fiel interprete da reacção patriótica”.<sup>166</sup> Todavia, a legislação publicada por Lopo Vaz no mês de Abril, esmorece o entusiasmo inicial dos seus responsáveis.

Os órgãos criados pelos estudantes das três principais academias do país, Lisboa, Coimbra e Porto, tomam o lugar das tradicionais folhas republicanas na contestação anti-governamental. Na capital, Higino de Sousa funda em conjunto com Brito Camacho, Estêvão de Vasconcelos e outros, o diário *A Pátria*, cujo primeiro número sai ainda no decurso de Janeiro.<sup>167</sup> Os alunos das escolas médicas conimbricense e portuense seguem-lhes os passos, iniciando a publicação em Março dos jornais *O Rebate*<sup>168</sup> e *O Ultimatum*.<sup>169</sup>

Cabe igualmente aos estudantes a responsabilidade pelas manifestações mais impetuosas. Saem à rua em protesto por diversas vezes, enfrentando a repressão das autoridades. No dia 14 de Fevereiro o governo dissolve a Associação Académica de Lisboa “como castigo de ter intervindo nas manifestações anti-britannicas.”<sup>170</sup> Em Coimbra, a onda de indignação suscitada pela detenção de António José de Almeida,<sup>171</sup> alvo da nova

<sup>165</sup> É dissolvida no dia 11 de Março por ordem governamental por ter concorrido para a Grande Subscrição Nacional, resultando em transtornos nocturnos. Nas eleições gerais realizadas passados alguns dias, a 30 de Março, o partido republicano elege quatro deputados, Latino Coelho, Manuel de Arriaga, Elías García e o ex-progressista e ex-presidente da Câmara Municipal, Fernando Palha. (Cf. Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, pp. 106-112).

<sup>166</sup> Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, p. 97.

<sup>167</sup> *A Pátria: jornal independente: órgão da Associação Académica de Lisboa*, teve como director o estudante do 5.º ano de medicina, Higino de Sousa, e foi publicado entre 29 de Janeiro de 1890 (n.º 1) e 31 de Janeiro de 1891 (n.º 326).

<sup>168</sup> A publicação do semanário *O Rebate: jornal da Academia do Porto* partiu da iniciativa do estudante da Faculdade de Medicina, Eduardo de Sousa, tendo o primeiro número saído no dia 11 de Março de 1890. Terão sido publicados 34 números, até ter sido suspenso.

<sup>169</sup> *O Ultimatum: folha académica*, resultou da iniciativa do futuro Presidente da República, António José de Almeida, na época estudante da Faculdade de Medicina de Coimbra. O primeiro número saiu a 23 de Março de 1890. Desconhece-se o número total de exemplares publicados.

<sup>170</sup> Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, p. 111.

<sup>171</sup> Para além de António José de Almeida, também Afonso Costa, então estudante de direito, é julgado por abuso de liberdade de imprensa, comparecendo a Tribunal no mesmo dia. O primeiro é defendido por Manuel de Arriaga, sendo condenado a 3

lei de imprensa, é subjugada “por uma brutal intervenção da policia, da qual resultou grande numero de feridos”.<sup>172</sup> No Porto, no dia 17 de Setembro, uma manifestação de estudantes, apoiada por Júlio de Matos, João Chagas e Felizardo de Lima, sai do Café Suíço e percorre as ruas da cidade em cortejo até ser dispersada pela guarda municipal.<sup>173</sup>

No meio académico esboçam-se ideias como a constituição da subscrição nacional ou a hipótese de formação de um exército,<sup>174</sup> organizam-se cerimónias simbólicas de homenagem a figuras históricas, criam-se comissões de representação junto do governo e editam-se manifestos, como o da Academia de Coimbra, publicado a 13 de Novembro no jornal *Os Debates*.

Significativa parte destes jovens estudantes universitários constituirá a nova geração de militantes republicanos, que se distinguirá das hostes tradicionais pelo radicalismo do seu vocabulário e da sua actuação e pela defesa explícita e inequívoca da solução revolucionária.<sup>175</sup>

Periódicos como *O Sargento* e *A Vedeta* partem da iniciativa de outro grupo contestatário do desagravo nacional: o exército, cujo decoro profissional é ferido pela rendição do governo. “A grande commoção publica de 1890, se perturbou o povo, não perturbou menos profundamente o exercito, precisamente pela circumstancia de ser a invalidez da nação o que em mais cruel evidencia foi posto pelos acontecimentos.”<sup>176</sup>

São os militares, e em especial as patentes mais baixas, que determinarão a eclosão do movimento de Janeiro do ano seguinte. “A revolta do Porto não surdiu de uma conspiração premeditada por aquelles a quem a teem attribuido, mas de uma outra que, por assim dizer, se formou pela espontaneidade do sentimento da rebellião entre as classes militares e á qual elles se limitaram a dar a sua cooperação.”<sup>177</sup>

---

meses de prisão. Este último, defendido por Magalhães Lima, consegue a absolvição. (Cf. Magalhães Lima, *ob. cit.*, pp. 183-184).

<sup>172</sup> Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, p. 115.

<sup>173</sup> Vide António Álvaro Dória, *ob. cit.*, pp. 584-587.

<sup>174</sup> Organizado por Higino de Sousa e Cunha e Costa, o Batalhão Académico chega a recolher diversas inscrições. (Vide Magalhães Lima, *ob. cit.*, p. 268).

<sup>175</sup> Muitos deles desempenharão nos anos seguintes papéis de relevo no processo de implementação da República no país e ocuparão cargos de destaque nos órgãos políticos do novo regime.

<sup>176</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 49.

<sup>177</sup> *Idem, ibidem*, p. 56.



É na redacção de *A Republica Portuguesa*,<sup>178</sup> jornal de João Chagas que tudo começa, no mês de Setembro, com “a apresentação voluntaria de um pequeno grupo de segundos sargentos e cabos de infantaria e caçadores”.<sup>179</sup>

Respondendo à necessidade de aproveitar as motivações e expectativas revolucionárias dos militares, João Chagas procura Alves da Veiga, a quem é reconhecida “no Porto a situação de um chefe de partido”,<sup>180</sup> para lhe propor a participação e direcção nos trabalhos conspiratórios.

Até essa altura, Alves da Veiga parece pouco envolvido no movimento patriótico e de contestação que assola o país. Em conjunto com dezenas de cidadãos nortenhos, é proposto para membro da Liga Patriótica do Norte,<sup>181</sup> mas fora essa referência, e ao contrário do habitual em campanhas anteriores, o seu nome não se vislumbra nas iniciativas publicistas nem nos actos públicos de protesto.

As dissidências de anos transactos e exortações como as que Felizardo Lima lhe fizera em 1888 no jornal *O Radical* teriam porventura melindrado o seu denodo partidário. Aquele afirmara: “O partido não tem organização no Porto, está desmantelado e Alves da Veiga terá, perante a história, a responsabilidade do atraso democrático do Norte.”<sup>182</sup>

Na obra *O Porto e a Revolta do 31 de Janeiro*, Fernando de Sousa avaliza a limitada influência dos republicanos na urbe nortenha nas vésperas da revolta: “Politicamente desorganizado, albergando dissidências nas suas fileiras, desenvolvia a sua propaganda através de escassos clubes.”<sup>183</sup>

No decurso de 1890, Alves da Veiga acompanha o director do *Século* em momentos da viagem que este empreende a algumas capitais europeias. Segundo testemunha o próprio Magalhães Lima, o objectivo dessa “peregrinação patriótica de seis meses”<sup>184</sup> consistia, para além da recolha das simpatias externas para a causa nacional, na defesa da

<sup>178</sup> *A Republica Portuguesa*, publicada entre 01-09-1890 (n.º 1) e 31-01-1891 (n.º 148) foi o “histórico diario fundado no Porto por João Chagas, Alvarim Pimenta, Dyonisio Ferreira dos Santos Silva e Joaquim Antunes Leitão, que, por assim dizer, preparou os animos para a revolta militar de 31 de janeiro de 1891.” (Alberto Bessa, “Jornalismo republicano no Porto – Notas historico-bibliographicas (conclusão do número anterior), *O Tripeiro*, 3.º Anno, n.º 87, 20-11-1910, p. 237).

<sup>179</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 52.

<sup>180</sup> *Idem, ibidem*, p. 55.

<sup>181</sup> Cf. *A Actualidade*, 17.º Anno, n.º 24, 28-01-1890, p. 1.

<sup>182</sup> “Aveiro e Alves da Veiga”, *O Radical*, 1.º Anno, n.º 21, 23-07-1888, p. 1, *cit.* por Amadeu Carvalho Homem, “Basílio Teles e a Revolta do Porto: Uma carta para Teófilo Braga”, separata da *Revista de História das Ideias*, Volume 11, p. 504.

<sup>183</sup> Fernando de Sousa, *ob. cit.*, p. 25. Também João Chagas e o Ex-Tenente Coelho referem a acção relativamente restrita exercida pelo Partido Republicano, e os resultados da obra dos publicistas republicanos na cidade invicta, que, até 1890, não conseguira a adesão de grande parte da população. (Cf. João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 25-26).

<sup>184</sup> Magalhães Lima, *Episódios da Minha Vida*, p. 178.

federação ibérica.<sup>185</sup> A ideia da união federal dos dois países peninsulares não era nova, mas punha-se agora noutros termos, atendendo ao argumento: “ou federados com a Espanha, ou escravos da Inglaterra.”<sup>186</sup>

A 7 de Julho, antes de seguir viagem para Londres, Alves da Veiga participa num Banquete realizado no Casino Republicano, “em honra dos republicanos portugueses que, por essa ocasião, se encontravam de passagem em Madrid.”<sup>187</sup> Noutra ocasião, acompanha Magalhães Lima num almoço a casa do republicano Emilio Castelar, um dos protagonistas da revolução espanhola de 1868, que os dois portugueses admiram desde os tempos de faculdade.<sup>188</sup> Em Paris, e aproveitando os festejos do 14 de Julho, subscreve em conjunto com Magalhães Lima e Xavier de Carvalho uma carta de felicitações “em nome dos republicanos portugueses”<sup>189</sup> ao Presidente da República francesa.

Ao regressar de viagem, presume-se que Alves da Veiga, mesmo afastado da ribalta, terá permanecido de alguma forma activo, liderando o seu clube, participando em reuniões e encontros, frequentando a loja maçónica de que é venerável<sup>190</sup>, os cafés e outros pontos de encontro dos liberais do Porto onde se comentam os acontecimentos.

Só se assim se explica que o seu nome aflore às mentes dos redactores da *Republica Portuguesa* ao equacionarem a conjuração.

### 3.3 – A organização do movimento insurreccional

À época empregado na redacção da folha lisbonense *O Tempo*<sup>191</sup> e conhecido como um *blagueur* e *farceur*,<sup>192</sup> João Chagas recebe a notícia do ultimato inglês como um

<sup>185</sup> Vide S. de Magalhães Lima, *Pela Patria e Pela Republica*, obra em que o autor faz o relato dessa mesma viagem.

<sup>186</sup> Magalhães Lima, *Episódios da Minha Vida*, p. 173.

<sup>187</sup> S. de Magalhães Lima, *Pela Patria e Pela Republica*, p. 22.

<sup>188</sup> “Convidados a assistir a um almoço em sua casa, Calle Serrano, 40 – Alves da Veiga e eu – ali se fallou largamente do partido republicano portuguez, das suas forças e das probabilidades de successo que existiam em seu favor.” (S. de Magalhães Lima, *ob. cit.*, pp. 38-39).

<sup>189</sup> S. de Magalhães Lima, *ob. cit.*, pp. 50-51.

<sup>190</sup> Como significativa parte da intelectualidade republicana da época, Alves da Veiga é maçom. Realiza a sua iniciação em 1884 na loja portuense *Primavera*, com o nome simbólico de *Descartes* e a partir de 1887 integra a loja *Independência*, na qual alcança o grau de Venerável. Alvitra Mário Cal Brandão que os irmãos dessa, como das outras três lojas existentes à época na cidade do Porto terão apoiado a aventura revolucionária (Cf. Mário Cal Brandão, “A Maçonaria e o 31 de Janeiro”, *Grémio Lusitano*, n.º 11, Março 2007, p. 72). A implicação de Alves da Veiga na Revolta de 31 de Janeiro determinará a sua irradiação da Maçonaria a 12 de Agosto do mesmo ano, voltando todavia e pouco tempo depois, em 21 de Outubro, a ser reintegrado. Em 1889 atinge o grau 33 do REAA (Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, Volume II, p. 818).

<sup>191</sup> Jornal de filiação monárquica, publicado em Lisboa entre 1889 e 1904. Teve como director Carlos Lobo de Ávila.

<sup>192</sup> As expressões são de Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, p. 91.

*choque eléctrico*.<sup>193</sup> Abandona a partir de então a atitude despiciente com que encarava a gravidade da situação política e económica do país,<sup>194</sup> e enchendo-se de brios patrióticos, passa a defender alto e bom som a causa republicana e a tomada de medidas revolucionárias. No dia 21 de Janeiro faz publicar na imprensa uma carta desligando-se dos partidos monárquicos. Entretanto, e não encontrando eco das suas aspirações insurreccionais nos militantes de Lisboa, parte rumo à cidade invicta, na qual, desde há anos a essa parte, se ouviam as mais arrebatadas vozes contra a postura legalista do directório alfacinha.

O Porto, cidade que confrontada com o ultimatum “até então não dera grandes signaes de vida cívica”,<sup>195</sup> e “onde a obra dos publicistas republicanos não conseguira captar definitivamente o espirito da população”,<sup>196</sup> afigura-se, não obstante, a Chagas e aos companheiros a quem se associa “o unico centro da população portuguesa susceptível de soltar o primeiro grito de liberdade de que nos propúnhamos ser os interpretes.”<sup>197</sup> Para Heliodoro Salgado, na capital do norte mantinha-se viva “a velha fibra revolucionaria adormecida em 1847”.<sup>198</sup> E Sampaio (Bruno), anos mais tarde, homenagearia essa “irredutível rebeldia intelectual do Porto”<sup>199</sup>, palco das revoluções vintistas, e a respectiva “tradição liberal em matérias de autonomia de consciência.”<sup>200</sup>

O primeiro número do diário *A Republica Portuguesa*,<sup>201</sup> no qual João Chagas assume a função de redactor principal, sai a 1 de Setembro de 1890, antecedendo em pouco mais de uma semana a *crise dos 26 dias*.<sup>202</sup> Na primeira página, o jornalista escreve: “No momento em que esta folha aparece, Portugal encontra-se na situação em que se

<sup>193</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>194</sup> Atente-se à seguinte leitura: “O 31 de Janeiro surge num período de crise aguda da nação portuguesa, que se começa a definir por 1889, se estende para além de 1894 e que é conhecida por crise de 1890-91, resultante, segundo Teixeira Bastos, de duas causas distintas, “uma, geral e extensa, que abrange todos os povos civilizados da Europa e da América e que pode qualificar-se de economico-social, e a outra particularmente intensa, que é propriamente nacional e que pode ser considerada como político-financeira.” (Fernando de Sousa, *O Porto e a Revolta do 31 de Janeiro*, p. 16).

<sup>195</sup> J. Chagas e M. Coelho, “Jornalismo Republicano: “A Republica” e “A Republica Portuguesa””, *O Tripeiro*, n.º 84, 20-10-1910.

<sup>196</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 25.

<sup>197</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>198</sup> Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, p. 121.

<sup>199</sup> José Augusto Seabra, Prefácio a Bruno (José Pereira de Sampaio), *Portuenses Ilustres*, Tomo I, p. 13.

<sup>200</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>201</sup> Vem substituir o precedente projecto jornalístico de Chagas, *A Republica*, que nasce da extinção do *Commercio Portuguez*. O primeiro número deste periódico é publicado no dia 19-04-1890. O director é José Pereira de Sampaio (Bruno) e os redactores, entre outros, João Chagas e Guedes de Oliveira. (Cf. Alberto Bessa, “Jornalismo republicano no Porto – Notas historico-bibliographicas (conclusão do número anterior), *O Tripeiro*, 3.º Anno, n.º 87, 20-11-1910, p. 237). Na sequência de processo levantado pelo ministério público pela publicação do artigo “Basta!”, João Chagas e os proprietários desse jornal entram em litigio, levando à demissão do jornalista. (Cf. António Álvaro Dória, *ob. cit.*, p. 565).

<sup>202</sup> Termo por que ficou conhecida a crise política que se instala após a demissão do governo regenerador, despoletada pelas reacções intempestivas ao Tratado de 20 de Agosto. Durará até 12 de Outubro, data em que o rei D. Carlos nomeia um governo extra-partidário chefiado pelo octogenário general João Crisóstomo de Abreu e Sousa.

decide dos destinos duma nacionalidade. Portugal ou renasce e se vinga pela revolução, ou espera o apodrecimento total com a resignação cobarde de certos doentes que preferem aguardar a invasão da morte a deixar-se amputar a tempo de ressurgir para a vida.”<sup>203</sup>

Nesta edição periódica onde colaboram destacadas figuras do republicanismo nortenho<sup>204</sup>, o apelo à sublevação é uma constante e os artigos aí publicados seguem os passos ensaiados nos anos precedentes pelos apologistas da *via violenta da tomada do poder*.<sup>205</sup>

Paulo Samuel no artigo “O Porto antes do 31 de Janeiro: Do Positivismo ao Idealismo Republicano”, não obstante a diversidade de matrizes filosófico-políticas defendidas, arrisca agregar numa “Escola Portuense”<sup>206</sup> o idealismo desses republicanos. Nomeia figuras como Sampaio (Bruno), Basílio Teles, Guerra Junqueiro e Alves da Veiga, reconhecendo-lhes em comum a “crença profunda num ideal, de tal forma enraizado”<sup>207</sup> que os leva a arriscar tudo na aventura revolucionária. Esse ideal é a república democrática, entendida como “única via para a regeneração nacional”.<sup>208</sup>

Não caberá, contudo, a este grupo de intelectuais vanguardista dar o primeiro passo nas tramas conspiratórias, mas às camadas mais baixas dos militares aquartelados no Porto, cujas motivações se prendem tanto com impulsos de cariz patriótico, como com interesses de natureza profissional.<sup>209</sup>

As reivindicações da classe militar são, todavia, vistas como uma oportunidade pelos militantes portuenses e, bem assim, pelo directório do partido republicano, que modifica entretanto a sua postura relativamente a expedientes belicosos. Tal é o testemunho dado por alguns intervenientes na Revolta. João Chagas e Manuel Maria Coelho atestam

<sup>203</sup> *A Republica Portuguesa*, 1.º Anno, n.º 1, 01-09-1890, citada por A.C. Carvalho e J. C. Alvim, Introdução a João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. XXXI).

<sup>204</sup> Entre outras, José Pereira de Sampaio (Bruno), Júlio de Matos, Basílio Teles, Latino Coelho e Heliodoro Salgado.

<sup>205</sup> A expressão é de Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 75.

<sup>206</sup> Para o autor seriam comuns aos membros dessa Escola algumas linhas de pensamento. Escreve: “O *ex-libris* deste grupo, acaso não seja movimento contínuo, denota a escolha do livre arbítrio, a atitude deísta recusando o dogmatismo da Igreja mas enfrentando o cientismo-evolucionista e o ateísmo, a preservação dos saberes tradicionais e populares, o culto da esperança messiânica nas roupagens do sebastianismo, a valorização do passado histórico e heróico face às teorias materialistas e economicistas. Reflecte, além disso, a vibração de um idealismo republicano, porém nunca sectário e anti-religioso. A aspiração a uma República que traga liberdade e igualdade, a fraternidade e a educação, com vista a formar homens com perfis ideais e patrióticos.” (Paulo Samuel, “O Porto antes do 31 de Janeiro: Do Positivismo ao Idealismo Republicano”, *Nova Renascença: Número Especial Comemorativo do Centenário do 31 de Janeiro*, p. 274).

<sup>207</sup> *Idem, ibidem*, p. 265.

<sup>208</sup> *Idem, ibidem*, p. 266.

<sup>209</sup> Entre outras referências, vide Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 79.

que “o Directorio republicano de então, presidido por José Elias Garcia, procurava, passadas as primeiras surpresas do mez de janeiro, organizar um movimento”.<sup>210</sup> Basílio Teles, nomeado delegado do directório junto dos conjurados do Porto<sup>211</sup>, afirma: “O propósito firme, deliberado, definitivamente assente entre alguns republicanos, de provocar uma revolução data, pouco mais ou menos, do mês de Maio de 90.”<sup>212</sup>

Ao assumir o encargo de liderar os trabalhos conspiratórios, Alves da Veiga preocupa-se não só em recolher o aval da cúpula do partido, mas igualmente em garantir a sua colaboração. Viaja por diversas vezes até à capital do país para se encontrar com Elias Garcia e recebe os emissários desse organismo no Porto.

Planeia-se um movimento de larga amplitude, que eclodindo na cidade invicta, seja prontamente secundado em todo o país. Nos principais núcleos urbanos, os vários agrupamentos republicanos procuram atingir esse óbice, pela coordenação de esforços e recolha de adesões civis e militares.

Alves da Veiga participa activamente nesse esforço agremiador. A partir de Setembro percorre as províncias do norte, organizando comités civis e militares. “A organização d’esses comités foi feita sem plano e ao sabor das adhesões que se iam offerecendo, ou sollicitando. Onde quer, comtudo, que Alves da Veiga apparecesse, elles formavam-se, porque o advogado possuia uma verdadeira rede de relações pessoaes que em toda a parte lhe permitia alcançar as bases d’esses nucleos revolucionarios.”<sup>213</sup>

Entre os coadjuvantes nesta tarefa, o advogado inclui o director do semanário *A Justiça Portuguesa*, Henrique dos Santos Cardoso, conterrâneo bragançano estabelecido no comércio do Porto. Esta criticada e controversa figura,<sup>214</sup> que ficará conotada como “o braço direito de Alves da Veiga”<sup>215</sup>, à data em que se davam as primeiras aproximações

<sup>210</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 57.

<sup>211</sup> “N’estas circunstancias, o Directorio republicano escolheu entre os republicanos do Porto, um delegado, que foi Basílio Telles, o qual, até ao momento da revolta, foi portador de duas credenciaes, autorisando-o a obter recursos para um movimento de iniciativa – digamos official.” (João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 57-58).

<sup>212</sup> Basílio Teles, *ob. cit.*, p. 184. Fernando Catroga, que cita esta passagem na sua obra *O Republicanismo em Portugal*, interpreta a mesma, localizando neste período a inflexão no pensamento dos dirigentes republicanos quanto aos meios propugnados para a instauração da República.

<sup>213</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 63.

<sup>214</sup> Na obra de Chagas e Coelho lê-se: “Acompanhou o dr. Alves da Veiga n’algumas das suas excursões pela provincia. Em Braga succedeu mesmo o caso de certos elementos militares se recusarem a tratar com elle.” (João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 78)

<sup>215</sup> “Era o braço direito de Alves da Veiga. Estas asserções são do promotor da justiça no seu julgamento e do depoimento da testemunha, tenente Homem Cristo.” (Francisco Manuel Alves, Reitor de Baçal, *ob. cit.*, p. 78).

entre os militares da guarnição do Porto e os redactores de *A Republica Portuguesa*, já “ajuntava em sua casa sargentos da Guarda Fiscal.”<sup>216</sup>

As evidentes falhas de carácter deste comerciante são relevadas e este “homem de uma mediocre intelligencia e de uma grande incultura”,<sup>217</sup> é “reconhecido, senão como bom, como util, e, como tal aproveitado.”<sup>218</sup> A sua casa torna-se num dos pontos de referência e de encontro. Na obra *Memórias de um Vencido* de António Claro, um dos conjurados portuenses, pode ler-se a seguinte passagem: “Precauções não as houve, porque a porta da rua esteve sempre escancarada, e, a dois passos, no corredor alguns cocheiros se abrigaram da chuva impertinente e miudinha que então cahia.”<sup>219</sup> E sobre Santos Cardoso: “porque do bando quem taramelava e lia um carpacio massudo (...) era um homem taludo, de bigodeira e pera, que não findava com o seu aranzel, embora fosse mister matar primeiro o urso antes de lhe mercadejar a pelle”<sup>220</sup>.

A forma incauta como Santos Cardoso organiza essas reuniões e como contacta e procura aliciar oficiais superiores, o pouco cuidado que tem em conservar sobre sigilo as manobras conspiratórias, e as fantasiosas aderências com que mantém iludidos os militares de baixa patente contam-se, no entender de vários autores, entre as determinantes da falência da intentona portuense.

Entretanto, e em simultâneo com o desenvolvimento dos trabalhos conspiratórios, instala-se a crise no seio do directório do partido republicano. Entram em litígio duas facções, uma conduzida pelo Tenente Francisco Homem Cristo, que ambiciona a presidência partidária,<sup>221</sup> e a outra pelo detentor desse posto, o coronel José Elias Garcia.<sup>222</sup>

A disputa acaba por se resolver no Congresso Republicano,<sup>223</sup> realizado em Lisboa entre os dias 4 e 6 de Janeiro de 1891, com a eleição de um novo directório, do qual

<sup>216</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 71.

<sup>217</sup> *Idem, ibidem*, p. 69.

<sup>218</sup> *Idem, ibidem*, p. 72.

<sup>219</sup> António Claro, *Memórias de um Vencido*, p. 98.

<sup>220</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>221</sup> “Estavam as coisas n’este pé, quando o tenente Homem Cristo, que estivera trabalhando com Elias Garcia, desnordeado pela sua ambição, ou talvez por outros inconfessaveis motivos, levantou a desastrosa campanha em favor do congresso”. (Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, p. 123).

<sup>222</sup> Tentará obstar às manobras do seu concorrente, apesar da gravidade do seu estado de saúde. Sucumbiria à doença passados poucos meses, falecendo a 22 de Abril de 1891.

<sup>223</sup> Congresso no qual os conspiradores do Porto se recusam a tomar parte. (Cf. Carta de 8-2-1891 de F. M. Homem Cristo ao Comissário Geral da Policia do Porto, *cit.* por João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 185-187).

passam a fazer parte Homem Cristo e Manuel de Arriaga.<sup>224</sup> Elias Garcia e Sousa Brandão são relegados para o corpo consultivo. Completam o novo directório Teófilo Braga, Jacinto Nunes, Bernardino Pinheiro, Magalhães Lima e Azevedo e Silva.

Em resultado, se até Dezembro o directório republicano confirmava o seu apoio à conjuração nortenha e afiançava secundá-la,<sup>225</sup> a partir do mês seguinte, face às resoluções e alternância de chefias resultantes do Congresso, a certeza desse apoio esmorece. “Desde então, os revolucionarios do Porto deixaram de encontrar-se em intima concordancia com o Directorio, do qual, é certo, faziam parte alguns individuos do Directorio anterior, mas para o qual haviam entrado elementos novos que não estavam comprometidos.”<sup>226</sup>

O principal adversário é, sem dúvida, Homem Cristo, o novo presidente do partido. A sua oposição à concretização do movimento, verbalizada desde os primeiros momentos dos trabalhos conspiratórios,<sup>227</sup> torna-se especialmente incisiva a partir da visita que realiza ao Porto, em conjunto com Jacinto Nunes, nos primeiros dias de Dezembro, mandatado pelo então directório em exercício.

Ausente Alves da Veiga e doente Rodrigues de Freitas, acede contrariado a um encontro com Santos Cardoso, de quem tinha, já por esse tempo, uma opinião extremamente negativa. “Eu não queria falar ao miseravel, como deixei consignado no meu livro,<sup>228</sup> negava-me a isso tenazmente, porque considerava deshonrada toda a causa onde entrassem taes creaturas como elementos preponderantes.”<sup>229</sup> O resultado dessa audiência foi desastrosa.<sup>230</sup> Dela saiu reforçada não só a antipatia do tenente pelo

<sup>224</sup> “Sabe-se o que sahiu d’esse congresso, que, encerrado no dia 6 de janeiro ainda sob a impressão das eloquentes palavras de Homem Christo, proferidas na vespera, affirmando a unidade do partido e a sua solidariedade para a proclamação da Republica, apenas deixou de si este deploravel facto: a destituição de Elias Garcia, coronel de engenheiros, respeitado pelo exercito e experimentado nas lides politicas, substituido imbecilmente pelo tenente Christo, homem sem prestigio, por falta de idade, de talento, de tino, de illustração e de caracter para se poder impôr como chefe revolucionario.” (Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, p. 124).

<sup>225</sup> Tal é o testemunho de João Chagas que nesse mesmo mês procura Elias Garcia para indagar desse apoio, recebendo uma resposta afirmativa, em sede de um encontro onde estão também presentes Sousa Brandão, Bernardino Pinheiro e Teófilo Braga. (Cf. João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 145-149). Heliodoro Salgado, por seu lado, alude a uma carta de Teófilo Braga, datada de 13-12-1890, dirigida a Santos Cardoso. (Cf. Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, p. 214). E, também, as visitas de mandatados do directório no decurso desse mês, primeiro do General Sousa Brandão, depois de Jacinto Nunes e do Tenente Homem Cristo, indiciam a preocupação da cúpula do partido em seguir o andamento dos trabalhos preparatórios.

<sup>226</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 151.

<sup>227</sup> “Em Agosto, (1890) como lhe constasse que Santos Cardoso se occupava de trabalhos de alliciação de sargentos, e a Republica Portugueza encetasse a sua propaganda de excitação nos quartéis, procurou, segundo elle proprio conta, José Elias Garcia, junto do qual se pronunciou contra os manejos do Porto.” (João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 175).

<sup>228</sup> Refere-se à obra *Os Acontecimentos do 31 de Janeiro e a Minha Prisão*, cuja primeira edição sai ainda no decurso de 1891.

<sup>229</sup> Homem Cristo, *Monarquicos e Republicanos (Apontamentos para a Historia Contemporânea)*, p. 290.

<sup>230</sup> “Esta entrevista nada produziu de útil para a causa republicana; muito ao contrário, ela irá dentro em breve dar frutos perniciosos para o movimento, que explicam o fracasso da revolta do mês seguinte.” (António Álvaro Dória, *ob. cit.*, p. 597). Vide também João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, e Homem Cristo, *Os Acontecimentos do 31 de Janeiro e a Minha Prisão*.

comerciante, como a animosidade contra os outros cabecilhas e o próprio projecto conspiratório, no seu entender fantasioso e ofensivo do brio militar.

Num manifesto que publica a 11 de Janeiro, o novo directório defende de forma bastante explícita o recurso a métodos mais combativos de acesso ao poder: “No momento que atravessamos não ha lugar para demonstrações theoricas, nem para argumentar com os pedantocratas do constitucionalismo. Elles já deram as suas provas. Para a crise extrema, um supremo remedio.”<sup>231</sup> Todavia, e apesar da avocada aderência à via insurreccional, a chefatura alfacinha não deixa de desaprovar e tentar contrariar os maneios portuenses, que prosseguem à laia da sua autoridade, publicando nesse intento uma circular, dias depois a 25 de Janeiro,<sup>232</sup> onde se lê: “Prevenimos, portanto, os nossos correligionarios para que abandonem ao seu isolamento egoista qualquer grupo perturbador, que anteponha à majestade dos principios o fetichismo de personalidades”.<sup>233</sup>

O antagonismo de Homem Cristo pelo projecto portuense, alimentado por ambições e antipatias pessoais,<sup>234</sup> atinge um ponto alto com a publicação dois dias depois, do artigo “Uma prevenção”, no *Debates*, periódico republicano de Lisboa.<sup>235</sup>

Em simultâneo com a hostilidade da chefatura partidária, surge outro entrave à concretização bem sucedida dos planos revolucionários.

Na sequência de contestações relativas a promoções no seio do corpo militar, um significativo número de sargentos da guarnição do Porto endossa uma petição ao governo cujo teor em nada prima pela contenção e diplomacia. “Nada mais, nada menos do que isto: uma comminação, uma intimação, um emprazamento ao governo – um authentic *ultimatum* no qual se exprimia, pela fórmula mais imperiosa e mais franca, a ameaça da

<sup>231</sup> *Manifesto do Partido Republicano Portuguez*, transcrito em João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 152-163.

<sup>232</sup> A este respeito, relatava Homem Cristo numa carta dirigida ao Comissário Geral da Polícia do Porto, escrita na cadeia a 8 de Fevereiro de 1891: “Este directorio tentou ainda os meios suasorios para desviar os cabeças da revolta do Porto, do seu louco intento. Não o conseguindo publicou uma circular dirigida a todo o partido em 25 de janeiro recommendando-lhe que só a elle, directorio, obedecesse, não dando attenção a elementos perturbadores, nem a individualidades sem mandato. (Carta de 8-2-1891 de F. M. Homem Cristo ao Comissário Geral da Policia do Porto, *cit.* por João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 185-187).

<sup>233</sup> *Idem, ibidem*, p. 164.

<sup>234</sup> Vide, entre outros, Fernando Catroga, *ob. cit.*, pp. 81-82, e João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 173-174.

<sup>235</sup> “E eu, fiel aos meus principios de que era necessario repellar quem nos deshonrava, e precisando ainda evitar o desastre que se deu, inutilizando os que n'elle se tinham toda a responsabilidade, publiquei nos *Debates*, a 27 de janeiro, um artigo intitulado – *Uma prevenção* – que acaba de provar completamente, não só a minha innocencia nos acontecimentos de 31 de janeiro, mas quanto eu os combati e quanto os procurei evitar.” (Carta de 8-2-1891 de F. M. Homem Cristo ao Comissário Geral da Policia do Porto, *cit.* por João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 185-187).



revolta.”<sup>236</sup> O resultado foi uma imediata e contundente reacção autoritária, sendo expedidas ordens de transferência aos militares implicados e simultaneamente tomadas medidas no sentido de se espionarem os passos dos envolvidos no *complot*.<sup>237</sup>

Recebidas as ordens de transferência, grassa o alvoroço entre o corpo de sargentos. Crentes na amplitude dos trabalhos e apoios, iludidos pelo palavreado de Santos Cardoso,<sup>238</sup> pressionam os responsáveis civis para apressarem o movimento, sob pena de o comprometerem definitivamente. Sem sucesso, Alves da Veiga procura dissuadi-los, tentando ganhar tempo para garantir que a investida portuense seja secundada noutros pontos do país.

A 27 de Janeiro, reúnem um grupo de civis e três militares “para deliberarem da atitude a tomar”.<sup>239</sup> Resolvem ceder à pressão dos sargentos e arriscar, temendo perder a oportunidade. Tal decisão impõe “aos cabecilhas a necessidade de, à pressa e desorientadamente, tomarem providências para salvar o movimento”.<sup>240</sup> E, se até então pouco cuidado houvera, nesses últimos dias a indiscrição atinge o seu pique. Conjura-se às escâncaras. “Sabia-se onde se effectuavam as reuniões, onde se estava decidindo o modo como seria posto em execução o plano revolucionario.”<sup>241</sup>

As reuniões sucedem a um ritmo vertiginoso entre os dias 27 e 30. Decidem-se os últimos detalhes. Acerta-se a chefatura militar, delibera-se o trajecto dos revoltosos, escrevem-se manifestos, enviam-se emissários e telegramas.

A postura de Alves da Veiga prima pela apatia e resignação. Numa das últimas reuniões preparatórias, esta realizada na Rua da Alegria, “o que era cotado de chefe civil erguia o nariz para o tecto, e espetava os olhos na cal branca que contrastava com as mentalidades, em trevas, alli reunidas.”<sup>242</sup>

Antevê o falhanço da investida, como confessa a João Chagas na cadeia da Relação, mas não se sente já com forças para parar a marcha dos acontecimentos. “O semblante

<sup>236</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 121.

<sup>237</sup> O mais destacado elemento desses trabalhos de espionagem foi o sargento ajudante de infantaria 18, Artur Ferreira de Castro, seguindo as ordens do capitão Sarsfield. (Cf. João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 122-127).

<sup>238</sup> “Vaidoso e senhor de si, iludi-os com o âmbito da conspiração, levando-os a crer que todo o Exército estava pronto para sair para a rua no momento azado.” (António Álvaro Dória, *ob. cit.*, p. 606).

<sup>239</sup> *Idem, ibidem*, p. 609.

<sup>240</sup> *Idem, ibidem*, p. 613.

<sup>241</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 241.

<sup>242</sup> António Claro, *ob. cit.*, p. 98.

de Alves da Veiga tornara-se sombrio. Era elle quem a 30, nos dizia, na cadeia: “Vae ser desatroso” – “Evite!” – “É tarde”.<sup>243</sup>

### 3.4 - O desenrolar e malogro da Revolução

Na chuvosa e fria madrugada de 31 de Janeiro, por volta das duas horas, começam a sair para a rua os primeiros militares sublevados, encabeçados por sargentos.

Avançam os regimentos de Caçadores n.º 9 e de Infantaria n.º 10. Percorrem trajectos diversos, seguindo o plano esboçado nas vésperas, e reúnem no Campo de Santo Ovídio ou Campo da Regeneração. Formam frente ao quartel da Infantaria n.º 18, aguardando a saída das tropas ali aquarteladas. Juntam-se, entretanto, elementos da Cavalaria n.º 6 e da Guarda Fiscal.

Dos mais de 800 homens fardados que comparecem, apenas três são oficiais: o Capitão Leitão, o Tenente Coelho e o Alferes Malheiro.

O rol de patentes superiores envolvido nos trabalhos preparatórios é limitado, e bem assim, na sua grande parte falha à última da hora os compromissos assumidos, temendo as consequências da aventura revolucionária. A custo, e na véspera, Alves da Veiga consegue o compromisso do general reformado Correia da Silva para assumir a liderança militar.<sup>244</sup>

Quanto aos civis contam-se pelos dedos.<sup>245</sup> “A preparação do levantamento, a nível civil, envolveu um reduzido número de pessoas, filiadas nalguns clubes republicanos e nas lojas maçónicas do Porto.”<sup>246</sup>

Denunciada, apregoada e debatida a notícia da revolta por toda a cidade nos dias antecedentes, começa a convergir para o local grande número de populares, que se

<sup>243</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 229. O director da *Republica Portuguesa* tinha sido detido dias antes, a 27 de Janeiro, por delicto de imprensa e encontrava-se a cumprir pena na cadeia da Relação no Porto.

<sup>244</sup> Alves da Veiga teria anteriormente conseguido a adesão do general Sebastião Calheiros, que entretanto desiste do projecto, influenciado pelos argumentos de algumas figuras republicanas alfacinhas. (Cf. João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 221-222).

<sup>245</sup> Na obra *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, Basílio Teles aponta, entre as falhas da organização do movimento, a despreocupação dos cabecilhas na aliciação de civis, e em especial das massas operárias, defendendo o importante contributo que o as mesmas poderiam ter tido na intentona republicana. Ficará para a história o encargo de comprovar a importância dessas classes na efectivação da República e o papel desempenhado na revolução deflagrada no início do século seguinte.

<sup>246</sup> Fernando de Sousa, *ob. cit.*, p. 37.

juntam às tropas nas aclamações à revolução e à república, não obstante a hora matutina.<sup>247</sup>

Entretanto, a Guarda Municipal cerca o Campo de Santo Ovidio e alguns oficiais desse corpo militar procuram demover os insurrectos. Os responsáveis, no entanto, declinam o alvitre, e prosseguem esperando que os portões do quartel da Infantaria 18 se abram. Acabam por forçar as portas e, entre muros, o capitão Leitão, Santos Cardoso e o actor Miguel Verdial confrontam o comandante do corpo, Lencastre de Menezes.

À notícia da adesão do corpo de Infantaria 18,<sup>248</sup> e tendo a Guarda Municipal retirado e libertado a passagem, as tropas sublevadas tomam o caminho da Praça de D. Pedro ou Praça Nova, seguidas de perto pelo povo. “A multidão que a cada instante crescia, misturava aos das tropas os seus vivas, n’uma gritaria atroadora.”<sup>249</sup>

Para os revoltosos, o entusiasmo da turba ecoa como um presságio da vitória. “Era tão quente o arrebatamento, tão ardente aquella ruidosa alegria que a doce e consoladora esperança na victoria revolucionaria penetrava em todos os corações, dissipando vagos receios que a longa inacção das tropas fizera despontar.”<sup>250</sup>

À frente da formatura, elementos das bandas dos regimentos insurrectos vão tocando *A Portuguesa* de Alfredo Keil. Populares assomam às janelas e a multidão que acompanha as tropas vai crescendo.

Nova formatura ocorre frente ao edifício dos Paços do Concelho já o dia rompe. Um grupo de revoltosos invade o edifício municipal. Alves da Veiga, Felizardo de Lima, Santos Cardoso, António Claro, Santos Silva, Miguel Verdial e o abade Pais Pinto assomam à varanda. Hasteiam no mastro municipal a bandeira verde e vermelha do Centro Democrático Federal de 15 de Novembro.

<sup>247</sup> Atente-se à seguinte descrição: “Na vespera, a revolução annunciava-se como um espectáculo. Á noite no theatro de S. João, correu que o movimento ia rebentar. (...) Apesar de serem tres horas da madrugada, quando começaram a reunir-se os regimentos sublevados, o Campo de Santo Ovidio estava cheio de gente que não se deitara, na expectativa do grande facto”. E também: “De modo que ás 8 horas da noite de 30, não havia ninguem, no Porto, que ignorasse o que se preparava para a madrugada de 31, conhecendo todas as auctoridades superiores militares e civis a hora combinada para a sahida das tropas dos quartéis!” (João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 227 e 249).

<sup>248</sup> Os depoimentos dados em sede dos Conselhos de Guerra relativos à adesão do corpo de Infantaria N.º 18 e à anuência do comandante do posto serão contraditórios e inconclusivos. À acusação de alegada aderência ao movimento, perpetrada entre outros por Basílio Teles, o coronel Lencastre de Menezes responderia com a publicação em 1905 do texto *Breve refutação ao Livro do Sr. Basílio Teles “Do Ultimatum ao 31 de Janeiro” na parte relativa à revolta militar por João E. Sotto Maior Lencastre de Menezes (Então coronel d’infantaria 18)*.

<sup>249</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 314.

<sup>250</sup> *Idem, ibidem*, p. 315.

Alves da Veiga toma a palavra para discursar e finaliza proclamando a instauração da República. “Com effeito, o dr. Alves da Veiga, n’uma voz que apenas era perceptível a quem estivesse mais proximo da janella de onde fallava, começou um discurso que de tempos a tempos era cortado pela voz portentosa da multidão que applaudia, vibrando enthusiasmada na commoção que se transmitia rapidamente.”<sup>251</sup> Passa um envelope a Miguel Verdial, onde apontara a lápis, na frente e verso, os nomes dos elementos do governo provisório.<sup>252</sup> O actor lê na sua voz possante e a cada nome anunciado, rompem vivas arrebatados. Todavia, de entre os nomeados só Alves da Veiga está presente, e a maior parte dos indigitados declina nos dias seguintes o envolvimento com os revoltosos.

Findos os discursos, os líderes da revolta procuram entender-se no próximo passo a dar. A impaciência das tropas vai aumentando à medida que o tempo passa e não se vislumbra qualquer iniciativa. Começam a revelar-se as falhas de um plano apressado e mal esboçado<sup>253</sup> e a falta de uma chefia firme e decidida.

Enquanto esperam ingloriamente a chegada de uma patente superior, os três oficiais presentes recebem a notícia de que a escolta encarregada de tomar o telégrafo fora barrada pela Guarda Municipal, impedindo dessa forma que a mensagem da deflagração da revolta chegasse aos vários núcleos apoiantes espalhados pelo país.<sup>254</sup>

Enviam emissários a casa do General Correia da Silva.<sup>255</sup> Mas, tardando em chegar a resposta do chefe militar e mantendo-se a inacção dos chefes civis, os três oficiais

<sup>251</sup> *Idem, ibidem*, p. 331.

<sup>252</sup> A Junta Provisória do Governo no Norte do País incluía, para além de Alves da Veiga, os seguintes elementos: o político e professor Rodrigues de Freitas, o desembargador Joaquim Bernardo Soares, o general José Maria Correia da Silva, os lentos Joaquim de Albuquerque e António Joaquim de Moraes Caldas, o médico José Ventura dos Santos Reis e o banqueiro Licínio Pinto Leite.

<sup>253</sup> “O general Correia da Silva era de opinião que as tropas deviam concentrar-se na Praça da Batalha, porque assim se ficaria, desde logo, de posse do Quartel General, do Governo Civil e do telegrapho, cujos edificios se encontram reunidos n’aquelle local. Era differente o pensar do Capitão Leitão que desejava que a concentração se effectuasse no Campo de Santo Ovidio, ao qual de futuro deveria chamar-se Campo da Acclamação. Certamente a indicação do general Correia da Silva era, militarmente, a melhor. Mas oppunham-se-lhe rasões de certa ponderção que não era prudente pôr de parte. Com effeito, havia uma dificuldade a vencer, qual era a da sahida do quartel do regimento d’infantaria n.º 18. N’esse quartel, fechado completamente, habitava um grande numero de officiaes, cuja maioria não estava envolvida na conspiração.” (João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 244-245).

<sup>254</sup> João Chagas e José Maria Coelho nomeiam, a título de exemplo, os núcleos revolucionários de Coimbra, Braga, Chaves, Vila Real, Lamego, Penafiel, Viseu, Bragança, Viana, Santarém e Lisboa. A alguns destes últimos, Alves da Veiga e Santos Cardoso terão tido o cuidado de enviar emissários para comunicarem a deflagração eminente da revolta, dando a instrução de que aguardassem um telegrama codificado para a secundarem. Aos outros, devido às limitações de tempo e meios, seria enviado um telegrama só mais tarde, e sem codificação, a anunciar a revolta. Um dos núcleos apoiantes mais importante era o de Coimbra, constituído na sua grande parte pela nova geração de estudantes republicanos. António José de Almeida, um dos mais representativos elementos dessa geração, no livro *Desaffronta: historia d’uma perseguição*, publicado em 1895, relata a vigília inglória dos estudantes durante a madrugada e manhã de 31 de Janeiro, aguardando notícias dos correligionários portuenses. (Cf. João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 251-269).

<sup>255</sup> Atente-se à seguinte passagem: “Deante da inutilidade do nosso esforço no peito dos amoucos dos poderes ameaçados, - corremos a casa do General Correia da Silva. Encontrámo-lo á porta, fardado de official superior de engenheiros, tendo ao lado

decidem avançar com as tropas pela Rua de Santo António em direcção à Praça da Batalha. Aí chegados ocupariam a Central dos Correios e Telégrafos e o Quartel-general. A anunciada adesão da Infantaria N.º 18 e a postura passiva da Guarda Municipal iludem-nos na adesão dessas forças e na inexistência de oposição. Testemunha António Claro: “No entanto, o jogo de porta do 18, do esquadrão de cavallaria e da artilharia da Serra, bem como a falta de medidas acertadas e rapidas, que concentrassem as tropas insurreccionadas nos pontos estrategicos da cidade – preparam a *débaclé* da revolução.”<sup>256</sup>

A hipótese de dividir as forças e ocupar pontos defensivos é posta de parte e “a coluna pôs-se em marcha, afoitamente, com a banda da Infantaria 10 na testa tocando marchas marciais, em formatura compacta, a quatro de frente, envolvida (e embaraçada...) por densa massa de povo em constantes aclamações, e sem que fosse tomada qualquer das mais elementares medidas de segurança”.<sup>257</sup>

Repetem o percurso dos revolucionários de 1820,<sup>258</sup> mas a sorte não os bafeja da mesma forma. Ao cimo da rua, a Guarda Municipal aguarda entrincheirada na escadaria da Igreja de Santo Idelfonso.

Sem que se saiba ao certo de que lado, descarregam-se os primeiros tiros. O pavor domina os populares, que abalroam as tropas, dificultando a defesa. O cortejo desfaz-se. Corpos de militares e civis juncam o chão.

Alves da Veiga e Santos Cardoso, desorientados, procuram fugir no meio da turba e alcançar refúgio.<sup>259</sup>

Parte do regimento da Infantaria 10 que ia na cauda da coluna recua, conseguindo barricar-se no edifício municipal, onde mantém fogo cruzado com as forças do governo. Todavia, passado algum tempo, e sob ameaça de duas peças de artilharia, é forçado a render-se.

---

Sousa Paula, que já o estava captando para a acção decisiva contra as instituições. E, ante a nossa insistencia, alongou-se em considerações de peso. Expobrou a ausencia de elementos militares, que até áquelle momento não lhe tinham apparecido, apesar de os ter reclamado na ultima reunião. Disse-nos que assim nada podia salvar áquella hora. E foi então que se ouviram os primeiros estalidos, seccos como os da lenha verde na fogueira. O General immediatamente concluiu que aquele pipocar era o tiroteio entre os revoltosos e as forças do Governo!” (António Claro, *ob. cit.*, p. 103).

<sup>256</sup> António Claro, *ob. cit.*, p. 100.

<sup>257</sup> Brigadeiro João Barbosa, “Breve resumo da história da revolta de 31 de Janeiro de 1891”, *Separata do Boletim Cultural “Amigos do Povo”*, p. 6.

<sup>258</sup> Heliodoro Salgado critica a preocupação em copiar esse percurso, *ob. cit.*, p. 128.

<sup>259</sup> Cf. António Álvaro Dória, *ob. cit.*, pp. 636–637.

O movimento estava perdido. “Depois das nove horas dessa nevoenta e agitada manhã, nem mais o estampido de um só tiro veio perturbar a pacatez das ruas do pachorrento burgo, que era o Porto dessa época.”<sup>260</sup>

Em vão velaram toda a noite os universitários conimbricenses, aguardando notícias do movimento portuense. Tinham recebido instruções para secundar a iniciativa, tão logo chegassem indicações telegráficas. Conhecem horas depois o infeliz desfecho, quase em simultâneo com os apoiantes alfacinhas, liderados por Elias Garcia.

Malograda a revolta, a grande maioria dos intervenientes são detidos. O desfile dos derrotados pelas ruas da cidade do Porto, escoltados pela Guarda Municipal, é testemunhado por Ângelo Vaz, na altura com apenas 12 anos, e recordado numa obra publicada seis décadas passadas sobre a efeméride: “Começaram a desfilar, pela Alameda de Massarelos, os prisioneiros de guerra, enquadrados por forças de infantaria e cavalaria da Guarda Municipal vitoriosa. (...) Os vencidos do 31 de Janeiro passavam orgulhosos, altaneiros, ar de desafio apesar da derrota sofrida, mas, a maior parte, cabisbaixos, farrapos humanos que a tormenta revolucionária arrastava, não sabiam, para que infelizes destinos. Grande parte deles eram chefes de família pertencentes à Guarda Fiscal. Desfilavam, acompanhados por mulheres modestamente vestidas, pobres, levando pela mão e ao colo crianças muitas delas andrajosas, semi-nuas. Cortejo amargurante, pungente!”<sup>261</sup>

Um total de 480 detidos são levados para o porto de Leixões e embarcados em vasos de guerra, onde ficam a aguardar julgamento.

As actas dos três conselhos de guerra dão conta dos testemunhos recolhidos, da bravura de uns, da torpeza de outros, de polémicas e contradições.<sup>262</sup> As penas aplicadas situam-se entre os 18 meses de prisão correcional e os 20 anos de degredo.

Algumas dezenas de implicados conseguem fugir e alcançar a fronteira, seguindo “a não menos triste e dura rota do exílio, acolhendo-se principalmente em Espanha e França.”<sup>263</sup> Entre eles, o capitão Leitão, Sampaio (Bruno), Basílio Teles, António Claro e Alves da Veiga.

<sup>260</sup> Brigadeiro João Barbosa, *ob. cit.*, p. 8.

<sup>261</sup> Ângelo Vaz, *Homens da república: vida vivida*, p. 26.

<sup>262</sup> *Vide Revolta militar no Porto em 31 de Janeiro de 1891: os conselhos de guerra e respectivas sentenças*, publicada no Porto, em 1891, pela Typographia do Commercio do Porto.

<sup>263</sup> Brigadeiro João Barbosa, *ob. cit.*, p. 8.

### 3.5 - Fuga e exílio

No manifesto<sup>264</sup> redigido por Sampaio Bruno na noite anterior à da revolta augurava-se: “A força (...) acaba de dar por findo o reinado do snr. D. Carlos de Bragança. Proclamou a Republica. Não se trata d’uma simples, d’uma transitoria revolta. Foi uma revolução que se fez.”<sup>265</sup>

Quanto ao artigo “Á Ultima Hora” publicado no derradeiro número do jornal *A Republica Portuguesa*, datado de sábado, 31 de Janeiro, incluía a seguinte passagem: “A força militar do Porto, sahindo unanimemente, ás 3 horas da madrugada de hoje, dos seus quartéis, acaba de cobrir-se de gloria, determinando o fim da monarchia de Bragança em Portugal e proclamando a Republica”.<sup>266</sup>

Ambos os excertos destes documentos representam a fé e expectativa na vitória de um movimento que, na perspectiva de Heliodoro Salgado, por antecipado e desprecavido, não chega a ser uma revolução, mas antes um *simples pronunciamento* ou *sargentada*.<sup>267</sup>

O ideal republicano ficará por concretizar por quase duas décadas. Para uns, a iniciativa vanguardista dos militantes portuenses resultará no adiamento desse projecto. Outros assumem-no como um primeiro passo essencial, o qual, pelo exemplo dado, inspira as campanhas futuras.

Certo é que, daí em diante, e em paralelo com o agravamento da situação política do país, a oposição dinástica de cunho sublevador vai ganhando amplitude. Gradual e decididamente, são postos de parte os métodos contemporizadores de actuação.

Entretanto, os predecessores revolucionários sentem na pele os efeitos do seu temerário vanguardismo.

---

<sup>264</sup> O referido manifesto, redigido em nome da futura Junta Provisória terá sido queimado pelas autoridades, restando apenas um fragmento do mesmo, que João Chagas e o ex-Tenente Coelho reproduzem na sua obra. Outro, em nome do exército, terá sido escrito por Eduardo de Sousa, jornalista de pseudónimo “Gualter”. (Vide António Álvaro Dória, *ob. cit.*, p. 618).

<sup>265</sup> João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 15.

<sup>266</sup> “Á Ultima Hora”, *A Republica Portuguesa*, 1.º Anno, n.º 148, 31-01-1891, p. 3.

<sup>267</sup> Cf. Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, p. 127.

Com os piores receios concretizados, o proclamado chefe civil da revolta, torna-se em pouco mais de meia dúzia de horas num fugitivo à justiça, alvo de todo o tipo de críticas e ofensas, não só de adversários políticos, mas inclusive de congéneres republicanos.

Durante vários dias permanece escondido no Porto. Mas, correndo o risco de ser detido e implicar outros como cúmplices, prepara a fuga do país com o auxílio de amigos e colaboradores.

O solicitador portuense Augusto de Figueiredo, recorre a Sousa Campos, republicano da Póvoa de Varzim para providenciar o transporte por mar.

Alves da Veiga chega a essa localidade no dia 16 de Fevereiro, mas uma tempestade impede o barco de zarpar. Campos esconde o republicano na casa de um cunhado, Manuel José da Silva, até ao dia 19. Só então, disfarçado de *poveiro*,<sup>268</sup> consegue Alves da Veiga embarcar no baixel *Oceania*, que tripulado por três homens almeja aportar em Guardia, na Espanha.

No estrangeiro vai recebendo notícias dos acontecimentos subsequentes à revolta. Toma conhecimento das acusações e afrontas de que são alvo os perpetuantes do 31 de Janeiro, apontados como um bando desorganizado e precipitado de população, que almejava dividendos profissionais e económicos, mais do que ideais políticos.<sup>269</sup>

Sobre a figura do chefe civil recaem as mais duras apreciações. São-lhe apontadas a falta de capacidade organizativa, de liderança e de espírito de determinação, a cobardia face à retaliação armada da guarda municipal, a falta de tino e de critério ao associar-se com gente de baixo valor, a fuga desembestada, deixando para trás, jazidos no chão ou à mercê das autoridades, os companheiros de luta que se comprometera chefiar.

Entre as vozes mais críticas conta-se, como seria de esperar, a do tenente Homem Cristo. A linguagem a que recorre para atingir Santos Cardoso e Alves da Veiga na obra *Os Acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão*, publicada ainda em 1891, raia a injúria: “Alves da Veiga, todavia, ou pela índole sebastianista de esperar todos os dias a salvação da pátria d’um acaso, ou por uma leviandade sem limites, ou porque o movesse

<sup>268</sup> Pescador da Póvoa de Varzim.

<sup>269</sup> Sobre essas críticas consultar João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 393-398. Quanto ao chefe civil, advogam os seus companheiros de luta: “Alves da Veiga não tinha motivos para ser um ambicioso e nem os actos da sua vida, anteriores ao successo em que tomou parte, nem o seu longo retrahimento de ha dez annos, n’um exilio a que ele proprio se condemnou e que não serve a causa da sua popularidade, porque o exilio é, para o espirito dos portuguezes, o esquecimento – veio demonstrar que nutrisse as ambições que quasi sempre acompanham os homens que alguma vez se lançaram na embriagadora politica de combate.” (*Idem, ibidem*, pp. 171-172).



um grande interesse pessoal, ou por tudo junto, contava sempre com tudo e com todos. (...) Pois um homem que, como Alves da Veiga, tão facilmente acreditou em tudo, que, com tanta simplicidade, deixou de contar com as terríveis contingências de negócios tão graves, que tão ingenuamente, confiou nas pataratices dos barbeiros, dos bachareis insignificantes, dos estudantes exaltados e sargentos ambiciosos... pois Alves da Veiga pode ser, porventura, tomado a serio como homem politico e chefe revolucionario?”<sup>270</sup>

Em simultâneo, contudo, ribombam também as vozes dos apoiantes, que defendem a integridade e honradez de carácter do advogado e o destemor de ser o primeiro a proclamar a implantação da república no país. “Alves da Veiga foi um predecessor. Viu claramente a necessidade da Republica, para por um dique á onda sempre crescente de corrupção monarchica. Homem de rara illustração, homem de governo, apellou para os factos e sacrificou-se pela salvação da patria, expondo por ella a sua vida, os seus haveres e a sua tranquillidade.”<sup>271</sup>

Aguardando o desfecho dos conselhos de guerra, o grupo de chefes revolucionários exilado, prepara um documento: o *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*. O corpo do texto é de autoria de Sampaio (Bruno), muito embora seja assinado, com data de 12 de Abril, pelo conjunto dos expatriados. A introdução, escrita a 31 de Maio, recebe a firma do filósofo e também de Alves da Veiga. Logo nas primeiras páginas dessa “exposição, que é conjunctamente um protesto e uma exhortação”<sup>272</sup> são explicados os meses de silêncio, pela necessidade de protegerem os correligionários sujeitos à justiça monárquica. Contudo, sabido o desfecho dos julgamentos, tomam a iniciativa de publicar o *Manifesto* em Paris, na Imprimerie Schiller, após frustradas tentativas de lhe dar publicidade em Portugal e na Espanha.

Procuram justificar circunstancial, histórica e ideologicamente o movimento, ao mesmo tempo que respondem às calúnias perpetradas pelos inimigos políticos. Refutam as mais variadas acusações, de planeado abuso de poder, de roubo, de iberismo, de inoportunidade e de antipatriotismo e acabam vaticinando: “Que a ultima palavra que pronunciamos seja a que em breve, verbo reformadôr, ascenda de todos os corações

<sup>270</sup> Homem Cristo, *Os Acontecimentos do 31 de Janeiro e a Minha Prisão*, pp. 95 e 111.

<sup>271</sup> Magalhães Lima, “Dr. Alves da Veiga”, *Archivo Democratico*, n.º 8, p. 2.

<sup>272</sup> *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*, p. 28.

generosos e irrompa em todos os puros labios, como a consummação, salutar e fecunda, da grande obra iniciada a 31 de Janeiro”.<sup>273</sup>

Para além da defesa do movimento e dos seus executantes, os líderes revolucionários radicados no exterior preocupam-se igualmente em atender às necessidades dos revoltosos e de suas famílias, na sua grande maioria pertencentes a classes relativamente modestas e de baixos recursos.

Basílio Teles, refugiado com Sampaio (Bruno) na Corunha, em Espanha, endossa a 1 de Março uma carta a Teófilo Braga. Na mesma, solicita ao membro do directório republicano o apoio aos exilados, mesmo estando ciente da oposição deste órgão à iniciativa portuense: “Ora isto não pode continuar sem vergonha para o directório do partido republicano português.”<sup>274</sup> Argumenta. “Que ele não aprovasse esses homens que, num ímpeto talvez inconsiderado, mas incontestavelmente sincero e nobre, foram comprometer o seu futuro, é, pelo menos, concebível, visto ter de ressaltar perante a opinião pública e perante a história a sua responsabilidade individual e colectiva num movimento que se lhe afigurava inoportuno. Mas que, uma vez efectuado, embora contra o seu voto, não queira dar o menor passo para auxiliar as vítimas da própria imprudência, é o que jamais se lhe poderá perdoar.”<sup>275</sup>

Na imprensa da época surgem referências a subscrições em favor dos revoltos e de suas famílias. É o caso do jornal republicano *A Voz Pública*, sediado no Porto, onde vão sendo prestadas contas dos donativos “para as vítimas dos acontecimentos de 31 de janeiro”.<sup>276</sup>

A atenção de Alves da Veiga para com a sorte e destino dos seus companheiros de luta torna-se evidente na correspondência que mantém com alguns deles. Numa carta que envia a João Chagas, datada de 13 de Abril de 1891 e redigida em Paris, pode ler-se: “Meu bom Amigo: Nem a hora, nem o meio de comunicação, se prestam a revelações. Nada lhe posso dizer senão que o seu procedimento tem sido nobre, generoso, próprio dum homem que tem clara consciência da sua missão. É assim que procedem os crentes, les *esprit's d'acier*, como dizem os franceses. Ignoro qual será o seu destino: se o espera a

<sup>273</sup> *Idem, ibidem*, p. 29.

<sup>274</sup> Carta de 1-3-1891 de Basílio Teles a Teófilo Braga, cit. por Amadeu Carvalho Homem, “Basílio Teles e a Revolta do Porto: Uma carta para Teófilo Braga”, separata *Revista de História das Ideias*, Volume 11, p. 502.

<sup>275</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>276</sup> *A Voz Pública*, 2.º anno, n.º 567, 11-07-1891, p. 1.

África ou a Penitenciária. Não importa o local. Onde o Amigo estiver, ali estará a minha amizade e o meu auxílio, se lhe for necessário. (...) Envia-lhe um abraço o seu companheiro de luta, o seu Amigo, o seu correligionário. Alves das Veiga.”<sup>277</sup>

Noutra missiva com a mesma data, mas desta feita endossada ao Sargento Abílio Francisco de Jesus, o advogado informa do envio de correio “a alguns dos seus companheiros de prisão e nossos camaradas na jornada de 31 de Janeiro”<sup>278</sup> e põe à disposição a sua ajuda. Escreve: “Minha mulher já procurou sua família, e, d’aqui a poucos dias, projecto mandar entregar-lhe alguma coisa, - o que é compatível com as minhas forças e multiplos encargos, sobretudo n’este momento em que ha tanta gente a attender.”<sup>279</sup>

É Magalhães Lima quem, num artigo publicado em 1909, salienta a atenção do chefe civil para com o destino dos seus correligionários: “O seu primeiro cuidado - e este traço dá bem o quilate do sei nobilissimo character! - foi occupar-se dos seus companheiros de lucta, olhar por elles, fazer com que nada lhes faltasse. E n’esta missão, verdadeiramente evangelica, consumiu uma parte do seu tempo e dos seus haveres.”<sup>280</sup>

O longo exílio de Alves da Veiga, que durará mais de dezanove anos, é passado na capital francesa. Renuncia a regressar à pátria amada, mesmo depois de promulgada a amnistia e os indultos aos revolucionários, optando por aguardar estoicamente a implantação do novo regime em Portugal. “Ao meu paiz não poderei nunca voltar - exclamou - sem que a Republica seja proclamada.”<sup>281</sup>

Sustenta-se a si, e à família que se lhe junta dois anos mais tarde, em 1893,<sup>282</sup> através do apoio de amigos e conhecidos, ministrando aulas de língua portuguesa no liceu Condorcet e, posteriormente, como consultor nos consulados português e brasileiro.

<sup>277</sup> Carta de 13-04-1891 de Alves da Veiga a João Chagas, *Correspondência Literária e Política com João Chagas*, I Volume, pp. 45-46. A título de curiosidade, no *post-scriptum* Alves da Veiga deixa como contacto o pseudónimo António Aparício Teixeira e a morada Hotel Albany, Rue Budin, 16, Paris.

<sup>278</sup> Carta de 13-04-1891 de Alves da Veiga ao Sargento Abílio, *cit.* em nota de rodapé por João Chagas e Ex-Tenente-Coelho, *ob. cit.*, pp. 64-65.

<sup>279</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>280</sup> Magalhães Lima, “Dr. Alves da Veiga”, *Archivo Democratico*, n.º 8, Janeiro 1909, p. 3.

<sup>281</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>282</sup> A referência temporal foi-nos prestada pela bisneta de Alves da Veiga, Maria Fernanda Alves da Veiga de Oliveira que referiu também o facto de, face às dificuldades financeiras por que passavam na época, o casal ver-se na contingência de enviar os dois filhos mais velhos, Augusto e Laura para Inglaterra, ficando ao cuidado de conhecidos da Maçonaria (os primogénitos Belmira e Alfredo faleceram ainda jovens, respectivamente com 10 anos e 1 ano de idade).

Apesar da ausência e da distância, em nenhum momento, porém, descuida o seu patriotismo ou negligencia o seu republicanismo.

Uma carta que dirige a João Chagas, com data de 12 de Janeiro de 1893, comprova o seu interesse pelas questões nacionais e, no caso, pela crise política que afecta o país nesse período finissecular: “Quando isto suceda, teremos, naturalmente, nova edição de Governo extrapartidário, pois que dificilmente se poderá compor com elementos exclusivos das velhas hostes regeneradora e progressista.”<sup>283</sup>

A participação, em co-autoria com outras dezassete individualidades, na obra *Le Portugal*, impressa pela Librairie Larousse em Paris com extensa caracterização sob vários aspectos da nação lusa, comprova igualmente a ligação que Alves da Veiga mantém com o seu país.<sup>284</sup>

Em 1897, preside ao comité português em Paris para a celebração do Centenário de Vasco da Gama e da Descoberta da Índia, comemoração organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em articulação com as suas congéneres europeias.<sup>285</sup>

Os registos consultados demonstram também o quão determinado mantém a luta pelo ideal republicano.

Na aludida carta a Chagas de 12 de Janeiro de 1893 lê-se a certa altura: “De qualquer modo, a monarquia está liquidada. (...) Ultimamente mandaram dizer para Paris que tudo estava pronto, porém eu continuo a não lhe dar crédito.”<sup>286</sup> Numa missiva enviada quatro meses depois: “Agora algum tempo de repouso; reganhe as perdidas forças nesse belo céu português; e em seguida *nous nous mettrons en route* para ganhar pelo caminho mais curto a nossa Jerusalém desejada.”<sup>287</sup> Em 1894, a 21 de Abril: “A tutela é a solução que tratam de impor-nos as nações credoras, mas a isso cumpre que nos opponhamos, nós os que esperamos da Republica a reorganização nacional.”<sup>288</sup> E passados cinco anos: “Apesar

<sup>283</sup> Carta de 12-01-1893 de Alves da Veiga a João Chagas, *ob. cit.*, p. 55.

<sup>284</sup> Publicada supostamente nos primeiros anos do século XX, a obra, cujo denominação completa é *Le Portugal: géographique, ethnologique, administratif, économique, littéraire, artistique, historique, politique, colonial, etc.*, recolhe as participações de alguns reconhecidos nomes do republicanismo nacional, bem como de colaboradores estrangeiros, nomeadamente: Brito Aranha, Christovam Ayres, Teixeira Bastos, Daniel Bellet, Cardozo de Bethencourt, Louis-Pilate de Brinn'Gaubast, Xavier de Carvalho, Zófimo Consiglieri Pedroso, Alcide Ebray, Bartolomeu Ferreira, John Grand-Carteret, Domingos Guimarães, Francisco de Lacerda, Magalhães Lima, Silva Lisboa, Ernesto de Vasconcelos, Zaborowski e, claro, Alves da Veiga. Este último colabora com o capítulo “Administration”.

<sup>285</sup> Vide Magalhães Lima, *O Centenario no Estrangeiro: Conferência realizada na Sociedade de Geographia de Lisboa no dia 11 de Novembro de 1897 por Magalhães Lima*.

<sup>286</sup> Carta de 12-01-1893 de Alves da Veiga a João Chagas, *ob. cit.*, p. 55.

<sup>287</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>288</sup> Carta de 21-04-1894 de Alves da Veiga a João Chagas, cit. por João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, p. 63.

das desilusões e amarguras que me deixaram os nossos homens, conservo intacto o ideal de sempre e estou disposto a cooperar para uma obra que seja definitivamente eficaz. Definitivamente eficaz, note bem.”<sup>289</sup>

A sua colaboração na obra de concretização do novo regime leva-o a entrar clandestinamente em Portugal em mais do que uma ocasião.

Silva Barreto, num discurso de homenagem pronunciado em sede do Senado da Republica no dia seguinte ao do falecimento de Alves da Veiga, recordaria a ocasião em que, numa visita a Bragança em 1897, encontrara o congénere republicano no mesmo hotel onde estava hospedado. “Logo que ali chegou reconheci-o imediatamente e tive então um prazer enorme de o ver junto de mim, mas teve de conservar o incógnito porque ele era ali muito querido como cidadão e como democrata.”<sup>290</sup>

As relações políticas que estabelece no exterior enquanto *diplomata da Republica*<sup>291</sup> são vigiadas de perto pela representação consular da monarquia lusa, como o comprovam registos existentes nos arquivos diplomáticos franceses.

Dúvidas houvesse, nessas duas décadas de auto-forçado exílio, Alves da Veiga prova a sua fidelidade ao ideal que abraçou ainda jovem. O seu arreigamento radica na crença de que a República, mais do que um regime preferível, é uma necessidade, uma condição vital para a regeneração do país, como, no seu entender, a história o comprovava e o progresso demandava.

## CAPÍTULO 4 – Um diplomata republicano no reino de Alberto I

---

<sup>289</sup> Carta de 24-06-1899 de Alves da Veiga a João Chagas, *idem, ibidem*.

<sup>290</sup> *Diário do Senado*, Sessão n.º 2, de 03-12-1924, p. 3.

<sup>291</sup> A expressão é de Magalhães Lima, *Episódios da Minha Vida*, p. 221.

#### 4.1 – O 5 de Outubro e a entrada em funções no posto diplomático

A implantação da República no país em 1910, em resultado de um golpe militar, desta feita despoletado na capital e bem sucedido, veio pôr um ponto final no longo processo de declínio da instituição monárquica e mais especificamente da sua expressão constitucional, verdadeiro *absurdo político* na expressão de um dos seus opositores.<sup>292</sup>

As sucessivas reviravoltas partidárias e ministeriais, a falhada tentativa ditatorial do franquismo, a crise subsequente ao regicídio desembocam, enfim, na subjugação do poder régio e o esforço conspiratório conjunto do Partido Republicano, da Carbonária e do braço republicano da Maçonaria é premiado com a vitória pelas armas.

Às 11 horas da manhã do dia 5 de Outubro, José Relvas proclama da varanda da Câmara Municipal de Lisboa a instituição do novo regime político.

Todavia, a luta pró republicana não se circunscreve ao território nacional, mas estende-se além-fronteiras, onde pequenos grupos de apoiantes procuram coadjuvar com, entre outros expedientes, acções de propaganda junto da opinião pública estrangeira.

Em Paris, o local de encontro dos republicanos portugueses exilados, a quem se juntam outros em visita, é o Hotel Central, no n.º 8 da Cité Bergère.<sup>293</sup> Nas vésperas da Revolução, em 1909, Magalhães Lima e José Relvas, comissionados pelo directório republicano e em cumprimento de deliberações tomadas no Congresso Republicano desse ano,<sup>294</sup> viajam até à capital francesa em missão de propaganda. Para os auxiliar na sua demanda, recorrem a Alves da Veiga e às relações que, ao longo dos anos de exílio, consegue estabelecer em Paris.<sup>295</sup>

<sup>292</sup> Referimo-nos a João Chagas, *Diário de um condenado político (1892-1893)*, p. 79.

<sup>293</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 300-303.

<sup>294</sup> Decorreu entre 23 e 25 de Abril de 1909 em Setúbal e representou a supremacia da ala mais radical do partido, de pendor insurreccional. O novo directório, então eleito, recebe o apoio da Carbonária, e uma das primeiras medidas que toma é a nomeação de um “comité revolucionário”, constituído por Cândido dos Reis, João Chagas e Afonso Costa. (Cf. Fernando Catroga, *ob. cit.*, pp. 92-102).

<sup>295</sup> Vide a respeito Magalhães Lima, *Episódios da Minha Vida*, pp. 221-229, e José Relvas, *Memórias Políticas*, pp. 82-87.

Desde 1904, Alves da Veiga havia fixado residência no número 7 da Rua Bassano, na casa que manterá nos anos vindouros.<sup>296</sup>

Para o republicano, então contando já 61 anos, a notícia do 5 de Outubro e do sucesso dos republicanos representa a possibilidade de regresso à pátria e o fim de quase duas décadas de degredo, marcados, na fase final, pelo falecimento da mulher Joana, a 17 de Março de 1909.

Chegado a Lisboa, coloca-se ao dispor do recém-formado Governo Provisório,<sup>297</sup> constituído na maior parte por antigos companheiros de luta, para servir a obra republicana. Cedo se desilude. O período pós-revolucionário é marcado por bulícios e corridas aos lugares.

A 15 de Novembro de 1910 participa em Paris num banquete<sup>298</sup> dedicado à comemoração do 21.º aniversário da República brasileira e à celebração da recém-proclamada República portuguesa. Acompanha Teófilo Braga, presidente do Governo Provisório, e as restantes individualidades na mesa de honra, sendo apresentado a mais de duas centenas de convidados como o novo ministro de Portugal em Bruxelas.

Não obstante, a sua nomeação para o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Bélgica só é oficializada com a publicação de um decreto datado de 24 de Janeiro de 1911. No dia 4 de Abril seguinte toma posse da legação.

O seu retorno a Portugal não chega, portanto, a durar um ano.

Conformado com o seu destino longe da pátria, Alves da Veiga assume com abnegação e brio as suas novas funções, e procura, no cenário de uma das perdurantes monarquias europeias, contribuir de alguma forma para o sucesso da experiência republicana portuguesa.

---

<sup>296</sup> Numa cerimónia de homenagem realizada no dia 31-01-1997, foi descerrada uma placa evocativa nesta casa de Paris pela neta sobrevivente, Maria Augusta Alves da Veiga. Participaram também outros membros da família, representantes da Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro e do Grande Oriente Lusitano, o Governador Civil do Porto, o Maire do XVIème arrondissement, entre outros. Segundo testemunhos da família, durante os anos que passa no respectivo posto diplomático, Alves da Veiga vai amiúde a Paris, hospedando-se nesta morada, onde permanece a filha mais nova, Ana Teixeira Alves da Veiga, que se mantém solteira. Só depois da morte do republicano, é a casa alienada e Ana muda-se para o Porto. Os outros filhos do republicano, com excepção de Alberto, tinham fixado residência em Portugal.

<sup>297</sup> Era constituído por: Teófilo Braga (Presidência); António José de Almeida (Interior); Afonso Costa (Justiça); Basílio Teles, mais tarde substituído por José Relvas (Finanças); Bernardino Machado (Estrangeiros); António Luís Gomes, substituído por Brito Camacho (Fomento); Correia Barreto (Guerra) e Azevedo Gomes (Marinha).

<sup>298</sup> Proposto por Xavier de Carvalho, correspondente em Paris de várias edições portuguesas e brasileiras, e organizado por um grupo de intelectuais latinos, sob a alçada da revista *Latina*.

Toma a iniciativa de firmar laços com membros da imprensa belga e agremiar a sua colaboração, no sentido de lhe autorizarem a publicação de vários artigos em jornais da capital, que visam favorecer e reforçar a imagem do novo regime e a situação da pátria lusa.

Dá conhecimento destas iniciativas em várias missivas dirigidas ao titular da pasta dos Estrangeiros, Bernardino Machado. Uma carta que envia a 18 de Abril de 1911, poucos dias após assumir o seu posto, inclui a seguinte passagem: “Continuando a tarefa de tornar conhecida a nossa situação política no estrangeiro, visitei o director de “L’Étoile Belge”, um dos mais antigos e importantes jornaes de Bruxellas, ao qual dei varias explicações sobre os trabalhos do Governo Provisorio e sobre as proximas eleições para a Assembleia Constituinte. D’esta conferencia resultou o artigo que envio a V. Ex.<sup>a</sup> e que é bastante lisongeiro para a Republica Portuguesa.”<sup>299</sup>

Um dos contactos privilegiados que estabelece no mundo jornalístico belga é com um estudante português a residir em Gaud, João Gomes de Oliveira, colaborador do “La Flandre Libérale”, periódico onde são publicados numerosos artigos assinados por este jornalista, sob o pseudónimo de “Jean Morand”, e também pelo próprio Alves da Veiga. Os assuntos são tão diversos como as iniciativas legislativas do Governo Provisório, caso da legislação referente ao ensino primário em Portugal ou da polémica Lei da separação do Estado e da Igreja, as eleições legislativas, os trabalhos da Assembleia Constituinte ou o reconhecimento do novo regime por países estrangeiros.

Alves da Veiga não esquece de patentear a preciosa colaboração de Oliveira junto do Governo português, salientando, numa carta de 16 de Maio de 1911, os “bons serviços (que) tem prestado a Portugal com os varios artigos que no mesmo jornal tem feito publicar, patrioticamente fazendo a defêsa da republica”.<sup>300</sup> O Governo responde com a publicação do Despacho n.º 19 de 31 de Maio, no qual reconhece e agradece oficialmente a colaboração do jovem jornalista.

A 28 de Maio decorrem eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Alves da Veiga é eleito por Bragança, mas a recente assunção do posto diplomático impede-o de tomar lugar no organismo legislativo. A 19 de Junho a Assembleia reúne pela primeira

<sup>299</sup> Carta de 18-04-1911 de A. M. Alves da Veiga ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Legation de La République Portugaise en Belgique* - Caixa 34 (1909-1915), MNE - Arquivo Histórico-Diplomático.

<sup>300</sup> Carta de 16-05-1911 de A. M. Alves da Veiga ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, *ibidem*.



vez e as deliberações tomadas no decurso dessa sessão incluem a abolição formal da monarquia, a proclamação da república democrática e a adopção da nova bandeira e hino nacionais.

No dia seguinte o diplomata envia uma carta ao Ministro comentando: “Bem pode calcular V. Ex.<sup>a</sup> a emoção que tal facto causaria no espírito do homem, que foi o primeiro a proclamar em Portugal esta forma de governo, na tragica manhã de 31 de Janeiro. Estão preenchidas as notas mais ardentes da minha vida, e agora só desejo que os representantes legaes das novas ideias, lhe dêem uma organização apropriada ás necessidades do paiz, e ás aspirações da opinião publica.”<sup>301</sup>

Mantém-se inabalável a crença de Alves da Veiga nas virtualidades do republicanismo. Mas, apesar de reconhecer a República como uma modalidade governativa em tudo preferível à deposta monarquia, não deixa de considerar certas opções ideológicas e programáticas como as mais fautoras e ajustadas à felicidade nacional.

A sua preocupação não só em dar a conhecer essas opções, mas inclusive em que as mesmas sejam ponderadas aquando da feitura do documento basilar do novo regime político, impelem-no a preparar um extenso documento que envia, em dedicatória, “Ás primeiras Côrtes Constituintes da República Portuguesa”.

Composta por mais de 200 páginas, a obra *Política Nova: Ideias para a reorganização da nacionalidade portuguesa*, única monografia conhecida do republicano, vem a ser publicada em 1911 pela Livraria Clássica Editora de Lisboa. Na introdução justifica o seu autor: “Os acontecimentos de 5 de outubro do anno findo decidiram-me a escrever este livro, onde ligeiramente expendo algumas ideias sobre a organização politica da Republica Portuguesa e as reformas que ella deve introduzir nos serviços públicos. É um trabalho precipitado, escripto à pressa, sem o repouso que exige a consideração de questões tão momentosas como as que tive de tratar. Mas não podendo tomar assento nas Côrtes Constituintes, em virtude do posto diplomatico que o Governo Provisorio me confiou, julguei conveniente exprimir por este meio a minha maneira de vêr sobre essas questões.”<sup>302</sup>

<sup>301</sup> Carta de 20-06-1911 de A. M. Alves da Veiga ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, *ibidem*.

<sup>302</sup> Alves da Veiga, *Política Nova: Ideias para a reorganização da nacionalidade portuguesa*, p. 5.

O texto definitivo da primeira Constituição da República Portuguesa aprovado na 55.<sup>a</sup> sessão da Assembleia, a 18 de Agosto, irá, contudo, incluir disposições substancialmente diferentes das sugeridas pelo diplomata, entre as quais a opção por um modelo unitário de estado.

Alves da Veiga recebe por telegrama a notícia da aprovação do texto constitucional,<sup>303</sup> bem como, dias depois, a da eleição de Manuel de Arriaga para Presidente da República.<sup>304</sup>

O seu nome chega a ser arvorado na eleição presidencial, mas recebe apenas um voto.

Permanece, assim sendo, no seu posto. No mês seguinte, em Setembro, o governo belga transmite ao congénere português, o reconhecimento da República pelo rei Alberto I e em concomitância a designação de Alves da Veiga como representante diplomático de Portugal em Bruxelas. A 16 de Dezembro, o Ministro Plenipotenciário português tem a oportunidade de ser recebido na corte e apresentar credenciais junto do casal real belga.

#### 4.2 - Ao serviço da I República Portuguesa

A actividade diplomática de Alves da Veiga estende-se por mais de uma década, só terminando com o seu falecimento em 1924, menos de dois anos antes do golpe que irá determinar a falência da primeira experiência republicana no país. Excepção feita para eventuais gozos de férias, as únicas alturas em que deixa o seu posto na Bélgica ocorrem quando solicita licenças por motivos de doença ou de ordem pessoal.<sup>305</sup>

<sup>303</sup> No dia 24 de Agosto, envia um telegrama à Assembleia Nacional Constituinte, na pessoa do seu presidente, Anselmo Braancamp Freire, nos seguintes termos: "Digne-se apresentar minhas felicitações á Assembleia pela obra da Constituição da Republica, Alves da Veiga" (*Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Sessão n.º 60, de 25-08-1911, p. 3).

<sup>304</sup> Manuel de Arriaga é eleito por 121 votos contra os 86 do segundo deputado mais votado, Bernardino Machado. A eleição decorre a 24 de Agosto de 1911, na 59.<sup>a</sup> Sessão da Assembleia Nacional Constituinte.

<sup>305</sup> A primeira licença é pedida escassos meses depois de iniciar funções. Numa carta de 22 Setembro de 1911, Alves da Veiga escreve: "Tendo grande precisão de ir a Portugal por assumptos de familia rogo a V. Ex.<sup>a</sup> se digne conceder-me licença para esse fim" (Carta de 22-09-1911 de Alves da Veiga ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Processo Individual de A. M. Alves da Veiga*, MNE - Arquivo Histórico-Diplomático). Posteriormente solicita a extensão do período de licença por mais cinco semanas, desta feita por motivos de saúde, só reassumindo funções a 8 de Novembro. Uma gastro-entrite afasta-o do posto também em 1912, de 1 Outubro a 12 de Novembro. Em 1913 está ausente entre 2 de Outubro e 8 de Novembro. Volta a pedir licença em 1921 "para repousar um pouco dos trabalhos desta legação donde me não ausentei há 8 annos" (Telegrama de 26-08-1921 de Alves da Veiga ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, *ibidem*). E finalmente em 1924, tira uma licença da qual já não regressa.

Numa carta com data de 16 de Dezembro de 1919, respondendo a uma iniciativa governamental de controlo do pessoal diplomático, defende a sua abnegação nos seguintes termos: “Se vou a Paris, bem raras vezes, visitar meus filhos, faço-o rapidamente, aproveitando sempre o feriado de domingo”.<sup>306</sup>

Mas, apesar da dedicação profissional demonstrada, sabe-se que o Ministro de Portugal em Bruxelas almejava outro lugar, e que o solicitou em mais do que uma ocasião. Falamos da legação de Paris. Fosse por aí continuar a residir parte da sua família, pela afinidade que sentia pela cidade que o hospedou durante quase duas décadas de exílio, ou pelo estatuto do cargo visado,<sup>307</sup> certo é que tanto em 1911,<sup>308</sup> quanto em 1915,<sup>309</sup> intercedeu junto do governo português para que o mesmo lhe fosse atribuído. Nunca chegou, todavia, a ver concretizado o seu intento.

Tal não impediu, no entretanto, o cumprimento brioso das funções no posto de Bruxelas, nem a constante fidelidade aos governos republicanos que se vão sucedendo a um ritmo acelerado, em tudo análogo ao decorrido durante o período de vigência da monarquia constitucional. Igualmente minado por lutas facciosas, constantes crises políticas e tentativas ditatoriais, o novo regime parece prolongar no tempo as fragilidades do seu predecessor.

Não obstante, Alves da Veiga permanece inflexível. Em momento algum põe em causa as virtualidades do sistema político que defende, e considera as desditas da República fruto da acção nefasta de individualidades, negando a falência dos ideais. A 16 de Julho de 1914 comenta: “Ninguém compreende como homens defensores do

<sup>306</sup> Carta de 16-12-1919 de Alves da Veiga ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, *ibidem*.

<sup>307</sup> À época era feita a distinção entre os Chefes de Missão (e respectivos Postos Diplomáticos) de 1.ª e de 2.ª Classes. No primeiro caso, encontravam-se as legações de Berlim, Madrid, Paris, Londres e Roma, verdadeiros pontos nevralgicos europeus para Portugal no início do século XX. Os restantes postos, entre os quais se incluía Bruxelas, eram classificados como de 2.ª Classe.

<sup>308</sup> Em 1911 solicitou o lugar a João Chagas, que tinha acabado de assumir a pasta de Primeiro-Ministro a convite do Presidente da República, Manuel de Arriaga, e deixado consequentemente a embaixada em Paris. Numa carta com data de 4 de Setembro, propõe Alves da Veiga: “Não sei o que o meu amigo Chagas conta fazer com relação à Legação de Paris. É evidente que aquele posto não pode ficar entregue a um *Chargé d’Affaires*. (...) Ora, tendo de ser provido, julgo que ninguém melhor do que eu o pode ocupar. Isto, bem entendido, se o Chagas o não pode conservar, como me parece (...) A minha transferência para a Legação de Paris não levanta dificuldades, será mesmo o meio de se livrar dos pretendentes que não faltaram.” (Carta de 4-11-1911 de Alves da Veiga a João Chagas, *Correspondência Literária e Política com João Chagas*, Volume 1, p. 38). E passados dias: “Renovo o pedido que já fiz sobre a minha transferência para Paris, no caso em que seja nomeado um novo titular para esta Legação. É ali que eu posso ser útil à República Portuguesa, em virtude das relações que mantenho com elementos financeiros e políticos importantes daquela cidade.” (Carta de 1911, *finis de Setembro*, de Alves da Veiga a João Chagas, *ibidem*, p. 38).

<sup>309</sup> Atente-se à seguinte passagem do diário de Chagas, com data de 2 de Março de 1915: “E só compreendi o seu interesse pelos meus móveis, quando ele, prestes a despedir-se, já de pé, me perguntou se haveria mal que ele solicitasse o meu lugar. – Não! meu pobre amigo, não levo a mal!” (*Diário de João Chagas – 1915, 1916, 1917*, p. 54). A abordagem de Alves da Veiga é feita no contexto da demissão de João Chagas do posto parisiense, por manifesta oposição ao governo ditatorial de Pimenta de Castro.

mesmo regimen que elles ajudaram a implantar com a sua palavra e esforço, possam degladiar-se por forma tão irritável, e tão fundamentalmente opposta aos principios da tolerancia e livre exame que devem servir de base a uma democracia. (...) O personalismo, tão prejudicial ao antigo regimen, pois que deveria ter desaparecido dos nossos costumes com o estabelecimento da nova ordem das coisas.”<sup>310</sup>

A 31 de Janeiro de 1919, data de evidente significância histórica,<sup>311</sup> perfazendo 28 anos passados sobre a intentona portuense, escreve, comentando a formação de novo ministério: “Se causas de diferente natureza, que não vem para aqui enumerar, concorreram para que este forma governativa não produzisse ainda todos os efeitos desejaveis, certo é, no entretanto, que ella se afirmou desde o seu início muito mais perfeita que o velho systema monarchico, cuja acção ficou tão tristemente assignalada na inferioridade da educação popular e na deploravel orientação dos nossos costumes politicos. Esta simples consideração deveria bastar para unir todos os Portugêses em volta da bandeira arvorada no dia 5 de Outubro de 1910, se o patriotismo fosse uma virtude nacional. Infelizmente não é assim; os últimos acontecimentos vieram provar que ha cidadãos dispostos a sacrificarem ás suas ruins paixões o bem e legítimos interesses do seu paiz.”<sup>312</sup>

A correspondência que Alves da Veiga mantém ao longo dos anos, na sua maioria com os ministros responsáveis pela pasta da diplomacia, indicia uma constante atenção e preocupação relativamente às questões da política nacional. Mas comprova também uma especial vigilância quanto aos sucessos da estadística europeia, particularmente conturbada no segundo decénio do século XX.

A 10 de Junho de 1913, o diplomata comenta as medidas de extrema defesa adoptadas pela França e pela Alemanha, pressagiando a peleja:<sup>313</sup> “Receia-se, e com razão, que os esforços da diplomacia não possam evitar um grave conflito entre as grandes

<sup>310</sup> Carta de 16-07-1914 de A. M. Alves da Veiga ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Legation de La République Portugaise en Belgique* - Caixa 34 (1909-1915), MNE - Arquivo Histórico-Diplomático.

<sup>311</sup> Significância reconhecida desde os primeiros momentos de governação republicana, com a consagração do “Dia dos percursores” como um dos feriados nacionais pelo Governo Provisório. Na vigência do Estado Novo a revolta portuense será apelidada de “antinacional e antipatriótica” e o feriado será abolido (Cf. Paulo Cancela de Abreu, *Assembleia Nacional*, Diário das Sessões, n.º 183 de 10-03-1948, pp. 294-298).

<sup>312</sup> Carta de 31-01-1919 de Alves da Veiga ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Processo Individual de A. M. Alves da Veiga*, MNE - Arquivo Histórico-Diplomático.

<sup>313</sup> Já em 1911, tinha redigido as seguintes passagens numa carta a João Chagas: “A situação internacional é má. A divergência Franco-Alemã vai-se acentuando. Estão-se empregando todos os meios diplomáticos para evitar uma grande tragédia. Conseguir-se-á levar as duas partes a um acordo? (...) O Governo Belga mandou artilhar todos os fortes de la Meuse, como se estivéssemos na véspera duma guerra.” (Carta de 1911, *finis de Setembro*, de Alves da Veiga a João Chagas, *ob. cit.*, pp. 37-38)

potencias da Europa central e occidental.”<sup>314</sup> Também a Bélgica toma precauções, informa Alves da Veiga, cuidando da mobilização do seu exército.

Passado um ano, a 27 de Julho de 1914, João Chagas anota no seu diário: “Alves da Veiga, que veio ver-nos á tarde contou-nos que estivera no Credit Lyonnais e que estava lá o poder do mundo a retirar dinheiro.”<sup>315</sup>

Anunciada a ruptura das relações diplomáticas, adivinham-se as declarações de guerra. No dia seguinte, o Império Austro-Húngaro declara guerra à Sérvia. Segue-se a intimação alemã à Rússia a 1 de Agosto e à França dois dias depois, e a resposta inglesa contra a Alemanha a 4 de Agosto. Deflagrava a Primeira Guerra Mundial.

A invasão da Bélgica pela Alemanha sucede de imediato. A 20 de Agosto, as tropas alemãs chegam a Bruxelas. Alves da Veiga está na cidade. Relata Chagas: “A corte, o governo, as camaras, o corpo diplomatico transferiram-se para Antuérpia, praça forte que dizem inexpugnável.”<sup>316</sup> Mas o quase septuagenário ministro plenipotenciário português permanece no posto.

Só nos finais de Novembro consegue chegar ao Havre. A 5 de Dezembro escreve de Sainte Adresse, relatando os acontecimentos dos últimos meses ao Ministro dos Negócios Estrangeiros: “Com efeito, desde a ocupação de Bruxellas pela tropas allemãs, em 20 de agosto ultimo, todas as comunicações postaes e telegraficas com aquela cidade foram interrompidas, como por varias vezes informei V. Ex<sup>a</sup> sempre que tive ocasião de alcançar um portador que levasse correspondência até á Hollanda, que foi a única via de transmissão que ficou aberta depois da ocupação da Antuerpia e Ostende, como V. Ex<sup>a</sup> sabe; a via de Berlim só podia ser aproveitada (e isso mesmo só mais tarde teve lugar) para correspondencia trocada unicamente entre as duas capitaes, e assim mesmo em sobrescrito aberto e escrito em francês ou allemão, e sem a minima referencia á situação da Belgica nem á guerra ou seus efeitos. A censura allemã é d’um extremo rigor.”<sup>317</sup>

Na ceia de Natal desse ano, o representante diplomático de Portugal em Paris, recebe o congénere e amigo e descreve esse encontro no seu diário nos seguintes termos: “Á

<sup>314</sup> Carta de 10-07-1913 de A. M. Alves da Veiga ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Legation de La République Portugaise en Belgique* - Caixa 34 (1909-1915), MNE - Arquivo Histórico-Diplomático.

<sup>315</sup> *Diário de João Chagas* - 1914, pp. 110-111.

<sup>316</sup> *Idem, ibidem*, p. 168.

<sup>317</sup> Carta de 05-12-1914 de A. M. Alves da Veiga ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Legation de La République Portugaise en Belgique* - Caixa 34 (1909-1915), MNE - Arquivo Histórico-Diplomático.

noite tivemos o Alves da Veiga, *retour* de Bruxellas, e o filho<sup>318</sup> a jantar. Veiga vem óptimo, nada ressentido dos trez meses passados em Bruxellas e sob a occupação, nem da tormentosa viagem que fez para regressar a França. É um homem calmo, ao qual nada parece surprehender. Assistiu á entrada dos allemães em Bruxellas, mas durante o tempo que lá esteve nunca tratou com elles. Sempre que teve de o fazer, mandou os seus secretarios. A impressão mais viva que teve foi a da passagem noite e dia, pelas ruas de Bruxellas, durante oito consecutivos dias do exercito allemão. Adormecia-se, diz elle, ao ruido dos seus pesados passos. Acordava-se ouvindo-os marchar, ininterruptamente.”<sup>319</sup>

A situação de guerra não acalma entrementes os ânimos na conjuntura política nacional. Nos dias 20 e 21 de Janeiro de 1915, Machado Santos e Pimenta de Castro chefiam oficiais da guarnição de Lisboa no “Movimento das Espadas”. Dias depois, a 25, Manuel de Arriaga depõe o governo chefiado por Afonso Costa e nomeia o general Pimenta de Castro, sem que o Congresso esteja reunido. Tem início o primeiro governo em ditadura na curta experiência republicana do país.

Em protesto, João Chagas demite-se do consulado parisiense a 2 de Março. Dois meses passados, a 15 de Maio, na sequência do movimento revolucionário do dia anterior que põe fim à ditadura, é chamado a presidir e formar o oitavo ministério republicano.

Entre os nomes dos novos ministros, inclui o de Alves da Veiga, para a pasta dos Estrangeiros. Mas este último não chega a tomar posse do lugar, sendo substituído, de acordo com decreto datado de 17 de Maio, pelo médico Francisco Teixeira de Queiroz.

Em Agosto, na sequência da demissão de Manuel de Arriaga, e após a substituição interina de Teófilo Braga, decorrem eleições presidenciais. O nome de Alves da Veiga volta a ser arvorado, mas no segundo escrutínio é afastado. A terceira volta dá a vitória a Bernardino Machado e a derrota a Correia Barreto.<sup>320</sup>

<sup>318</sup> João Chagas refere-se a Alberto Teixeira Alves da Veiga, médico, falecido precocemente, aos 41 anos de idade, em resultado de uma tuberculose contraída no cumprimento das suas funções.

<sup>319</sup> *Diário de João Chagas (1914)*, p. 376. Numa passagem constante no mesmo registo, Chagas relata o seguinte episódio caricato: “Todo o trafico clandestino de jornaes é punido e a sua leitura feita em publico causa de prisão. No entanto, alguns jornaes inglezes, especialmente o *Times*, têm ali entrado á custa de extraordinarios riscos, trazidos por verdadeiros contrabandistas d’esta nova especie de contrabando, que tudo sacrificam pelo ganho. (...) Elle Veiga pagou alguns seis francos o exemplar e, como é muito distraído, succedeu-lhe indo num tramway tirar um numero da algibeira para ler. Mas o conductor accorreu, disse-lhe em voz baixa: - Cuidado! e elle apressou-se a fazer desaparecer o jornal.” (*Idem, ibidem*).

<sup>320</sup> Cf. *Diário do Congresso*, Sessão n.º 4, de 06-08-1915.

Aparentemente, e temporariamente, apaziguada a situação política nacional, a polémica em torno da entrada ou não de Portugal na guerra, colocada desde o despoletar do conflito, regressa ao foco da discussão.

Entre os defensores do abandono da posição neutra encontra-se João Chagas, que vai pressionando o governo português nesse sentido e tentando influenciar colegas e amigos.

Poucos dias passados sobre o começo da guerra, a 15 de Agosto de 1914, Chagas redige um telegrama dirigido a Alves da Veiga nestes termos: “Ministro de Portugal, Bruxelles. Particular, confidencial. Aconselhei nossos amigos e governo a marcharem resolutamente com a Inglaterra, aproveitando este ensejo unico na historia de valorisarem alliança ingleza. O governo fez declarações formaes, apoiadas no parlamento e na imprensa, mas não deffine sua attitude, ao contrario de todas as nações, e receio esteja renovando a situação de 1808. Peço faça em Lisboa todas as pressões que o seu patriotismo lhe indicar.”<sup>321</sup>

Para além dos apelos de congéneres nacionais, o ministro de Portugal em Bruxelas vai igualmente sentindo a pressão de individualidades estrangeiras. A seguinte passagem é exemplificativa: “Tivemos a almoçar o Alves da Veiga, que veio conversar sobre os “casos extraordinarios que se estão passando em Lisboa”, segundo a sua expressão. Contou-me isto: ha dias, no Hotel dos Regates, onde está hospedado o corpo diplomatico acreditado junto do rei Alberto, no Havre, o ministro de Inglaterra, sir Villiers, perguntou-lhe quem era o ministro de Portugal em Londres. Veiga informou-o: que era um homem muito distincto, um homem de letras; mas sir Villiers interrompeu-o dizendo-lhe *que elle era muito allemão*.”<sup>322</sup> A acusação do jogo duplo entre a Inglaterra e a Alemanha perpetrado por responsáveis governamentais portugueses é evidente, deixando o diplomata numa posição constrangedora. “Como todo o corpo diplomatico está no Hotel dês Regates não se passa dia que não perguntem a A. da Veiga: - Então quando vem a expedição portugueza? Veiga mette os pés pelas mãos, como eu, como todos nós.”<sup>323</sup>

No entanto, tardará até Março de 1916 a tomada de posição do governo nacional e até Fevereiro do ano seguinte o envio de forças militares para a França.

---

<sup>321</sup> *Diário de João Chagas - 1914*, p. 156. O telegrama não chega ao destino, por contingências relacionadas com o estado de guerra. João Chagas coloca a hipótese das restrições do governo francês face a comunicações dos portugueses estarem associadas à posição dúbia do país relativamente ao conflito. (Cf. *Idem, ibidem*).

<sup>322</sup> *Diário de João Chagas - 1915, 1916, 1917*, p. 18.

<sup>323</sup> *Idem, ibidem*.

Alojado nesse país, Alves da Veiga procura apoiar as tropas expedicionárias. A 5 de Maio de 1917 solicita numa missiva o envio de bandeiras nacionais para hastear e reforçar a moral dos soldados portugueses. Nos dias 9 e 10 de Julho de 1918 visita parte do Corpo Expedicionário sedado em Ambleteuse. O seu esforço no decurso do conflito não deixará de ser notado alguns anos depois, em sede do Senado da República.<sup>324</sup>

A Primeira Grande Guerra termina enfim com a rendição da Alemanha e dos seus aliados. A 11 de Novembro de 1918 é assinado o armistício em Rethondes. Duas semanas depois, a 26 de Novembro, Alves da Veiga chega a Bruxelas, regressado do Havre. Na carta que envia dois dias depois ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros descreve, compungido, as consequências da ocupação alemã, mas augura simultaneamente um futuro promissor para a nação belga.

Nos derradeiros anos de actividade diplomática e de vida, terá oportunidade de observar o esforço de reconstrução desse país. Mas assistirá igualmente aos sinais de descalabro do republicanismo português. Sucedem-se os governos a um ritmo alucinante.<sup>325</sup> Delongam-se as lutas entre os principais agrupamentos partidários. Em Dezembro de 1917, o antigo embaixador em Paris, Sidónio Pais, lança-se na aventura ditatorial. O ano de 1921 é marcado pela “noite sangrenta”. O sentimento de insegurança e instabilidade política e social recrudesce, mercê de incessantes e inúmeras manifestações, greves, atentados bombistas e tentativas golpistas.

Entrementes, abatido pela doença, Alves da Veiga solicita ao governo, a 10 de Outubro de 1924, uma licença de 3 meses: “que conta passar em França, sob a direcção do Sr. Dr. Bensaúde, a fim de poder tomar o repouso absoluto que, para a minha saúde bastante abalada, me é prescripto pelo médico”. A licença é concedida, por portaria do dia 22 do mesmo mês.

Alves da Veiga viaja para Paris, ao encontro da família, e é na capital francesa que o diplomata, contando então 75 anos, falece a 2 de Dezembro.

---

<sup>324</sup> Referimo-nos a uma intervenção de Bernadino Machado, realizada a 20 de Novembro de 1919 no Senado da República, que tem por fito principal a defesa da participação de Portugal na Guerra e seus apoiantes (Vide *Diário do Senado*, Sessão n.º 67, de 20-11-1919, pp. 12-19.).

<sup>325</sup> Entre 1920 e 1926, contam-se 23 ministérios.



Morre sem saber da falência definitiva da I República, concretizada pelo golpe de estado de 28 de Maio de 1926, mas consciente de que a sua implementação em muito divergia das idealizações do tempo de estudante, de propagandista ou de revolucionário.

No dia seguinte, o Presidente do Senado da República, António Xavier Correia Barreto, propõe um voto de sentimento em honra do velho republicano, que é aprovado por unanimidade.

De entre os discursos de homenagem prestados pelos senadores nessa sessão, destacam-se os de António Maria Silva Barreto e o de José Joaquim Fernandes Pontes.

Refere Silva Barreto: “em nome dêste lado da Câmara associo-me ao sentimento proposto por V. Ex.<sup>a</sup> pela morte do grande republicano que foi o exemplo dos sãos princípios democráticos, Alves da Veiga. Conheci essa figura brilhante, cujo nome está ligado ao insucesso do movimento de 31 de janeiro, na cidade do Pôrto, onde eu passei alguns dos melhores anos da minha vida. (...) Foi um movimento revolucionário de verdadeiros idealistas, que não se conspirou com o mais leve acto que porventura pudesse humilhar a fé republicana.”<sup>326</sup>

A intervenção de José Pontes é especialmente comovente: “Dos Senadores presentes é possível que fosse eu o último a falar com Alves da Veiga. Estando há três meses em Paris, fui propositadamente à Bélgica para isso. Alves da Veiga era uma alma boa e incontestavelmente um grande português. A braços com a doença e convencido de que o seu fim estava próximo, o seu desejo máximo, a sua suprema aspiração era voltar a Portugal, era ir à Pátria onde tinha pessoas de família, era ir viver ainda algum tempo no Porto, era visitar de novo o rincão adorado da terra transmontana que lhe foi berço. Não o conseguiu. Ali, na Bélgica, Alves da Veiga era uma criatura adorada pelo seu fino trato e pela maneira como se aproximava de todos. Era o mais velho dos membros do corpo diplomático da Bélgica, era o querido velhinho, como muito bem lhe chamavam, convidado sempre para todas as reuniões de pessoas categorizadas, apesar de saber-se que, pelo seu estado de saúde, não podia comparecer. Em nome dos parlamentares transmontanos desta Câmara, associo-me ao voto de sentimento proposto por V. Ex.”<sup>327</sup>

---

<sup>326</sup> *Diário do Senado*, Sessão n.º 2, de 03-12-1924, p. 3.

<sup>327</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 4.

O homem em tempos acusado de conspirar e chefiar uma revolução em busca de proveitos económicos, morre numa situação de relativa modéstia financeira.

A sua família vê-se na contingência de recorrer ao governo português para custear a transladação e as exéquias.<sup>328</sup>

O corpo chega a Lisboa a bordo do Vapor Lipare no dia 29 de Janeiro de 1925.

O funeral decorre dois dias depois, simbolicamente a 31 de Janeiro, em simultâneo com o de coronel Malheiros, falecido no dia 14 desse mês. São sepultados no cemitério da Lapa, no Porto, numa cerimónia fúnebre que inclui honras de estado e à qual assistem várias individualidades, entre as quais o Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes.

Um ministro representante do monarca e governo belgas lê um discurso pungente, salientando os pontos altos da actividade diplomática de Alves da Veiga, e em especial a sua actuação no decurso da guerra: “Mr. Alves da Veiga vécut avec nous ces heures tragiques; il assista le 4 août à la dernière et inoubliable séance du Parlement où la résolution de la résistance, déjà prise par le Roi et le Gouvernement, fut approuvée unanimement par les représentants élus de la Nation”.<sup>329</sup> E mais adiante: “L’année 1916 apporta une grande satisfaction à Mr. Alves da Veiga: le Portugal se rangeait parmi les Puissances de l’Entente, suivant les conseils que lui et d’autres illustres hommes d’Etat portugais avaient prodigués depuis deux ans.”<sup>330</sup> E conclui: “Mr. Alves da Veiga fut dès lors considéré non plus comme un étranger en Belgique mais devint vraiment l’un des nôtres. C’est ce grand ami de la Belgique, que jusqu’à la fin de ses jours y représenta le Portugal, que le Roi et le Gouvernement belge m’ont chargé de saluer ici une dernière fois.”<sup>331</sup>

<sup>328</sup> Consulte-se, a esse respeito, as actas do Senado da República e da Câmara dos Deputados no período que medeia entre Dezembro de 1924 e Abril de 1925. Salientamos a missiva classificada de “urgente” remetida por Henriques Pereira de Oliveira, de Nevogilde – Porto, a 8 de Dezembro de 1924, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, onde se lê: “Por carta recebida de Paris do meu filho, Dr. Vasco Nogueira de Oliveira, genro do Dr. Alves da Veiga, com data do 4 do corrente, solicita-me ele, em seu nome e no dos filhos d’aquella falecido diplomata, que se encontram naquela cidade, que peça a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne enviar telegraficamente à legação portuguesa todas as instruções para os funerais e a transladação do cadáver d’aquela velho republicano, em harmonia com o voto do Congresso, a fim de que elle possa seguir sem demora para aqui e a sua família que não pode ter mais espera na capital franceza.” (Carta de 08-12-1924 de Henriques Pereira de Oliveira ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Processo Individual de A.M. Alves da Veiga*, MNE – Arquivo Histórico-Diplomático).

<sup>329</sup> “Discours prononcé à Porto au cimetière de LAPA par le Ministre de Belgique sur la tombe de S. Exc. Mr. Alves da Veiga, ancien Ministre du Portugal en Belgique”, *ibidem*.

<sup>330</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>331</sup> *Idem, ibidem*.

Passados meses, ainda se regateiam no parlamento português as despesas com as exéquias do dedicado idealista, que, não obstante o relevante e sacrificado papel desempenhado no movimento republicano português, e a despeito das virtualidades e qualidades que lhe chegam a ser reconhecidas, será em grande medida suprimido da memória das gerações seguintes.

## PARTE II - POLÍTICA NOVA: UMA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO FEDERATIVA DA SOCIEDADE PORTUGUESA

### CAPÍTULO 5 - O republicanismo enquanto movimento doutrinário

#### 5.1 Os elementos comuns

Enquanto protagonista do republicanismo oitocentista finissecular português, Alves da Veiga representa uma das inúmeras sensibilidades ideológicas e programáticas que o mesmo abarcou. Hibridez, ecletismo, heterogeneidade são alguns dos epítetos passíveis de caracterizar tal movimento.

Apesar da comunhão de fontes e referências, é notória a dispersão dos republicanos por grupos distinguíveis pelo teor das suas propostas doutrinárias e de intervenção política.

De facto, é comum à generalidade desses militantes a identificação com o legado liberal, a homenagem à iniciativa precoce dos românticos das décadas de 40 e 50, a leitura cuidada das obras dos idealistas das convulsões italianas, da revolução espanhola de 1868 e da subsequente experiência republicana de 1871, a evocação da Comuna parisiense e a celebração da implantação da III República francesa em 1876.

Contudo, enquanto uns tendem para medidas de acção de pendor revolucionário, outros permanecem obstinados nos métodos oportunistas e legalistas, enquanto uns pretendem a república segundo o modelo unitário francês, outros reverenciam as experiências federalistas dos Estados Unidos e da Suíça.

Os mesmos autores e livros são lidos, as mesmas doutrinas apreciadas, os mesmos acontecimentos observados, mas diferentes juízos são formulados e conclusões extraídas. As propostas que resultam de tais processos são de tal forma diversas que, nalguns casos, raíam a antinomia.

Procurar caracterizar um movimento no seio do qual pululam tais variedades e controvérsias traduz-se em feito de monta. É essa a opinião que Fernando Catroga, destacado estudioso do republicanismo português, expressa numa das suas publicações, onde afirma: “Diga-se que essa tarefa é difícil, dado o ecletismo e a diversidade de correntes e de atitudes, que procuraram fundamentar e propagandar a República.”<sup>332</sup>

Assim mesmo, é possível a identificação entre os perpetuadores do republicanismo de um quadro referencial doutrinário comum, delimitando os elementos mais vulgarmente citados, apreciados ou referenciados nas iniciativas publicitárias e programáticas.

Os textos da autoria de Alves da Veiga a que tivemos acesso, na sua maior parte artigos jornalísticos, mas também um ou outro folheto, a participação em algumas obras como co-autor ou introdutor, e o volume *A Política Nova*, são emblemáticos desses elementos.

A procura de um consenso entre as diferentes facções republicanas, especialmente premente a partir de finais da década de 70 e inícios da década de 80, com as exigências decretadas pela unificação do movimento, consequente formação do partido, e com a entrada no despique eleitoral, justifica o esforço de homogeneização de argumentos e de programas. Isto, apesar de persistirem cisões e conflitos, ditados amiúde por clubismos e personalismos.

Activo promotor da unificação partidária, Alves da Veiga num discurso de 1878 encontra-se entre aqueles que defendem a “necessidade de se definirem bem os principios fundamentais do partido republicano portuguez, e de indicar as reformas que elle julga de immediata applicação á nossa sociedade”.<sup>333</sup>

Entre os aspectos que podemos apontar como consensuais, destaca-se desde logo, e naturalmente, a crítica e o combate aos regimes do tipo monárquico e hereditário, não só na antiga feição absolutista, como igualmente na nova roupagem acarretada pelo constitucionalismo.

---

<sup>332</sup> Fernando Catroga, “A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana em Portugal”, separata de *Biblos*, p. 291.

<sup>333</sup> Alves da Veiga, “Revista do Porto”, *O Partido do Povo*, 1.º Anno, n.º 1, Fevereiro de 1878, p. 7.

A defesa da implementação de um sistema republicano de tipo democrático, assente na universalidade do sufrágio e na educação cívica parece também receber o consenso da maioria.

Na generalidade, os republicanos assumem-se como continuadores e admiradores da grande obra revolucionária do século precedente, que em Portugal teria aplicação prática somente no início do século XIX com a revolução liberal vintista, implicando esse legado a delação dos antigos fundamentos jusdivinistas de acesso e manutenção do poder e o tipo de organização teocrática do Antigo Regime.

Contudo, grande parte dos arautos republicanos não deixa também de criticar os excessos e falhas cometidos ao abrigo das teses jusnaturalistas.

Declaram-se herdeiros dos grandes ideais do liberalismo, mas simultaneamente, e não sem alguma incoerência,<sup>334</sup> seguem até certo ponto a trilha dos autores contra-revolucionários, ao reprovar a fundamentação dos valores individualistas e dos direitos naturais com base em postulados metafísicos e abstractos. Apesar de fazerem dos valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade bandeira de campanha, procuram justificar a sua defesa enquanto “aquisições históricas definitivas e, portanto, possuidores de uma positividade”.<sup>335</sup>

Contrapõem à ideia abstracta de homem e à atemporalidade de tal abstraccionismo, o valor da vivência concreta e da temporalidade. Questionam a existência de preceitos universais desligados da existência corpórea dos indivíduos e das sociedades, ambos, no seu entender, determinados por factores naturais e sujeitos às leis da evolução.

Por um lado aplaudem os ideais contidos na tríade revolucionária, por outro resguardam-se, cuidadosamente, sob o domínio de um discurso de moldagem científica,<sup>336</sup> da fundamentação transcendente e dos descomedimentos insurreccionais perpetrados ao seu abrigo.

Face às acusações de jacobinismo, bradejadas pelos opositores, defendem-se alegando o pacifismo das suas propostas, sustentadas por princípios evolucionistas. A República

---

<sup>334</sup> Como observa Fernando Catroga, “conciliar a herança jusnaturalista com o evolucionismo historicista e positivista foi um dos grandes dilemas teóricos do republicanismo” (Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, p. 141).

<sup>335</sup> *Idem, ibidem*, p. 142.

<sup>336</sup> Segundo entende Fernando Catroga, o movimento republicano “foi predominantemente um cientismo, isto é, apresentou a sua filosofia e o seu modelo de sociedade como propostas tiradas do conhecimento científico” (*idem, ibidem*, p. 132).

virá sem que para tal seja necessário a contenda, assim o comprovam as conclusões extraídas das novas ciências que analisam as sociedades e o devir histórico.<sup>337</sup>

É esse sentido que Alves da Veiga parece enunciar ao afirmar: “Abandonados os processos de propaganda tumultuaria e violenta, e as fórmulas abstractas do methaphisismo philosophico, que se gastou em discussões estéreis sobre as causas primarias e finaes do universo e sobre a origem e destino do homem, o espírito encontrou uma disciplina severa e fecunda, na biologia e na sociologia, consideradas como tratado geral dos phenomenos do seres vivos e das leis fundamentais da existencia, equilibrio e transformação dos organismos politicos.”<sup>338</sup>

Das diversas correntes que marcam o pensamento ocidental no século XIX, e do recuperado trilha dos ensinamentos aristotélicos e escolásticos, os idealistas republicanos eduzem a ideia do homem como um ser sociável e sociabilariamente determinado. Não negam o legado do individualismo nem do racionalismo setecentista, ao posicionar o indivíduo como núcleo essencial da estrutura societária e ente racional apto a influenciar a sua vida e destino,<sup>339</sup> mas reconhecem as condicionantes externas a que está sujeito e que marcam a sua existência.

Explana Alves da Veiga: “Varias são as circumstancias que determinam a formação dos grupos ethnicos e explicam as relações dos individuos, as suas necessidades, desejos, aptidões e affinidades. (...) Ao lado das influencias climatologicas apparecem-nos as influencias sociologicas da *lingua*, das *tradições históricas*, da educação, da politica, dos usos e costumes. São motivos poderosos de agregação nacional. Por meio d’elles se constituem grupos bem definidos e tão fortemente caracterisados que reagem contra as leis que violentamente os confundem.”<sup>340</sup>

Tal conceptualização incorpora necessariamente um novo entendimento sobre o valor atribuído ao indivíduo. O estatuto ôntico de cada ser não poderá assentar única e

<sup>337</sup> Como observado anteriormente, o evolucionismo irá perder força à medida que se escoam os últimos anos do século XIX e emerge uma nova ala, mais combativa, que contesta os resultados alcançados ao abrigo das teses e métodos evolucionistas, e segue os passos dos predecessores da intentona revolucionária de 1891.

<sup>338</sup> Alves da Veiga, *Política Nova: Ideias para a reorganização da nacionalidade portuguesa*, pp. 9-10.

<sup>339</sup> Fernando Catroga observa que os republicanos, apesar de acatarem uma visão sujeita aos ditames da causalidade mecânica e legalidade determinística, ao abrigo da qual apregoam, por exemplo, a inevitabilidade do advento da República, não subtraem à razão humana a capacidade de influir no seu devir. Entendem a vontade como condicionada, mas não fadada. (Vide Fernando Catroga, *ob. cit.*, pp. 134-137).

<sup>340</sup> Alves da Veiga, “O Federalismo”, *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 41, 20-01-1884, p.1.

exclusivamente num conceito abstracto, apriorístico, atomístico e a-temporal, apartado das dimensões social e histórica e de uma experiência vivencial concreta.

A a-temporalidade e o abstraccionismo contidos na fórmula jusnaturalista são, assim, depurados em favor de uma vivência espacial e temporalmente situada.

E, ao mesmo tempo que os ideólogos republicanos enaltecem o tempo vivido, transitam no sentido da valorização da faceta social do indivíduo e na fundamentação de uma ética de solidariedade.

Procuram estabelecer o necessário equilíbrio entre o uno, o indivíduo, e o múltiplo, a sociedade. De facto, como sublinha Zília Osório de Castro “a questão fulcral da modernidade política reside na forma de conjugar estes dois vectores por definição opostos”.<sup>341</sup> Por um lado, procurar reconhecer ao indivíduo os seus direitos inatos e liberdade individual, por outro, almejar refrear as tendências egoísticas e garantir a harmonia no seio dos agrupamentos societários.

Fernando Catroga observa a respeito dessa desejada conciliação: “Assim, a realização dos direitos naturais do homem, isto é, o advento histórico da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, impunha que o egoísmo, atitude típica do indivíduo na espontaneidade do seu estado de natureza, fosse sobredeterminado, como no positivismo comtiano e litreano, pelo altruísmo, sentimento que exprime a capacidade de o homem dominar e corrigir os excessos da natureza.”<sup>342</sup>

De acordo com a conceptualização republicana, a solução vislumbra-se na essência tendencialmente perfectível de cada ser humano e na capacidade racional que lhe permite diferenciar o bem do mal e agir de acordo com preceitos éticos. Nas palavras de Veiga: “Todos compreendem mais ou menos que não ha direitos sem deveres, e que é preciso, em nome da paz social, respeitar uns e outros, para evitar o recurso a processos violentos e actos de força, que são geralmente a causa determinante das dictaduras oppressivas.”<sup>343</sup>

---

<sup>341</sup> Zília Osório de Castro, “Reflexos do Krausismo em Portugal”, Rocha, A. S. Estanqueiro, *et al.*, *O Krausismo em Portugal*, p. 115.

<sup>342</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 139.

<sup>343</sup> Alves da Veiga, *Política Nova: Ideias para a reorganização da nacionalidade portugueza*, p. 14.



A transição da condição humana primitiva para um estágio civilizacional avançado teria implicado precisamente a sublimação dos impulsos egóides e o empolamento dos valores humanísticos e comportamentos altruístas, potencializando assim a paz social.

Enquanto elemento doutrinário do movimento de reacção aos arrebatamentos sanguinários que marcam os sucessos revolucionários das últimas décadas, o pacifismo corola grande parte das doutrinas desenvolvidas desde inícios do século XIX. A seguinte passagem publicada em 1873 na *Republica Portuguesa* é simbólica: “Mas a humanidade livre e igual, carecia tambem de ser irmã. É pois o seculo XIX, o seculo da fraternidade, ou melhor o seculo da humanidade, como suprema lei e synthese suprema. (...) O individuo, quando considerado *origem e fim* da sociedade, é uma das maiores aberrações da politica moderna.”<sup>344</sup>

Atender à sua esfera de necessidades e interesses, sem no entanto descurar o bem e a felicidade dos outros é a ética proposta ao homem contemporâneo. A dimensão socializante deve ponderar sobre uma visão estritamente atomista.

Pelo que, o republicanismo incorporava “uma escala axiológica que não se confinava à fundamentação de uma ética puramente individualista”<sup>345</sup>, procurando, ao invés, contrariar os malefícios do individualismo mais extremo, e simultaneamente do socialismo mais radical, e defender no meio-termo soluções contemporizadoras como o solidarismo.

Entrementes, e associada à concepção do homem como um ser sociável e perfectível, está a de sociedade enquanto organismo.

De acordo com a lógica organicista, perfilhada pela grande maioria dos republicanos oitocentistas, cada um dos elementos do mecanismo social, do mais simples ao mais complexo, interage sob lógicas de interdependência e de entreajuda. E, assim sendo, o funcionamento regular e saudável desse organismo dependerá, em analogia com o que sucede no mundo físico, da colaboração de cada um dos seus componentes e do desempenho da sua função e competência específicas. Subjacente está a ideia de harmonia, conceito central das teses krausistas e recorrente nos textos propagandísticos, em especial entre os adeptos das edificações federalistas.

---

<sup>344</sup> Magalhães Lima, “Folhetim – Bibliographia – Tres Mundos por D. Antonio da Costa (continuado do numero antecedente) III”, *A Republica Portuguesa*, Anno de 1873, n.º 6, p. 1.

<sup>345</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 138.

Quanto à fundamentação da origem das sociedades, esta apresenta-se distinta da proposta contratualista e apriorista de Rousseau.

É de Alves da Veiga a seguinte passagem: “Não são as sociedades criações arbitrárias da lei como suppozeram alguns philosophos, mas productos de factores naturaes, cuja acção e influencia formam o objecto da sciencia mais complexa de nossos dias.”<sup>346</sup> E acrescenta: “Banido o providencialismo e desacreditados os systemas methaphysicos que explicavam por causas mysteriosas ou por leis puramente racionaes as transformações humanas, veio a sociologia, constituida por processos positivos, refundir em novas bases a organização politica”.<sup>347</sup>

As sociedades teriam, assim, resultado de processos naturais de agregação, procurando os homens, enquanto seres inatamente sociáveis, o conforto, a protecção, o sustento e a felicidade no seio de grupos humanos orgânica e convencionalmente cada vez mais alargados e complexos.

Subjacente à concepção organicista, encontra-se a de progresso, tradução da ideia evolutiva para o panorama dos organismos sociais.

A cada época e lugar, e a cada grupo social em concreto, estaria associado um regime político-jurídico específico, necessariamente adequado ao nível de evolução cívica e aos elementos culturais, étnicos e outros, simultaneamente factores de união e caracterização de um grupo. Tais elementos, entretanto, não sendo estáticos, sofreriam um processo de contínua transformação e aperfeiçoamento. Como Alves da Veiga observa: “Assim se chegou á comprehensão dos verdadeiros agentes e modificadores da evolução social e á determinação das leis naturaes que devem presidir á formação e desenvolvimento dos agrupamentos politicos”.<sup>348</sup>

O tempo é percepcionado como uma sucessão de estádios, cada um destes entendido como fase preparatória do subsequente.

Segundo Alves da Veiga, através das novas disciplinas sociais foi possível apurar “que na sociedade todos os phenomenos estão intimamente ligados, cada presente tem o seu passado de que depende”.<sup>349</sup>

<sup>346</sup> Alves da Veiga, “O Federalismo”, *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 41, 20-01-1884, p. 1.

<sup>347</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>348</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>349</sup> *Idem, ibidem.*

Os arautos do republicanismo julgam, nesta perspectiva, a monarquia, mesmo no seu invólucro constitucional, como mero trânsito para uma fórmula política mais avançada e progressiva, que os movimentos revolucionários pressagiam: a democracia.

O discurso é pautado pelo optimismo. O futuro adivinha-se auspicioso. Se à sociedade se aplicam as mesmas leis que regem a natureza, então tal como as espécies estão sujeitas à lei da selecção e a um permanente melhoramento, também os agrupamentos sociais obedecem a essa mesma lógica e progridem.

Será necessário então potencializar a chegada desse futuro, cabendo, no entender dos republicanos, papel fundamental às mentes mais esclarecidas e liberais. Alves da Veiga escreve: “é necessário que os pensadores desinvolvam natural e regularmente os germens do mundo que ha de vir, mais bello e esplêndido, porque será mais livre, mais justo, porque terá uma consciencia mais pura, uma idéa mais elevada da dignidade do homem.”<sup>350</sup>

É sob a alçada dos ensinamentos da escola positivista inglesa, e em especial do evolucionismo difundido por Herbert Spencer, que os republicanos argumentam a inevitabilidade da instauração da República. “O futuro politico d’esta terra, sempre defensora das ideias liberaes, será muito brevemente republicano.”<sup>351</sup>

E é de acordo com os ensinamentos da filosofia comteana, que recorrem a métodos pretensamente “científicos”<sup>352</sup> para analisar o devir histórico e concluir que, os regimes políticos seguem as mesmas leis de progresso, sendo portanto lícito prever que ao regime liberal de perfil monárquico-constitucional sucederá, em breve e seguramente, a república de feição democrática. “Podem os estadistas assentar o edificio das instituições sobre a base da realza absoluta ou constitucional, podem esquecer-se de que vivem em tempos de liberdade, e, mergulhando-se na noute do passado, pedirem ao céu uma formula de governo – o direito divino; que nem por isso as idéas democráticas deixarão

<sup>350</sup> Alves da Veiga, “Política Portuguesa”, *Republica Portuguesa*, Anno de 1873, n.º 2, p. 1.

<sup>351</sup> Alves da Veiga, “Revista do Porto”, *O Partido do Povo*, 1.º Anno, n.º 1, Fevereiro 1878, p. 3.

<sup>352</sup> Relativamente ao uso da retórica científica pelos republicanos portugueses, Amadeu Carvalho Homem observa: “A grande maioria dos nossos publicistas de vanguarda, em completo estado de deslumbramento perante o rigor metodológico das chamadas ciências exactas e perante a correspondente exactidão das suas conclusões, não podendo socorrer-se, no domínio sociopolítico, dos mesmos meios de demonstração e de prova, envolveu a sua prosa num tecnicismo formal e linguístico tanto quanto possível aproximado ou afim.” (Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, p. 166).

de caminhar, e, cedo ou tarde, por bem ou por mal, de realizar-se, constituindo a fôrma pratica da organização social.”<sup>353</sup>

E, em parte para confrontar as acusações de que as suas teses não passam de estrangeirismos ou meras importações mal aclimatizadas ao nosso país, procuram os sinais da nova era na história nacional.

Assim sucede quando, por exemplo, na defesa de um modelo laico e secular de sociedade, livre da influência nefasta do clericalismo e da crítica ultramontana, procuram raízes nos feitos pombalinos, ou quando, na fundamentação das suas propostas de descentralização, apelam às tradições comunalistas e municipalistas do país.

Quanto à comemoração dos grandes nomes e feitos, para além de atender ao fito de difundir uma nova ética baseada em valores seculares e livre das grulhas religiosas, visa simultaneamente acentuar a dedicação à causa nacional.

Nunca os republicanos deixam de se afirmar como os mais exemplares patriotas, usando as lutas contra o poder instituído, e questões relacionadas com a administração colonial, a dívida pública ou os gastos reais, como porta-estandarte da defesa dos interesses da nação.

Mesmo quando no seio da facção federalista são avançadas propostas de teor iberista, os seus interpelantes procuram justificá-las como um meio do país escapar ao domínio das nações europeias mais ricas e poderosas e garantir senão a hegemonia peninsular, pelo menos a autonomia e identidade enquanto povo.

As iniciativas propagandísticas que desenvolvem, para além de servirem propósitos eleitoristas, visam precisamente transmitir ao povo a promessa messiânica que a história universal, mas também nacional, encerra, e que dentro em breve, seguramente, se irá concretizar.

A luta dos mandatários monárquicos afigura-se inútil face a esse movimento progressivo. São eles que, no entender de Alves da Veiga, “procuram reter a marcha das novas idéas, aniquilar os productos da nova civilização”<sup>354</sup> esquecendo, no entanto, que “acima do poder das tradições, e valendo mais do que ellas, está o poder invencível das idéas, o trabalho do pensamento humano, luminoso, profundo, que vae destruindo

---

<sup>353</sup> Alves da Veiga, *ibidem*.

<sup>354</sup> Alves da Veiga, “Política Portuguesa”, *Republica Portuguesa*, Anno de 1873, N.º 3, p. 1.

incessantemente as instituições iníquas”.<sup>355</sup> Contrariando o que apelida de sofismas da monarquia e fazendo uso de conclusões supostamente neutras e objectivas da “sciencia que é o grande director espiritual, politico e economico da Humanidade”,<sup>356</sup> o autor alega que só “a democracia tem a consagração scientifica”,<sup>357</sup> sendo o regime politico “mais adaptado ás diferentes necessidades humanas”.<sup>358</sup>

E se é o governo do povo pelo povo e o efectivo exercício da soberania popular que se augura, então urge dotar a população portuguesa, na sua grande maioria analfabeta e inexperiente do exercício político, da ilustração necessária ao desempenho livre e consciente de tal tarefa.

Para os republicanos, a questão educacional é indissociável do projecto democrático. A instrução permite a cada cidadão potencializar a respectiva capacidade racional e dar um uso prudente à sua quota-parte de soberania.

Num trabalho universitário de 1872, em que Alves da Veiga participa como relator, consta a seguinte passagem: “Queixam-se da ignorancia. Pois bem. Ha uma potencia mais forte que a ignorancia. Esta potencia é a instrucção civica, livre dos prejuizos religiosos, politicos, moraes e sociaes, a instrucção limpa d’essa lepra immunda do ultramontanismo, d’esse espirito contagioso que envenena e secca tudo o que ella toca, e que ainda hoje, como nos dizia Pascal, mina as bases da ordem social e politica.”<sup>359</sup>

No entender de Alves da Veiga cabe aos homens republicanos tomar a cargo essa tarefa “de trazer ao mundo aquella grande virtude de esclarecer nossos irmãos; virtude que os systemas monarchicos nunca comprehenderam, contrariamente ao systema democratico que a inscreve entre as suas ideás fundamentaes.”<sup>360</sup>

Os projectos de universalização e gratuidade do ensino e de doutrinação cívica, necessariamente laicos, livres da interferência perniciosa da monarquia e das garras

---

<sup>355</sup> Alves da Veiga, “A Democracia, as Tradições e a Independencia Nacional – I”, *A Discussão: Diario Democratico da Manhã*, 1.º Anno, n.º 59, 10-02-1884, p. 1.

<sup>356</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>357</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>358</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>359</sup> *Estudos de Philosophia Política feitos em 1871-1872 por uma das Comissões do 3.º Anno*, p. 67. O trabalho é proposto por Manuel Emídio Garcia, enquanto lente da cadeira de direito administrativo.

<sup>360</sup> Alves da Veiga, “Politica Portuguesa”, *Republica Portuguesa: Folha Semanal: Orgão do Partido Republicano de Coimbra*, Anno de 1873, n.º 2, p. 1.

congregacionais e jesuíticas, contam-se entre as iniciativas desenvolvidas pelo partido e são ponto recorrente nos programas redigidos pelos respectivos órgãos.<sup>361</sup>

Fazem parte de um projecto mais lato de regeneração da sociedade, assente em bases seculares, no qual se incluem também outras medidas, caso da regulamentação do divórcio e do registo e enterro civis.

Assim, e conforme notado por Fernando Catroga, o republicanismo português “não pode ser reduzido a uma proposta estritamente política, mas tem de ser entendido como um ideário global de matriz essencialmente cultural”,<sup>362</sup> cuja condição nuclear seria “a secularização na sua expressão mais radical: a laicidade”.<sup>363</sup>

Não obstante a questão política, e muito especialmente a defesa do direito de participação de cada cidadão no poder através do sufrágio, ser fulcral na ideologia do movimento, contando-se entre os motivos que levam ao afastamento entre as facções republicana e socialista na década de 70, as alegações teóricas e propostas programáticas avançadas pelos partidários da República abrangem um quadro muito mais vasto.<sup>364</sup>

No Manifesto que Alves da Veiga redige e faz publicar no jornal *O Seculo* em 1881, sintetiza da seguinte forma aquele que considera ser o ideário contido nos programas do Partido Republicano: “A liberdade, a soberania e o suffragio universal, na ordem politica, a egualdade, na ordem social, a tolerancia absoluta, na ordem religiosa, a independencia do pensamento, na ordem scientifica, a secularisação de todos os actos da vida, na esphera civil, a extincção dos privilegios, dos monopolios, na ordem economica, e a responsabilidade de todos os nossos actos como cidadãos e funcionarios, na ordem moral, são os principios fundamentaes da civilisação moderna, os dogmas formulados pelas grandes revoluções philosophicas, politicas e sociaes que teem agitado o mundo desde o fim da Edade Média.”<sup>365</sup>

<sup>361</sup> Segundo Fernando Catroga, o republicanismo português finissecular “sustentava, desde os primórdios da propaganda, que o enraizamento da democracia requeria uma mentalidade mais crítica e racionalista, estágio que a liberdade de pensamento e de expressão, conjugada como uma acção educativa baseada na ciência e na moral social, poderia alcançar.” (Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 203).

<sup>362</sup> *Idem, ibidem*, p. 204.

<sup>363</sup> *Idem, ibidem*, p. 203.

<sup>364</sup> É também de Fernando Catroga a passagem: “Encarnação política de uma revolução cultural, eis uma fórmula que, a nosso ver, pode sintetizar o republicanismo das últimas três décadas do século XIX e dos princípios do século XX.” (*Idem, ibidem*, p. 121).

<sup>365</sup> “O Manifesto do Centro Eleitoral Republicano do Porto”, *O Seculo*, 1.º Anno, n.º 33, 13-02-1881, p. 1.

Na obra *Política Nova*, sobre a qual nos debruçaremos com maior pormenor no capítulo seguinte, o autor esboça um projecto constitucional que não se esgota na alternância de regime, na defesa dos direitos políticos e nem sequer nos aspectos relativos a uma nova organização político-administrativa, mas incorpora também reflexões de carácter cultural e sócio-económico.

## 5.2 Cisões: a ala federalista

Uma das cisões ideológicas e programáticas que marca o movimento republicano, no período que decorre entre a década de 70 do século XIX e a instauração do novo regime em 1910, é indubitavelmente aquela que separa os adeptos do unitarismo dos partidários do federalismo.

Em certa medida, esta mesma cisão representa também a distinção no seio do republicanismo de uma ala mais conservadora, resistente à assimilação de propostas inovadoras e modais que controvertem o *status quo* vigente, e uma ala mais radical, constituída por espíritos mais progressistas e receptivos a projectos subversivos do tipo de organização política imperante.<sup>366</sup>

Dentro e fora do país, as propostas de teor federalista são enunciadas, quer por defensores quer por oponentes, como contrapostas aos modelos de organização política e administrativa de natureza centralista, predominantes há séculos nos países ocidentais.

Apesar de milenar, a questão da concentração do poder político num único centro decisório ou a sua dispersão por diferentes estruturas igualmente dotadas de soberania só começa a ser equacionada, no âmbito da terminologia federal, nos proémios da era moderna.

É comum, entre os historiadores da temática, atribuir ao calvinista Johannes Althusius o epíteto do primeiro grande teórico a reflectir sobre a ideia federal. Segundo Maurice Croisat, na obra *Política*, publicada pela primeira vez em 1603,<sup>367</sup> Althusius terá

<sup>366</sup> Não podemos deixar de observar, todavia, que mesmo entre os elementos da ala federalista encontramos um leque diversificado de argumentos e programas, cujo conteúdo revela um maior ou menor peso de conservantismo ou radicalismo político.

<sup>367</sup> Com o título completo, escrito em latim, *Política Methodice Digesta, Atque Exemplis Sacris et Profanis Illustrata*, a primeira edição foi posteriormente revista pelo autor em 1610 e 1614.

procurado justificar a transfiguração da hierarquia feudal numa fórmula federalista assente nos princípios da autonomia e da associação.<sup>368</sup>

Mas, aparte contributos como os de Ludolph Hugo ou de Gottfried Leibniz, somente nos séculos seguintes, alcançará o federalismo expressivo desenvolvimento, caminhando a reflexão teórica a par e passo com a implementação prática.

Surge integrado em projectos de dimensão ecuménica e fins pacifistas, como aqueles propostos pelo Abade de Saint-Pierre ou, mais tarde, por Immanuel Kant. Desenvolve-se adstrito aos movimentos ideológicos e revolucionários que marcam a transição entre o século XVIII e XIX, sendo emblemáticas as obras de Montesquieu, dos “pais fundadores”, e de Tocqueville que inspiram ou reflectem sobre a experiência constitucional norte-americana. Assoma nos textos publicados por uma panóplia inumerável de autores, muitos de renome, como John Stuart Mill, Saint-Simon, Constantin Frantz ou Pierre-Joseph Proudhon. E enquadra-se em praticamente todos os novos quadrantes e tendências políticas que despontam naqueles dois séculos, caso do liberalismo, do democratismo, do anarquismo ou do socialismo.

No que respeita a Portugal, a disseminação de propostas de teor federalista no léxico político parece ser fenómeno associável às primeiras cogitações republicanas, ocorridas em meados de oitocentos.<sup>369</sup>

A permeabilidade a propostas de vanguarda política, facilitada pela melhoria dos meios de comunicação e pelo incremento das relações com o exterior, justifica o impacto de acontecimentos como a revolta iniciada em Paris em Fevereiro de 1848, a revolução de Março nos estados alemães ou a ratificação, ainda nesse ano, de uma nova constituição republicana federal na Suíça.

Sob o estímulo destes sucessos estrangeiros, e também no rescaldo das revoltas populares nacionais, não é “pois, de estranhar que nos meios setembristas – derrotados

<sup>368</sup> Cf. Maurice Croisat, *Le Fédéralisme dans les démocraties contemporaines*, p. 13.

<sup>369</sup> As referências detectadas nas décadas anteriores revestem um carácter pontual e comprovam a limitada adesão a tais propostas pela classe política imperante. No decurso dos trabalhos da Corte Constituinte de 1821, por exemplo, o federalismo chega a ser equacionado em termos da relação futura entre a metrópole e a colónia brasileira, tentando prevenir, sem sucesso, os impulsos emancipadores que meses depois resultam na independência do Brasil. Contudo, deputados como Manuel Gonçalves Miranda, Agostinho José Freire ou Pimentel Maldonado rebatem activamente a possibilidade de introdução dos preceitos federalistas na constituição. (Cf. *Diário Geral das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, 1821-1822).



na Patuleia – a ideia da república se comece a afirmar e a ganhar adeptos e doutrinadores.”<sup>370</sup>

Um grupo de radicais activistas, que se envolverá na “Conspiração das Hidras”, será responsável pela publicação durante 1848 de vários periódicos e panfletos clandestinos, com títulos como *A Alvorada*, *É Tarde*, *O Regenerador*, *O Republicano*, *A Fraternidade* e *A Republica*. Nestes textos, para além da defesa de uma ideologia republicana imbuída de aspirações românticas e socialistas, inspirada nas acções e cogitações de vultos como Vítor Hugo, Egard Quinet, Jules Michelet ou Louis Blanc, os respectivos autores aventam também propostas de pendor iberista e federalista.

A obra *Estudos sobre a Reforma em Portugal* publicada no ano de 1851 pelo correligionário desses publicistas, José Félix Henriques Nogueira, contempla idênticos ideais, mas reflecte uma outra preocupação e cuidado com aspectos de natureza literária e doutrinária.

Entre a diversidade de matérias que Henriques Nogueira trata no seu projecto de regeneração, inclui, ao nível interno, uma reforma administrativa de base municipalista,<sup>371</sup> seguindo as propostas descentralistas de autores como Alexandre Herculano, seu “amigo e mestre”,<sup>372</sup> e, a nível externo, uma associação entre “Portugal e os outros povos peninsulares”,<sup>373</sup> justificada pela necessidade de “libertar as nações fracas do predomínio das fortes”.<sup>374</sup> Desta associação resultaria a constituição de uma nova nação, a *Iberia*, assente não numa fusão, mas numa liga ou contrato, no âmbito do qual a independência de cada povo seria garantida.

Será, portanto, seguro afirmar que, para além de associada à afirmação de propósitos republicanos, a expansão de teses e programas federalistas fluirá igualmente, e numa significativa parte, em torno do debate sobre a “velha questão ibérica”.

As décadas de 50 e 60 do século XIX serão especialmente profícuas em publicações dedicadas quer à defesa, quer ao combate do iberismo, em especial após a publicação em

<sup>370</sup> Fernando Pereira Marques (int.), *Esperem e Verão! Textos republicanos clandestinos de 1848*, p. 7.

<sup>371</sup> O autor trata com maior desenvolvimento esta matéria na obra *Município no Século XIX*, publicada em 1856, dois anos antes da sua morte precoce, a 23 de Janeiro de 1858, com 33 anos de idade.

<sup>372</sup> J. F. Henriques Nogueira, *O Município no Século XIX*, p. III.

<sup>373</sup> J. F. Henriques Nogueira, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, p. 264. Henriques Nogueira entende que deverão compor a federação ibérica as seguintes províncias: Portugal, Galiza, Astúrias, Biscaia, Navarra, Catalunha, Aragão, Valência, Múrcia, Granada, Andaluzia, Estremadura, Castela-a-Nova, Castela-a-Velha e Leão (Cf. *Idem, ibidem*, p. 267).

<sup>374</sup> *Idem, ibidem*, p. 264.

1852 da obra *A Iberia* de D. Sinibaldo de Mas,<sup>375</sup> na qual este último propõe a unificação peninsular.

A pendenga chegará inclusive ao parlamento nacional, e mais especificamente à Câmara dos Pares do Reino onde é debatida acaloradamente por figuras como o Marquês de Valada ou o Visconde de Fonte Arcada. Figuras destacadas da cena nacional como o então Ministro da Marinha, Latino Coelho,<sup>376</sup> são increpadas de anti-patrióticas pela expressão de opiniões pró-iberistas.<sup>377</sup>

Os ânimos atingem um pico em 1868 e no ano seguinte, quando é levantada a hipótese do rei português, D. Fernando, assumir o trono espanhol deixado vago pela deposição de Isabel II. Dos dois lados da fronteira<sup>378</sup> essa possibilidade é advogada com base em argumentos de defesa mútua, de estratégia colonial ou de expansão económica. Preocupações explicáveis, no julgar dos adeptos da união dinástica, num quadro geopolítico em que se assiste a um movimento de constituição de grandes nações e à crescente pressão de potentados como a Itália ou os impérios alemão e austro-húngaro.

Os opositores da *conspiração ibérica*, contudo, refutam, apelando aos valores nacionalistas e defendendo aguerridamente a identidade e independência do país contra aqueles que, no seu dizer, pretendem efectivar o projecto napoleónico de dominação da pátria lusa pelos castelhanos e retroceder à era da dinastia filipina.

Os apoiantes do federalismo ibérico, por sua vez, procuram contornar os temores integracionistas do anti-iberismo e contrariar o projecto monárquico de semblante fusionista, ao alvitar o estabelecimento de um pacto federativo, livremente assumido pelas partes constituintes.

Defendem que no âmbito desse acordo será possível a cada membro contraente não só preservar uma substancial quota-parte da autonomia e da soberania originais, mas também conservar os caracteres que o individualizam.

<sup>375</sup> O título completo é *A Iberia: memoria sobre a conveniencia da união pacifica e legal de Portugal e Hispanha, escripta por D. Sinibaldo de Mas*.

<sup>376</sup> À época filiado no Partido Regenerador, José Maria Latino Coelho (1825-1891) transitará anos depois para o campo republicano. Pouco tempo antes do seu falecimento, prefaciara a obra *Pela Patria e Pela Republica* de Sebastião de Magalhães Lima, na qual, deixando de parte a renitência que demonstrara enquanto ministro da monarquia, assume a defesa do projecto de uma confederação latina, enquanto estágio inicial da utópica visão da fraternidade universal.

<sup>377</sup> Cf. *Diario da Camara dos Pares do Reino de Portugal*, de 1868 e 1869.

<sup>378</sup> Os grandes protagonistas do projecto de união das duas coroas serão, do lado espanhol, o general Juan Prim y Prats, líder do movimento revolucionário de 1868, e do lado português, o marechal João Oliveira e Daun, Duque de Saldanha (Cf. *Fernando Catroga*, "Nacionalismo e Ecumenismo: A questão ibérica na segunda metade do século XIX", separata da *Revista Cultura História e Filosofia*, Volume 4, p. 32).

Na sua grande maioria, estas propostas partem da ala republicana que aponta como primeira condição de sucesso o estabelecimento deste regime nos dois lados da fronteira. E, também numa significativa parte, Portugal aparecerá como um único estado,<sup>379</sup> não raras vezes numa posição hegemónica, e mantendo a mesma configuração territorial, enquanto que o território espanhol surge desmantelado em várias províncias.

A defesa do federalismo ibérico será comum a uma ala bastante expressiva dos republicanos portugueses. Aos predecessores das décadas de 40 e 50 de oitocentos, cuja ideologia dá seguimento ao ecumenismo e cosmopolitismo do movimento iluminista, juntam-se na transição da década de 60 para 70, algumas das figuras do Cenáculo,<sup>380</sup> caso de Antero de Quental, Oliveira Martins e Teófilo Braga, que à época partilham aspirações republicanas de teor socializante.

No folheto *Portugal perante a revolução de Hespanha*,<sup>381</sup> publicado em 1868, Quental nomeia alguns dos grandes pensadores da modernidade que professam a “magica legenda republica democratica federativa”<sup>382</sup> e cujas obras inspiram essa nova geração de “moços, inteligentes, activos da sociedade portugueza”,<sup>383</sup> para os quais “não há outra saída aberta senão esta: a da democracia iberica; nem outra politica capaz de idéas, de futuro e de grandeza, possivel em Portugal, senão esta: a politica do iberismo.”<sup>384</sup> Voltará a professar a mesma solução política três anos depois, na conferência que apresenta no Casino Lisbonense a 27 de Maio e intitula de *Causas da decadência dos povos peninsulares nos ultimos tres seculos*.<sup>385</sup>

Oliveira Martins, também inicialmente contagiado pelos sucessos espanhóis,<sup>386</sup> chega a defender a implementação de uma República social e a constituição de uma *federação*

<sup>379</sup> Um dos poucos projectos federativos ibéricos em que Portugal aparece fraccionado será naquele apresentado por Sousa Brandão. (Cf. Amadeu Carvalho Homem, “O Tema do Iberismo no Republicanismo Federalista Português (1870-1910)”, Ernesto Castro Leal (coord.), *O Federalismo Europeu: História, Política e Utopia*, p. 86).

<sup>380</sup> O Cenáculo consistiu numa tertúlia de intelectuais, na maior parte antigos estudantes coimbricenses, cujos encontros começam em Coimbra e transitam mais tarde para Lisboa, ocorrendo quase sempre em casas particulares. Foi do seio deste grupo que partiu a iniciativa de publicar a folha *A Republica*, cujo primeiro número sai a 11 de Maio de 1870, e a ideia da realização das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense. Outros nomes associados ao Cenáculo são: Jaime Batalha Reis, Eça de Queirós, Vieira Meireles, Salomão Sáraga, Manuel Arriaga, Ramalho Ortigão, Augusto Fuschini, António Enes e Adolfo Coelho.

<sup>381</sup> O título completo é *Portugal perante a revolução de Hespanha: considerações sobre o futuro da politica portugueza no ponto de vista da democracia iberica*, e foi publicado pela Typographia Portugueza, em Lisboa, poucos meses depois de deflagrada a insurreição espanhola.

<sup>382</sup> Antero de Quental, *ob. cit.*, p. 21.

<sup>383</sup> *Idem, ibidem*, p. 35.

<sup>384</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>385</sup> Publicada em 1871 pela Typografia Comercial, do Porto.

<sup>386</sup> Terá oportunidade de observar tais sucessos em primeira-mão, já que de 1870 a 1874 exerce funções de administrador numa mina na Andaluzia. Será também a proximidade que lhe permitirá assistir de perto às desavenças entre correntes e facções

*hispânica*, como lhe chama, mas cedo se desilude. Anos mais tarde, acaba por transitar para a apologia de um socialismo de Estado e reforço do poder central, tornando-se um dos homens de confiança do rei D. Carlos.

Quanto a Teófilo Braga, o caminho percorrido será outro. Desavindo com Quental<sup>387</sup> e discordante da trajetória ideológica e estratégica encetada pelos socialistas a partir de 1872, dedica-se à construção conceptual da doutrina republicana enformada sob os auspícios da filosofia positivista. Continua a defender, aberta e empenhadamente, soluções de natureza federalista e de contornos iberistas nas décadas seguintes, mas irá enquadrá-las num discurso eivado de ditames mecanicistas e postulados evolucionistas.<sup>388</sup>

A federação ibérica continua a ser preconizada até finais da década de 70 e nas décadas seguintes, por um vasto conjunto de pensadores e activistas republicanos, caso de Magalhães Lima, o mais empenhado de todos, de Horácio Esk Ferrari<sup>389</sup> e de Sampaio Bruno<sup>390</sup> que defendem a supremacia de Portugal no contexto peninsular, de Eugénio Silveira, redactor principal da *Republica Latina*,<sup>391</sup> e ainda de nomes como Oliveira Marreca, Emídio Garcia, Xavier Machado, Eduardo de Abreu, Teixeira de Queiroz, Carrilho Videira, Cecílio de Sousa ou Heliodoro Salgado.

Do outro lado da fronteira, autores como Francisco Pi y Margall, que publica *Las Nacionalidades* em 1877, ou Elices Montes, cuja obra *O Governo e o Exercito dos Povos Livres* é divulgada em capítulos no jornal *O Partido do Povo*, fazem eco das aspirações federalistas dos confrades lusos.

Da afinidade de Alves da Veiga com as acções e as reflexões destes militantes poderíamos, à partida, deduzir a filiação aos mesmos ideais iberistas. É um facto que acompanha Magalhães Lima em 1890, nalgumas partes de uma viagem cujo mote é simultaneamente a república e a federação peninsular. Mas, não obstante, é também

---

políticas republicanas, desiludindo-se com a suposta virtuosidade do republicanismo. No entretanto, e pelos menos até 1878, conta-se entre os elementos directores do Centro Eleitoral Republicano do Porto.

<sup>387</sup> Vide A. de Magalhães Basto, *Homens e casos de uma geração notável*, pp. 91- 103, a respeito dos motivos desta desavença.

<sup>388</sup> Vide Teófilo Braga, *Historia das Ideias Republicanas em Portugal*, sobre os desacordos com os socialistas, bem como a fundamentação do ideal republicano e federalista sobre bases positivistas.

<sup>389</sup> Cf. Horácio Esk Ferrari, *A hegemonia de Portugal na Peninsula Ibérica*.

<sup>390</sup> Sampaio Bruno delinea a sua utopia federal no artigo "O Federalismo", publicado no periódico *Folha Nova* a 03-11-1881 (Cf. Sampaio Bruno (pseud.), *Os modernos publicistas portugueses*, p. 114).

<sup>391</sup> Publicado em Lisboa em 1890, não dispomos de dados relativos às datas de início e fim da edição deste periódico, nem à quantidade de números publicados.

certo que no conjunto de textos de época<sup>392</sup> a que tivemos acesso não detectámos alusões que corroborem tal suposição.

Se assim é, parece-nos correcto afirmar que, além da defesa do federalismo enquanto doutrina política, Alves da Veiga aborda a aplicabilidade deste princípio somente numa esfera circunscrita às fronteiras nacionais. O mesmo é dizer que o plano que propõe é o de uma federação interna do país.

Num artigo publicado em 1998, Hermínio Martins procede à análise da temática do federalismo no contexto nacional, sublinhando precisamente a variedade de projectos e perspectivas federalistas que afloram “desde pelo menos o advento do liberalismo moderno”<sup>393</sup> e propõe uma classificação, em três variantes analíticas distintas, que inclui: o federalismo imperial e pós-imperial, o federalismo ibérico e europeu, e o federalismo interno. O projecto veiguiano é citado por Martins num ponto dedicado a esta última variante.

Para além da diversidade de perspectivas, a facção federalista do movimento republicano será, por comparação com outros agrupamentos ideológicos, caracterizada pelo dinamismo e combatividade dos seus representantes.

A primeira tentativa de unificação partidária, em 1876, falha muito por conta do inconformismo da ala federalista. O jovem Ladislau Batalha, um dos elementos expulso do recém-constituído Centro Republicano Democrático de Lisboa, núcleo primário do partido republicano,<sup>394</sup> aponta no folhetim *A nova inquisição ou o directorio republicano e os seus actos perante a opinião publica* as razões da quezília, acusando os oponentes de oportunistas e comprometidos com o poder reinante.

Os federalistas voltam, assim, a organizar-se de forma independente, como o tinham feito poucos anos antes.

Em 1872, efectivada a cisão com os socialistas por discordância com as teses de abstencionismo político e de igualitarismo económico defendidas por Antero de Quental, José Fontana, Nobre França e demais, o grupo de republicanos coalescente aos preceitos

<sup>392</sup> A título de exemplo, Magalhães Lima na obra *La fédération ibérique*, publicada em 1892, cita aqueles que entende como os mais representativos defensores portugueses da federação ibérica e em nenhuma passagem refere o nome de Alves da Veiga.

<sup>393</sup> Hermínio Martins, “O Federalismo no Pensamento Político Português”, separata de *Penélope*, n.º 18, 1993, p. 13.

<sup>394</sup> A designação é de Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, p. 38.

do federalismo passa a reunir-se na Livraria Internacional de José Carrilho Videira,<sup>395</sup> situada na rua do Arsenal em Lisboa.<sup>396</sup>

Dessa tertúlia, que inclui figuras do panorama nacional como Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, Teixeira Bastos, Nobre França, Cecílio de Sousa, Silva Pinto ou Eduardo Maia, para além de colaboradores espanhóis exilados,<sup>397</sup> parte a iniciativa de fundar em 1873 o primeiro Centro Republicano Federal do país, que divulga o seu programa a 22 de Junho e adopta como órgão de imprensa *O Rebate*.<sup>398</sup>

Mas, sendo a iniciativa clubista predecessora, a jornalística não o é.

Já em 1869 e 1870 tinham Felizardo Lima e Casimiro Gomes publicado em Lisboa a *Republica federal: folha semanal*.

Em Coimbra é dado à prensa, a partir de 16 de Fevereiro de 1871 o número 1 do periódico *A Federação*, cuja autoria é mantida no anonimato.

E desde Maio de 1873, a folha *Republica Portuguesa* dos estudantes Alves da Veiga, Magalhães Lima e Alves de Moraes dá seguimento aos mesmos ideais federalistas em terras coimbrãs.

No rescaldo da rotura com os democratas e moderados, os federalistas proscritos inauguram em Lisboa, ainda em 1876, e mais concretamente a 3 de Dezembro, o Clube Mundo Novo, o qual, todavia, terá curta duração.

Em 1878, reconciliados com Teófilo Braga, que tinha subscrito a expulsão do Centro Democrático, apoiam a candidatura do professor, e também do jurista Manuel do

<sup>395</sup> Um vasto conjunto de obras será publicado pela editora Nova Livraria Internacional, nomeadamente: uma significativa parte do acervo de Teófilo Braga, incluindo as obras de introdução e difusão do positivismo; as colecções Biblioteca Republicana Democrática e Almanach Republicano, dedicadas à difusão das ideias republicanas junto das classes populares; a tradução de obras de autores estrangeiros, como as de E. Littré e E. B. Taylor; títulos curiosos como *Systema de governo republicano democratico federal ao alcance do povo*, de Angelina Vidal, ou *Os Padres*, de Óscar Mário; e as próprias iniciativas publicitárias do editor, Carrilho Videira, que incluem *Liberdade de consciencia e o juramento catholico*, de 1878 e o *Cathecismo republicano para o uso do povo*, de 1880.

<sup>396</sup> De notar que também os socialistas, organizados a nível partidário desde 1875, continuarão a professar a implementação de uma Republica social nos respectivos programas (o primeiro dos quais será aprovado no I Congresso do partido realizado em 1877).

<sup>397</sup> É o caso de Fernando Garrido Turtosa, um dos principais propagadores do socialismo e do federalismo em Espanha, por diversas vezes detido e exilado em resultado das suas iniciativas publicistas e revolucionárias.

<sup>398</sup> O primeiro número é publicado a 29 de Junho de 1873 e o título completo é *O Rebate: Órgão do Centro Republicano Federal de Lisboa* e inclui na capa a inscrição "Republica Federal Portuguesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade", assim como a frase "Republica federal: O homem livre na familia; A familia livre na parochia; A parochia livre no municipio; O municipio livre na provincia; A provincia livre no estado; O estado livre na nação; A nação livre na humanidade". Nos anos de 1874 e 1875 a folha *Republica*, da responsabilidade de Carrilho Videira, substitui *O Rebate*.

Arriaga, às eleições nacionais e preparam a constituição de um novo centro, inaugurado a 2 de Janeiro do ano seguinte.

Os Centros fundados, entretanto, no Porto e em Coimbra, sob o impulso, respectivamente de Alves da Veiga e Emídio Garcia, entre outros, seguem no rasto desta facção radical alfacinha, mantendo relações de estreita proximidade e cooperação.

Na década de 80, o federalismo continua a representar uma força hegemónica no contexto do movimento republicano.

O campo federal recolhe o contributo de algumas das mais destacadas intelectualidades do republicanismo e assume a liderança no que toca ao número e amplitude de iniciativas clubistas e propagandísticas.

Os federalistas recorrem à imprensa, à obra literária, às conferências e representam, como observa Fernando Catroga, “dentre todas as tendências republicanas, a mais aguerrida tanto no plano ideológico como no nível organizativo”.<sup>399</sup>

Seguem, enquanto influentes literários, a obra de Henriques Nogueira, os ensinamentos do espanhol Pi y Margall e do grande teórico do federalismo Joseph-Pierre Proudhon, as alocuções de Comte e de Emile Littré, os exemplos de Garibaldi, Vítor Hugo, Alfredo Naquet, entre outros.

Fazem a apologia dos modelos constitucionais norte-americano, suíço e, mais tarde, brasileiro, enquanto referenciais pragmáticos e exemplos de paz e prosperidade.

A militância desta fórmula governativa, verdadeira tendência modal da época, estende-se a várias cidades do território continental e inclusive às ilhas. Em Ponta Delgada, é constituído um centro com o apoio de Teófilo Braga, natural dessa cidade insular. Nas eleições de 1880, os micalenses apoiam a candidatura do seu mentor, desafiando-o com o mandato imperativo, e publicam o primeiro número do seu periódico *A Republica Federal*.<sup>400</sup>

Os mais emblemáticos órgãos de imprensa republicanos publicam artigos sobre o ideário federalista: *A Vanguarda*, *O Seculo*, *A Era Nova*, *O Partido do Povo*, *A Discussão*, *O Estado do Norte*, *O Combate*.

---

<sup>399</sup> Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, p. 23.

<sup>400</sup> *A Republica Federal*: órgão do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada será publicado entre 17 de Abril de 1880 e 14 de Agosto de 1888, num total de 432 números.

A variedade publicitária e programática reflecte, mais uma vez, a diversidade e ecletismo características do republicanismo oitocentista, assim como a proliferação de clubes espelha, nalguns casos, as dissidências que vão ocorrendo no seio da ala federal. O Clube Henriques Nogueira, fundado em 1881 e liderado por Manuel de Arriaga, terá tido na sua origem mais um desacordo entre sensibilidades.

Mas, não obstante o fulgor que alcança durante essas décadas, à medida que finda o século XIX o federalismo vai perdendo expressão entre as novas gerações de militantes republicanos.

O ultimato inglês é apenas um dos factores a explicar o avivamento dos furores nacionalistas e independentistas, aos quais surgem associadas teses de reforço e centralização do poder.

O último programa do Partido Republicano, aprovado no Congresso de Janeiro de 1891, ainda em vigor aquando da implantação do regime em 1910, prevê no primeiro capítulo, dedicado à Organização dos Poderes do Estado, uma estrutura federal fraccionada em três níveis de representatividade, tendo por base os municípios, num nível intermédio as províncias e no topo a Assembleia Nacional.

Contudo, a maioria dos deputados da Assembleia Nacional Constituinte de 1911 irá enjeitar o legado federalista e aprovar o modelo de estado unitário.

Apesar da perda de hegemonia, o ideário federalista continuará a ter o seu lugar no século XX, não só entre os republicanos mais velhos, associados à fase doutrinária, mas inclusive entre as gerações mais novas. Subsistirá, ainda que de forma residual, até à Ditadura Militar de 1926, incorporado quer nos programas dos agrupamentos republicanos de expressão mais radical,<sup>401</sup> quer nos dos partidos socialista e comunista.

---

<sup>401</sup> Entre os quais: Integridade Republicana (1911-12), Partido Republicano Radical Português (1911-13), Centro Reformista (1914-15), Federação Nacional Republicana (1920-21) e Partido Republicano Radical (1923-26).



## CAPÍTULO 6 - O projecto de regeneração de Alves da Veiga

### 6.1 O federalismo na obra veiguiana

A adesão de Alves da Veiga ao federalismo ocorre em simultâneo com a sua filiação no movimento republicano e pelo teor de algumas das publicações que subscreve ao longo de mais de cinco décadas, parece-nos correcto afirmar que, para além de um devoto republicano, mantém-se também um assumido federalista até aos serôdios anos de vida.

Será por isso admissível conjecturar que as mesmas leituras e os mesmos acontecimentos que o influenciam num sentido, o conduzem simultaneamente ao outro.

Tal não será descabido, se atendermos a que grande parte dos fautores da doutrina federalista dos séculos XVIII e XIX pleiteia igualmente a solução republicana. São casos emblemáticos os já antes citados Immanuel Kant, Charles de Montesquieu, Karl Krause, J.P.-Proudhon, Pi y Margall ou Émile Littré.

Neste ponto, fazemos um sucinto apontamento sobre as questões que Alves da Veiga levanta ou comenta, de forma mais pormenorizada ou amiudada, quando aborda a doutrina ou práticas federais nos vários textos publicados antes da *Política Nova*, o que de certa forma permitirá enquadrar e entender algumas das ideias que encorpam o projecto de regeneração contido nesse volume.

Desde 1872, e mais propriamente no trabalho de grupo que relata enquanto estudante do 3.º ano da Faculdade de Direito, enceta a crítica à centralização, que entende como um absurdo político e administrativo herdado “do velho poder auctoritario”.<sup>402</sup> Entende que: “A centralização que está legislada pela maior parte dos códigos politicos das nações modernas, continua ainda a antiga tutela do Estado, velho *pater familias* rebelde a todo o espirito de emancipação”<sup>403</sup>, sendo pois contrária à liberdade e à soberania, quer individuais quer colectivas.

---

<sup>402</sup> *Estudos de Philosophia Política feitos em 1871-1872 por uma das comissões do 3.º anno*, p. 44.

<sup>403</sup> *Idem, ibidem*, p. 49.

Para Alves da Veiga, a desejada conciliação entre o princípio da soberania nacional e o sistema de representação parece efectivar-se somente nos Estados Unidos e na Suíça, a despeito de algumas fragilidades institucionais, pois só nesses dois países parece vingar “a grande idéa sobre que se agitam as sociedades modernas – a Democracia”.<sup>404</sup>

Como anteriormente salientado, para os republicanos adeptos do federalismo o desenvolvimento económico e a paz social alcançados, nos dois lados do oceano, pelas potências suíça e norte-americana (e mais tarde brasileira), fazem prova das virtualidades deste sistema, pelo que são recorrentemente citados como modelos a seguir.

No caso particular de Alves da Veiga, é notória a preferência pela constituição helvética. O projecto de reforma que defende para Portugal deverá no seu entender seguir o exemplo dado pelos *descendentes dos helvetas*,<sup>405</sup> que conseguiram realizar essa “maravilha do direito moderno”<sup>406</sup> que possibilita à Suíça, “ponto quasi invisível da carta physica europêa”,<sup>407</sup> ser, não obstante, um país “grande, enorme, na geographia moral das nações, pelo esplendor da sua civilização e admiravel tino pratico dos seus homens de Estado.”<sup>408</sup>

Em 1873 segue com entusiasmo os trabalhos dos congéneres espanhóis que procuram veicular, em sede das Cortes Constituintes, uma constituição segundo o tipo suíço.

Alves da Veiga opta, portanto, por destacar, enquanto referencial político, a pequena nação constituída por cantões federados, sublevando-a face ao costumeiro modelo, a França, que em 1873 reconsolidava a tradicional constituição republicana de tipo unitário.

Nos vários textos que publica, e em especial nos artigos lançados na fase propagandística, rebate sistematicamente o unitarismo, enquanto princípio de organização política e administrativa, por excluir a possibilidade dos diversos agrupamentos que constituem uma nação exercerem a sua soberania.

<sup>404</sup> *Idem, ibidem*, p. 50.

<sup>405</sup> Denominação utilizada por Alves da Veiga, “Politica externa – Regeneração Democratica”, *O Seculo*, Numero Programma, 1880, p. 1.

<sup>406</sup> A. M. Alves da Veiga, *Discurso pronunciado na Assembléa Geral do Centro Eleitoral Republicano Democratico do Porto na route de 20 de Outubro de 1887*, p. 8.

<sup>407</sup> Alves da Veiga, “Oligarchia Constitucional”, *A Discussão: Diario Democratico da Manhã*, 1.º Anno, n.º 13, 10-12-1883, p. 1.

<sup>408</sup> *Idem, ibidem*.

Entende que as sociedades enquanto *entidades orgânicas* têm direito a usufruir das condições morais e materiais para funcionarem e progredirem.<sup>409</sup>

Os avanços científicos, defende o autor, permitem conhecer as “leis naturaes que devem presidir á formação e desenvolvimento dos agrupamentos politicos”.<sup>410</sup> Em especial a sociologia e a história comprovam, alega, “que as sociedades se constituem naturalmente, têm existência própria, formam organismos que se desenvolvem debaixo da influencia dos modificadores cosmicos e sociologicos”.<sup>411</sup>

Contraposta à concepção atomista, que concebe a sociedade como mera soma de indivíduos, a visão organicista que Veiga perfilha atribui um estatuto ôntico a cada agrupamento social.

Ao entender as sociedades como organismos, equiparados aos demais existentes na natureza, com vida e dignidade própria, argumenta que lhes deverá ser reconhecida a liberdade e assegurada a autonomia para decidir do seu destino e progredir. A absorção das suas funções por um poder estranho, tutelar, implica o risco de os destruir, porque: “todo o organismo que perde a actividade propria, atrophia-se e morre”,<sup>412</sup> assim sucedendo no mundo social, como no biológico.

No caso específico de Portugal, Alves da Veiga atribui ao constitucionalismo monárquico a responsabilidade por perpetrar o erro de impor uma administração artificial e uma regulamentação que atenta contra a soberania, quer dos indivíduos quer dos agrupamentos naturais, que compõem a nação portuguesa. Fala em “respeitar a vida da parochia, do municipio, da provincia, e ao mesmo tempo criar um poder central que lhes assegure a independencia.”<sup>413</sup>

No entanto, sublinha, ao invés de respeitar a tradicional distribuição provincial, a monarquia impõe a divisão por distritos, segundo o modelo francês.

Sob a alçada do constitucionalismo “philosophicamente um ecletismo sem principios, um systema sem theoria, um governo sem formula de progresso”,<sup>414</sup> o país retrocede.

---

<sup>409</sup> Cf. Alves da Veiga, “O Desenvolvimento Economico na Monarchia”, *Republica Portuguesa: Órgão do Partido Republicano de Coimbra*, Anno de 1873, n.º 9, p. 1.

<sup>410</sup> Alves da Veiga, “O Federalismo”, *A Discussão: Diario Democratico da Manhã*, 1.º Anno, n.º 41, 20-01-1884, p. 1.

<sup>411</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>412</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>413</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>414</sup> “A Democracia e o Jesuitismo: Manifesto do Centro Eleitoral Republicano do Porto”, *O Seculo*, 1.º Anno, n.º 33, 13-02-1881, p. 1.

Tal regime, adianta, contraria a lei da perfectibilidade, segundo a qual os organismos sociais estão sujeitos a um contínuo aperfeiçoamento, ou melhor dizendo, “às leis biológicas da selecção e da concorrência, como todos os seres.”<sup>415</sup> Passam de um estado para outro superior, seguindo uma linha indefinida de progresso, que só uma força oposicionista pode contrariar.

Relata Alves da Veiga que os ideais descentralistas contidos na Constituição de 1822 foram há muito abolidos e os vários códigos administrativos promulgados pelos governos monárquicos, com excepção da reforma levada a cabo em 1878 por António Rodrigues de Sampaio, representam uma agressão ao princípio da autonomia local.<sup>416</sup> Ora, na sua perspectiva, sendo a liberdade condição essencial de progresso, essa “criação artificial, irregular, barbara, analoga quasi áquella administração romana que fazia das suas provincias vastos campos de exploração”,<sup>417</sup> impede o país de se desenvolver.

Para além do atraso civilizacional, cultural e material, o republicano alerta ainda para o facto da intervenção de poderes estranhos, superiores e hereditários, representar um risco para a paz.

O efeito pacificador do federalismo conta-se entre os argumentos mais recorrentemente utilizados pela generalidade dos ideólogos setecentistas e oitocentistas que promovem esta solução política, quer seja no quadro de projectos de reorganização interna, de confederações internacionais, ou mesmo de alianças de dimensão ecuménica.

Alves da Veiga não é excepção. Para além de entender o federalismo como “a fôrma politica que se adapta melhor á constituição organica das sociedades”,<sup>418</sup> considera-o como “a verdadeira formula do progresso harmonico, porque reconhecendo e proclamando, como base fundamental do governo e das leis, a soberania, colloca todas as entidades collectivas em condições de se desenvolverem pacificamente”.<sup>419</sup>

Sendo este o seu entendimento, não é pois de estranhar que reivindique para a nação portuguesa, uma república assente não só em princípios democráticos, mas também federalistas.

<sup>415</sup> Alves da Veiga, "O Federalismo", *A Discussão: Diário Democratico da Manhã*, 1.º Anno, n.º 41, 20-01-1884, p. 1.

<sup>416</sup> Cf. "Administration par Alves da Veiga", Vários, *Le Portugal: Géographique, Ethnologique, Administratif, Économique, Litteraire, Artistique, Historique, Politique, Colonial, Etc.*, pp. 77-78.

<sup>417</sup> A.V., "Politica Portuguesa", *Republica Portuguesa: Órgão do Partido Republicano de Coimbra*, Anno de 1873, N.º 3, 15-05-1873 p. 1.

<sup>418</sup> Alves da Veiga, "O Federalismo", *A Discussão: Diário Democratico da Manhã*, 1.º Anno, n.º 41, 20-01-1884, p. 1.

<sup>419</sup> *Idem, ibidem*.

## 6.2 A opção por uma república federal

*A Política Nova: Ideias para a reorganização da sociedade portuguesa*, publicada em 1911, terá sido a única monografia que Alves da Veiga produziu isoladamente, pelo que constitui uma obra de referência do pensamento veiguiano, e, em certa medida, uma súpula de substancial parte das ideias defendidas ao longo das décadas anteriores.

Sendo objectivo essencial deste trabalho dar a conhecer, ainda que de forma necessariamente circunscrita, a vida e obra de Alves da Veiga, não poderíamos deixar de dar relevo a algumas ideias contidas neste volume.

Na edição de 23 de Junho de 1911, do jornal belga *La Flandre Libérale*, Jean Morand, pseudónimo de João Gomes de Oliveira, anuncia: "la publication, pour la fin de ce mois, d'un livre appelé à faire sensation et dû à la plume experte et féconde de M. le Dr Alves da Veiga, notre envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire en Belgique."<sup>420</sup>

Pela leitura da obra e em especial dos primeiros capítulos, nos quais o autor procura fundamentar as opções que faz, torna-se evidente que Alves da Veiga permanece arreigado à tradição federalista do republicanismo, evocando os mesmos referenciais ideológicos e modelos práticos dos textos publicados no século anterior.

O livro, escrito de um só fôlego e com a urgência de quem entende ter um dever a cumprir, traduz-se num projecto de reforma que, apesar de abordar as mais diversas matérias, desde a organização do aparelho estatal, às funções políticas, às medidas de regulação da situação financeira, passando pela questão da segurança interna e externa, analisa cada uma dessas temáticas, sistemática e coerentemente, sob a óptica da doutrina federal.

Para Alves da Veiga, o federalismo constitui o paradigma de um regime republicano verdadeiramente democrático, sendo o único que possibilita a efectivação do princípio do governo do povo pelo povo, desde a mais elementar à mais extensa e complexa dimensão social.

---

<sup>420</sup> Jean Morand, "Lettre de Portugal (Correspondance particulière de la "Flandre libérale)", *La Flandre Libérale*, 23-07-1911, *Legation de La République Portugaise en Belgique* - Caixa 34 (1909-1915), Arquivo Histórico-Diplomático do MNE.

Representa, entende o autor, a expressão mais perfeita e acabada de um princípio e de uma prática de organização política e administrativa, tanto quanto a história o demonstra e a ciência o comprova.

Concretizada a profecia do movimento republicano quanto ao improrrogável derrube da monarquia, o desafio que é imposto, defende Alves da Veiga, é recuperar o país das ruínas em que este regime o deixou e “criar uma patria nova, formar um povo moderno”.<sup>421</sup> Julga que tal missão “só póde effectuar-se, regular e completamente, adoptando-se o regimen federativo”,<sup>422</sup> no caso “segundo o typo suiso, com as modificações que as condições particulares de Portugal indicarem.”<sup>423</sup>

Prestando homenagem às primeiras sementes lançadas pelo Governo Provisório, remete agora para a Assembleia Constituinte a responsabilidade de criar as condições para que o novo regime possa assentar sobre bases seguras, mediante a criação do código e das leis basilares da República.

Tem a expectativa, segundo confessa, de apesar de ausente e impedido de ter assento na Assembleia, poder participar neste momento histórico. O propósito do seu labor é o de transmitir aos deputados constituintes as ideias que considera “deverem introduzir-se na futura Constituição, afim de que corresponda aos principios da democracia contemporanea e possa satisfazer as aspirações e necessidades do povo portuguez.”<sup>424</sup>

Ora, um dos intentos do projecto constitucional de Alves da Veiga é propor uma alternativa política e administrativa ao tipo de organização vigente durante a monarquia. Esta última, inspirada no modelo tradicional de centralização do poder e na divisão departamental de tipo francês, foi, no entender do autor, parte responsável pelo atraso económico e cultural do país, pela instabilidade governativa e pelo clima de agitação vivido no século XIX.

Tendo noção de que um dos argumentos em favor da nova modalidade organizativa que defende é o da diversidade entre os elementos que a possam compor, procura justificar que apesar de Portugal ser relativamente uniforme, em virtude da sua pequenez e dos séculos de história enquanto nação, não deixa de possuir “unidades administrativas

---

<sup>421</sup> Alves da Veiga, *Política Nova: Ideias para a reorganização da sociedade portugueza*, p. 44.

<sup>422</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>423</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>424</sup> *Idem, ibidem*, p. 27.

bem caracterizadas, com larga base nas tradições da historia nacional e no caracter e interesses das populações.”<sup>425</sup>

Passível de críticas, a proposta veiguiana de federação interna tem por base, portanto, a pressuposta existência de instintos autonomistas e particularidades territoriais nos limites do torrão continental.

Quanto às ilhas atlânticas e às possessões coloniais, as mesmas não chegam a ser contempladas no projecto de Alves da Veiga. Seja por falta de tempo ou por opção do autor, apenas o território metropolitano é considerado.

Assim, segundo Alves da Veiga, apesar da pátria lusa não possuir a variedade étnica, linguística ou religiosa, observada noutras nações europeias, caso da Espanha, da Suíça, da Alemanha ou da Áustria, pode e deve organizar-se como federação.

Na implantação da república federal, alega, devem ser considerados “os elementos essenciais da estrutura organica d’esta forma governativa applicada a Portugal”,<sup>426</sup> nomeadamente: a província, o município ou concelho e a comuna ou paróquia.<sup>427</sup>

Localiza a distinção entre províncias nos primeiros séculos da história pátria e alega a especificidade fisionómica de cada uma, seja ao nível do regime de propriedade, dos sistemas de cultura agrícola, do tipo de produções e indústria, do clima, da configuração geográfica, ou mesmo do perfil moral dos respectivos habitantes.

No que respeita aos municípios, entende que são, tal como as províncias, organismos históricos e diferenciados.

Para Alves da Veiga o município ou concelho constitui “o baluarte das liberdades populares”<sup>428</sup> e “a fôrma historica por excellencia da organização administrativa peninsular”<sup>429</sup>, e representa, segundo entende, o sentimento independentista dos povos ibéricos.

O municipalismo, presença assídua em diversas publicações do republicanismo português, na continuação da tradição renascentista, não poderia deixar de fazer parte da proposta reformista de Alves da Veiga, que advoga: “Os povos da Peninsula Iberica

---

<sup>425</sup> *Idem, ibidem*, p. 52.

<sup>426</sup> *Idem, ibidem*, p. 52.

<sup>427</sup> *Idem, ibidem*, p. 52.

<sup>428</sup> *Idem, ibidem*, p. 55.

<sup>429</sup> *Idem, ibidem*, p. 56.

tiveram sempre tendencias municipalistas tão fortes, que a realeza não conseguiu destruilas, na lucta secular que sustentou contra ellas.”<sup>430</sup>

Quanto ao último elemento orgânico, a comuna, conhecida pela sua designação religiosa de paróquia, na acepção do autor constitui o “grupo local mais simples e certamente o primeiro que existiu”.<sup>431</sup>

Na origem deste organismo rudimentar estão, segundo defesa, razões de natureza pragmática, ligadas à satisfação das necessidades básicas de alimento, abrigo e protecção.

Alves da Veiga propõe, assim, substituir a artificialidade das estruturas administrativas de base distrital, introduzidas pelo constitucionalismo na reforma de 1834, por “uma união de oito Estados provinciaes;<sup>432</sup> cada Estado provincial uma união de municipios ou concelhos; cada municipio uma união de communes ou parochias”.<sup>433</sup>

Justifica a sua opção político-administrativa com base numa panóplia diversificada de argumentos. Entre outros, recupera, por exemplo, o evolucionismo, o organicismo e o cientismo, característicos do ideário defendido e do vocabulário utilizado na fase propagandística e doutrinal do movimento republicano.

Fala dos ensinamentos da escola histórico-evolucionista, para justificar que o tipo de governo e instituições a implementar nesta nova fase da história do país, deverão estar de acordo com as condições específicas que fazem de Portugal uma sociedade distinta e secular, constituída por “todos os elementos organicos d’uma nacionalidade completa.”<sup>434</sup>

Considera estarem cumpridas as condicionantes de agregação e existirem os elementos étnicos que tornam incontestável o direito da nação lusa a viver independente.

A possibilidade de Portugal se unir a outros países, seja nos moldes de uma federação ibérica, latina ou europeia, é omitida, reforçando mais uma vez a hipótese da não associação de Alves da Veiga a este tipo de modelos.

---

<sup>430</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>431</sup> *Idem, ibidem*, p. 59.

<sup>432</sup> Apesar de omitir na obra *Política Nova* a designação dessas oito províncias, pensamos que se refere às seguintes: Minho, Trás-os-Montes, Douro, Beira Alta, Beira Baixa, Estremadura, Alentejo e Algarve. São referenciadas em rodapé no capítulo “Administration” constante na obra *Le Portugal: Géographique, Ethnologique, Administratif, Économique, Littéraire, Artistique, Historique, Politique, Colonial, Etc.*, p. 78.

<sup>433</sup> Alves da Veiga, *Política Nova: Ideias para a reorganização da sociedade portugueza*, p. 61.

<sup>434</sup> *Idem, ibidem*, p. 50.



O republicano relembra também que, de acordo com a lógica evolucionista, tudo está interligado, o presente dependendo do passado. E, sendo esta evolução regida pelas leis da perfectibilidade, cada novo estágio civilizacional representará necessariamente um avanço relativamente aos anteriores. Daí que, chegados à era moderna, tenha sido possível afastar os antigos preceitos teocráticos e metafísicos, e assentar em ditames científicos as reformas sociais, encaradas “como adaptações sucessivas e continuas do Estado às diversas influencias modificadoras do meio ambiente”.<sup>435</sup>

E, gozando as leis extraídas das novas ciências, que estudam e interpretam o devir histórico e a factualidade social, da objectividade e universalidade concedidas às ciências naturais, não haverá razão para mutações através de métodos violentos. Na era da pacificação, esbate-se a anterior oposição entre pensadores e políticos, cabendo a todos contribuir para o trabalho reformador.

O que o trabalho científico permitiu também, acrescenta Alves da Veiga, foi tornar claro que é essencial imprimir um carácter prático e positivo às instituições políticas. Cada sistema de governo que se idealize e ponha em prática deverá estar, diacrónica e sincronicamente, adaptado à realidade a que se destina. Assim sendo, declina o apriorismo, a a-temporalidade e o abstraccionismo de doutrinas que considera ultrapassadas.

Virtude de numerosos factores, caso da liberalização da terra, da invenção da imprensa ou da formação de uma opinião pública, é chegada uma era em que o sistema político ideal é a democracia “pacífica e renovadora (...) harmónica em todas as suas partes”.<sup>436</sup>

Ora, sublinha Alves da Veiga ser “a missão da democracia republicana – descentralizar”, o mesmo é dizer, responsabilizar e dar liberdade a toda a nação, substituindo as instituições artificiais, impostas pela tutela, por outras, adequadas à natureza dos organismos que compõem a tecitura social.

Qualquer um dos três tipos de organismos que identifica são, de acordo com a sua conceitualização, uma pessoa moralmente distinta, com interesses e fins próprios, à qual deve ser dada a possibilidade de administrar os assuntos que cabem dentro da sua esfera

---

<sup>435</sup> *Idem, ibidem*, p. 10.

<sup>436</sup> *Idem, ibidem*, p. 9.

de competências e, simultaneamente, participar do poder nacional através de mecanismos de representação.

De acordo com a concepção societária perfilhada pelo republicano, não existe portanto qualquer hiato entre as esferas do ser, coabitando com o indivíduo outras formas de sociabilidade, possuidoras de idêntica onticidade.<sup>437</sup>

A faculdade, atribuída a cada um dos diferentes níveis de sociabilidade, de poder administrar de forma autonómica os seus interesses particulares, mediante o exercício das três funções políticas (legislativa, executiva e judiciária),<sup>438</sup> representa a tradução para a prática do princípio do *self-government*.

Segundo Fernando Catroga,<sup>439</sup> a rejeição das filosofias sociais de inspiração quer divinista, quer atomista, implicou uma abertura a estas novas propostas de pendor socializante. Somam o contributo de um acervo bastante eclético de leituras, desde o krausismo jurídico e mutualismo de Rodrigues de Brito, com o qual Alves da Veiga tem oportunidade de contactar na Faculdade de Direito conimbricense, ao positivismo heterodoxo litreano, que, desde inícios da década de 70, se torna numa das principais bases doutrinárias do republicanismo.

Os republicanos de filiação federalista, observa Catroga,<sup>440</sup> entendem o todo social como um sistema de interacção e interdependência, em que cada parte constituinte, apesar de autónoma, estabelece relação com as demais.

Em contraposição com a visão atomista e contratualista típica do jusnaturalismo, que encara os agrupamentos sociais como mera agregação de indivíduos assente numa relação de direito, sobressai uma nova concepção que perspectiva a sociedade enquanto “unidade harmónica construída por práticas de liberdade individual enformadas de sentido social.”<sup>441</sup>

Na perspectiva de Alves da Veiga, o federalismo é a forma mais perfeita e adequada ao espírito democrático e progressivo da época porque parte do indivíduo, e é deste que

<sup>437</sup> Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, p. 110.

<sup>438</sup> Ver representação gráfica relativa aos órgãos responsáveis pelas três funções políticas tradicionais em cada um dos níveis: nacional, provincial, municipal e paroquial, na página seguinte. De destacar Alves da Veiga sugere a existência de um quarto poder, responsável pelo controle e fiscalização dos serviços do estado.

<sup>439</sup> Cf. Fernando Catroga, *Os Inícios do Positivismo em Portugal: o seu significado político-social*, pp. 25-26.

<sup>440</sup> Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, p. 56.

<sup>441</sup> Zília Osório de Castro, *Reflexos do Krausismo em Portugal*, Rocha, A. S. Estanqueiro, et al., *O Krausismo em Portugal: Colóquio “O krausismo na Península Ibérica” realizado em 28 de Maio de 1998*, p. 123.

flúem entidades sociais cada vez mais complexas, de valor similar. Escreve: “Do homem vê sahir, por espontaneo e natural desenvolvimento da familia, a povoação, o municipio, a provincia, a nação, os grupos de nações; e como não póde conceber que as collectividades não participem na natureza e indole essencial dos elementos que as constituem, reconhece e declara autonoma a nação, autonomas as provincias, autonomos os municipios, cada um pela sua propria virtude e pelo seu proprio direito. Da nação entende que emanam os poderes nacionaes, encarregados da defeza dos interesses geraes; porém só da provincia os provinciaes e do municipio os municipaes.”<sup>442</sup>

Pelo contrário, observa, o unitarismo parte da colectividade e coloca o Estado como único regulador da vida social, origem do poder e do direito. Pelo que, independentemente da forma que assuma, o regime que adopte este critério será sempre abusivo. Assim, na óptica de Alves da Veiga, as repúblicas unitárias são modelos imperfeitos de governação. A tutela significa sempre uma diminuição e uma atentado à personalidade jurídica das entidades que compõem a sociedade, desrespeitando os direitos e interesses privativos dos agrupamentos locais e dos indivíduos que os compõem.

Não é de estranhar que enquanto jurista perspetive a questão do ponto de vista do direito. Para o autor, a federação representa o estabelecimento de um estado perfeitamente jurídico. É a única modalidade que respeita as diferenças dos vários grupos, ao invés de os tentar uniformizar, e que permite a subsistência de uma sociedade verdadeiramente plural.

Alves da Veiga apresenta vários exemplos da história universal, que comprovam a impossibilidade de manter unidos pela força povos de natureza diferente. Considera como opostas às indicações tanto da história, como da ciência, as formações políticas que incluem estruturas puramente administrativas e legais, reguladas por um poder tutelar, às quais são cerceados o livre arbítrio e a capacidade de iniciativa.

As repúblicas do tipo federal, pelo contrário, por serem constituídas voluntária e livremente, e colocarem em pé de igualdade os respectivos intervenientes, permitem conciliar grupos de diferente natureza e afastar tentações de natureza separatista. Evoca mais uma vez o modelo suíço, alegando que: “a Suíça tem vivido em paz, com os seus

---

<sup>442</sup> Alves da Veiga, *ob. cit.*, p. 36.

cantões allemães, francezes e italianos. Porque? Porque cada um d'elles conserva a sua autonomia e delibera separadamente.”<sup>443</sup>

Para além de justo, o regime federal acumula ainda a vantagem de potencializar o desenvolvimento económico. A descentralização, ao reconhecer às localidades o direito de se auto governarem, coloca-as na condição de aplicarem em benefício próprio as forças de que dispõem.

Daí que Alves da Veiga contemple, entre as medidas de ordem financeira propostas, a afectação de parte do produto dos impostos aos estados provinciais e restantes organismos descentralizados, visando o garante da sua autonomia económica, seguindo a lógica de que: “Seria contraditorio reconhecer-lhes a faculdade de constituirem os seus governos, e não lhes assegurar os meios de os pagarem.”<sup>444</sup>

À concentração do poder, inversamente, associa fenómenos de migração para as capitais e acumulação de riqueza nos centros decisórios, com efeitos nefastos para a economia.

Entre o conjunto de virtualidades a que associa o federalismo, Alves da Veiga aborda ainda o efeito pacificador deste sistema político, tanto no plano interno quanto externo. Internamente, por desmotivar investidas revolucionárias, reconhecer e efectivar o exercício da soberania popular, e, simultaneamente, desvalorizar o papel do militarismo. Externamente, porque a própria forma como se organiza constitui uma prevenção contra a guerra, já que a entrada em conflito dependerá sempre do consenso das duas câmaras que compõem o parlamento nacional.

Alves da Veiga critica abertamente “essa famosa paz armada, inventada pela escola bismarckiana”,<sup>445</sup> propondo a desmobilização do exército permanente e a sua substituição por um contingente de reserva. Apregoa a máxima: “Autonomia em tempo de paz, centralização em tempo de guerra”.<sup>446</sup>

Também no domínio militar aplica o princípio da descentralização, cometendo aos governos provinciais funções de recrutamento e instrução.

---

<sup>443</sup> *Idem, ibidem*, p. 42.

<sup>444</sup> *Idem, ibidem*, p. 194.

<sup>445</sup> *Idem, ibidem*, p. 148.

<sup>446</sup> *Idem ibidem*, p. 164.

Finalmente, para além de enunciar vantagens gerais, Alves da Veiga indica razões particulares a aconselhar “fortemente a escolha d’este sistema politico na constituição republicana do nosso paiz.”<sup>447</sup> Por um lado, a República poderá vir a enfrentar tentativas de restauração monárquica, pois que “o fermento reaccionario continúa obrando a occultas”.<sup>448</sup> Por outro, há que “contar com os erros inevitaveis da administração republicana, com os despeitos dos pretendentes não attendidos, com o descontentamento das classes sociaes que esperavam encontrar no novo regimen a realização d’um ideal de felicidade, que as condições actuaes do mundo economico não permitem ainda satisfazer.”<sup>449</sup>

Para quem chega a ser apelidado de “ingénuo”, Alves da Veiga dá provas de manifesta lucidez. Os meses que passa em Portugal no período pós-revolucionário não o deixam tranquilo no que respeita à estabilidade do recém-instaurado regime. Procura por isso encontrar e propor aquele que entende como o caminho mais seguro para garantir o sucesso da experiência republicana.

### 6.3 A primeira constituição republicana proclama o unitarismo

Durante décadas dominante no seio do republicanismo português, o federalismo vai, no entanto, perder a hegemonia doutrinária à medida que se escoam os últimos anos do século XIX.

Conquistado o poder, e chegados a 1911, uma nova geração de militantes, grande parte evangelizada no decurso da crise despoletada pelo ultimato inglês, toma assento na Assembleia Constituinte, ao lado da velha guarda de doutrinadores. Esta última, inclui nomes como Magalhães Lima, Teófilo Braga, Manuel de Arriaga e Dantas Baracho, que tal como Alves da Veiga permanecem fiéis apologistas do federalismo. Não obstante a reverência que lhes continua a ser tributada, são contudo poucos os que permanecem fiéis aos ensinamentos destas figuras emblemáticas do republicanismo oitocentista.

---

<sup>447</sup> *Idem, ibidem*, p. 44.

<sup>448</sup> *Idem, ibidem*, p. 44.

<sup>449</sup> *Idem, ibidem*, p. 45.

Os trabalhos da Assembleia Constituinte, que decorrem entre 15 de Junho e 25 de Agosto daquele ano, sob a presidência de Anselmo Braancamp Freire, constituem uma prova de que a corrente, em tempos mais influente e dinâmica do republicanismo, subsiste então apenas por conta de um limitado grupo de resistentes.

Escasseiam os que, em sede desse organismo, defendem abertamente a implementação da república federal e o cumprimento do programa partidário de 1891, ainda em vigor.

Goulart de Medeiros é um deles.<sup>450</sup> Toma a palavra na Assembleia para relembrar a tradição federalista do movimento e defender que o federalismo é “a verdadeira doutrina política e o unico processo a adoptar para corrigir os males do nosso pais, que está cheio de vícios e corrupções políticas.”<sup>451</sup>

Dantas Baracho, a exemplo de Alves da Veiga, sugere a adopção do modelo suíço e a distribuição administrativa tripartida em províncias, municípios e paróquias.

O jovem Djalme de Azevedo, por seu lado, fala em consumir o programa do partido e sublinha a prosperidade alcançada pelas nações federalizadas.

No meio-termo, deputados como António Maria da Silva, Celestino de Almeida e João José de Freitas, resguardam-se em critérios oportunistas para avocar a protelação do estabelecimento de uma república federal, frisando a necessidade de dar outro preparo ao povo e ceifar os efeitos nefastos de anos de centralização.

Nas 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> sessões, decorridas respectivamente a 20 e 21 de Junho, é eleita uma Comissão<sup>452</sup> que recebe o encargo de elaborar uma proposta de Constituição.

O resultado do esforço dos comissionistas é apresentado dias depois, a 6 de Julho.

Apesar do projecto da Comissão apontar claramente para uma estrutura de cunho descentralista, ao prever, entre outros aspectos, um sistema bicamaral que inclui uma secção constituída por representantes dos municípios, omite do texto qualquer vocábulo explicitamente associado ao federalismo.

<sup>450</sup> Publica em 1911: *Bases para a Constituição Portuguesa*.

<sup>451</sup> *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Sessão n.º 20, 13-07-1911, p. 12.

<sup>452</sup> Será presidida por Afonso Correia de Lemos e secretariada por José Barbosa, José de Castro e João de Menezes. Magalhães Lima ocupará o lugar de relator, mas perderá a oportunidade de defender o projecto da Comissão ao ficar doente antes da entrada em discussão do mesmo e até final dos trabalhos da Assembleia.

O texto é alvo de duras críticas. As mais comuns incluem acusações de plágio da constituição federal brasileira de 1891, e observações relativas à mestiçagem doutrinal contida nos 75 artigos apresentados.

Trata-se de um modelo híbrido, no qual se procuram conciliar, segundo declaram os próprios membros da Comissão, os vários “projectos de Constituição que nos foram enviados por intermedio da Presidencia d’esta Assembleia, e ainda aquelles de que, por outra forma, tivemos conhecimento.”<sup>453</sup>

Fica por apurar se a proposta de Alves da Veiga chega a ser tomada em linha de conta nos trabalhos da Comissão.

A discussão na generalidade do projecto da Comissão, iniciada na 15.<sup>a</sup> sessão, traz de novo à ribalta a tradicional pluralidade de opiniões e fluidez ideológica, que marca a história do republicanismo desde os primeiros laivos publicistas.

A novidade surge relativamente à dialéctica entre unitarismo e federalismo, com a balança a pender claramente para a ala apologista do modelo centralista de estado.

Como resultado desta preponderância, o texto constitucional definitivo, aprovado a 21 de Agosto, vindicará logo no primeiro artigo: “A Nação Portuguesa, organizada em Estado Unitário, adopta como forma de governo a República, nos termos desta Constituição”.<sup>454</sup>

A despeito de algumas concessões feitas ao nível da descentralização de serviços, a versão definitiva da Constituição Portuguesa de 1911 dará, assim, continuidade ao modelo de estado uno e indivisível, de feição jacobina, que, no entender dos seus defensores, terá garantido o sucesso da terceira experiência republicana francesa, por oposição à tentativa falhada dos espanhóis de 1873-74.

Em diversos aspectos, que não apenas no tipo de estrutura política e administrativa adoptada, a primeira constituição republicana representa ainda a sublimação de uma ala de tendência conservadora, à frente da qual cedo se instala a figura carismática e volitiva de Afonso Costa.

---

<sup>453</sup> *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, 15.<sup>a</sup> sessão, 06-07-1911, p. 9.

<sup>454</sup> A redacção é proposta pelo deputado Barbosa de Magalhães, na 28.<sup>a</sup> sessão da Assembleia Constituinte, realizada no dia 24 de Julho de 1911, no decurso da qual é dado início à discussão na especialidade do projecto da Constituição (Cf. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, 28.<sup>a</sup> sessão, 24-07-1911, p. 20).

Um certo resguardo quanto a propostas de teor radical é igualmente detectável em matérias como o sufrágio, o tipo de presidência ou as questões grevistas e trabalhistas.

Quanto aos princípios defendidos por Alves da Veiga, no seu volume de 239 páginas, poucos transparecem na nova Constituição.

Num e noutro caso, por exemplo, a opção recai sobre um sistema bicamaral. Contudo, enquanto que em Alves da Veiga a defesa dessa modalidade parte da crítica ao unitarismo, na Constituição constitui um elemento da estrutura estatal unitária adoptada.

Advogando que “o unitarismo conduz sempre á negação das liberdades publicas”,<sup>455</sup> Alves da Veiga considera que a Assembleia Nacional deve ser constituída por duas secções, para garantir o equilíbrio e a moderação das deliberações do poder legislativo. A opção pela dualidade tem, segundo entende, tanto mais lógica, quanto, tratando-se de um governo federal, “ha duas soberanias a representar – a soberania popular e a dos Estados ligados pelo pacto d’união.”<sup>456</sup> De um lado, a Câmara dos Deputados, eleita directamente pelos cidadãos, representando a vontade popular e as ideias socialmente organizadas no país. Do outro, a Câmara dos Estados Provinciais, constituída por delegados das províncias, interpretando a vontade destes organismos em matérias de interesse comum.

Quanto ao modelo estabelecido na Constituição, a sua aprovação não foi pacífica. Os deputados constituintes divergiram tanto na questão do uni ou bicamaralismo, quanto no cariz da segunda câmara. Neste âmbito, para além da possibilidade de representação dos organismos locais,<sup>457</sup> chegam a ser aventadas propostas de natureza corporativa. Para Fernando Catroga, a decisão final da maioria resulta “da definição da Nação como uma totalidade e da aceitação do princípio da unidade da soberania, incompatível com a representação de parcialidades incapazes de perseguirem o interesse geral.”<sup>458</sup> Assim, a Constituição de 1911 acaba por instituir que ambas as câmaras do Congresso, respectivamente a Câmara dos Deputados e o Senado, sejam eleitas por sufrágio directo, seguindo a lógica de que, se o povo é só um, a soberania é uma.

---

<sup>455</sup> Alves da Veiga, *ob. cit.*, p. 80.

<sup>456</sup> *Idem, ibidem*, p. 82.

<sup>457</sup> Tal é o teor, por exemplo, do projecto da Comissão da Constituição, que propugna a instituição de um Conselho de Municípios, eleito pelos vereadores em exercício de funções.

<sup>458</sup> Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, p. 171.



O debate na Assembleia em torno da dialéctica entre parlamentarismo ou presidencialismo não será mais pacato. As posições oscilam entre dois extremos. Num deles, os cultores de um sistema presidencialista puro que abarca a eleição do chefe de estado pela nação e o exercício de um leque alargado de competências. No outro, os que defendem a necessidade de conter e enfraquecer esse poder, como prevenção contra tentativas ditatoriais e cesaristas, idênticas às protagonizadas pelo desditoso rei D. Carlos.

Alves da Veiga posiciona-se ideologicamente entre os primeiros e declara-se adepto incondicional do tipo de presidência americano. Afirma: “Na minha opinião, o *typo* americano, isto é, a república representativa, traduz com mais exactidão, com mais fidelidade, o espírito da doutrina democrática.”<sup>459</sup> O ideal, alega, será que o chefe de estado seja um mandatário do povo, e não dos corpos co-legisladores, com ampla liberdade de actuação e efectivas funções de direcção dos negócios públicos, responsável apenas perante a nação que o elege.

Contudo, também Alves da Veiga se escusa no oportunismo político para diferir a aplicação na prática de alguns princípios democráticos. A situação cultural da população portuguesa, grande parte iletrada, com o analfabetismo a ultrapassar, na época, os 70%, justifica a introdução de restrições temporárias ao sufrágio,<sup>460</sup> a prorrogação do recurso ao *referendum* popular enquanto instrumento de ratificação das leis,<sup>461</sup> o estabelecimento de limitações na selecção dos elementos dos júris,<sup>462</sup> ou, ainda, a adopção provisória do sistema parlamentar.<sup>463</sup>

Remete, por isso, a eleição quadrienal quer do Presidente da República, quer do Vice-Presidente,<sup>464</sup> para temporária competência da Assembleia Nacional legislativa.

A demopédia terá de preceder a democracia. O cumprimento de um vasto, generalizado e gratuito programa de alfabetização e instrução popular será condição imprescindível para que a população portuguesa atinja o grau de maturidade política e o

---

<sup>459</sup> Alves da Veiga, *ob. cit.*, p. 103.

<sup>460</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp. 63-67.

<sup>461</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp. 92-95.

<sup>462</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp. 126-131.

<sup>463</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp. 103-105.

<sup>464</sup> Alves da Veiga declara-se “partidário da existência d’um vice-presidente, como na Suíça, no Brasil e nos Estados-Unidos dos Norte”, como forma de prevenir a interrupção da acção do poder executivo. (Cf. *idem, ibidem*, p. 107). A questão da vice-presidência será, contudo, alvo de limitado interesse por parte dos deputados constituintes.

discernimento necessários para exercer a soberania, esse “direito que moral e naturalmente pertence a cada cidadão.”<sup>465</sup>

Para Alves da Veiga, o sufrágio universal constitui “o fundamento logico de todos os poderes da nação, a pedra angular do edificio democratico, a condição capital d’um verdadeiro governo representativo.”<sup>466</sup> Não obstante, tanto o autor da *Política Nova*, quanto a generalidade dos constituintes, anuem em que por razões de ordem pragmática, entre as quais se incluem eventuais riscos restauracionistas, será por ora indispensável o estabelecimento de critérios censitários.

A própria eleição da Assembleia Constituinte decorre sob a alçada da Lei Eleitoral de 14 de Março de 1911, promulgada pelo Governo Provisório, que concede o direito de voto apenas aos homens com idade superior a 21 anos, que saibam ler e escrever.

Quanto ao texto constitucional, remete para a aprovação de uma lei especial que estipulará a organização dos colégios eleitorais e o processo electivo, delongando assim a decisão sobre a modalidade de sufrágio a implementar.

De sublinhar, por último, que não só em questões de natureza política, mas igualmente em matérias de carácter socio-económico, é notório o resguardo tanto dos constituintes, quanto de Alves da Veiga.

Fernando Catroga observa a respeito que “quer ao nível da legislação governativa, quer no campo dos princípios reconhecidos pela Constituição, a República ficou aquém de algumas promessas de natureza social feitas no decurso da propaganda.”<sup>467</sup>

Reconhecendo a legitimidade das reivindicações socialistas, e o trabalho de filósofos como Proudhon ou Marx, Alves da Veiga remete todavia para um plano utópico e um futuro indefinido a concretização de aspirações como a posse colectiva dos meios de produção ou a extinção dos monopólios.

Independentemente de cautelas e prevenções, o que parece subjacente a cada uma das palavras registadas por Alves da Veiga na *Política Nova* e nos textos que precedem esta obra, é uma inabalável crença nas capacidades do ser humano e um arreigado

---

<sup>465</sup> *Idem, ibidem*, p. 65.

<sup>466</sup> *Idem, ibidem*, p. 65.

<sup>467</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 195.

optimismo no destino, que faz jus ao ideal pacifista e ecuménico de um dos seus primeiros mestres, Immanuel Kant.

É de Alves da Veiga o trecho profético: “Á época das guerras succederá a mais perfeita harmonia entre os homens. As ideias historicas de patria, de fronteira, de raça, de religião, em nome das quaes os povos sustentaram entre si tantas luctas sanguinolentas, deixarão de ter valor dentro d’esta vasta federação de interesses solidarios. Um novo mundo surgirá, tão equitativo e harmonico, como injusto e anarchico é aquelle em que vivemos.”<sup>468</sup>

---

<sup>468</sup> Alves da Veiga, *ob. cit.*, p. 219

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finda a parte expositiva do nosso trabalho, resta-nos fazer um breve comentário sobre o que, no nosso entender, representam as experiências de vida e as ideias expressas por Alves da Veiga.

Admitimos, por termos clara e inequívoca consciência desse facto, o quão subjectivo e tendencioso é este exercício.

Apesar disso, e não obstante a superficialidade da informação que recolhemos, face aos limitados meios de pesquisa e aos algozes implacáveis do tempo e da decessa, sentimo-nos um pouco íntimos deste homem, que calcorreou as ruas do nosso país, apregoando a esperança messiânica num futuro ditoso.

Alves da Veiga foi um idealista. Desde os primeiros momentos de leitura, em que os olhos ficaram presos a páginas de literatura, de filosofia, de história e de política, e a mente se libertou, até aos últimos suspiros, trespassados pela doença, mas inabaláveis na devoção à pátria e à república que ruía.

Liderou, lado a lado com afamadas figuras do republicanismo, a principal força oposicionista da monarquia, que almejou derrubar este regime com oito séculos de existência.

Chefiou o republicanismo portuense, atingiu o grau de venerável na maçonaria, foi reconhecido e aclamado orador, colaborador e dirigente de vários periódicos, escritor, professor, advogado, proprietário, pai e marido dedicado, mas acima de tudo foi íntegro. Íntegro a si mesmo, perante os outros, face aos seus ideais, em confronto com os seus compromissos.

Terá sido essa integridade, essa “alteza inexcédível de carácter” como alguém lhe chamou, que o impulsionou a chefiar um movimento que sabia malfadado, a suportar estoicamente as penas do exílio e a perder, quem sabe, um lugar de destaque na ribalta política.

Confirma-se o adágio: a história pertence aos vencedores, não aos vencidos.

Para contemporâneos e gerações futuras, o seu nome surgirá firme e persistentemente associado a um golpe falhado.

Que interessam os louvores daqueles que lhe atribuem o epíteto de predecessor, se o seu nome cai no esquecimento? Se o que escreve não tem público? Se o que pensa ninguém reconhece?

Estudar um homem, é em parte estudar uma época. E Alves da Veiga foi claramente um homem da sua época, perfilhando as doutrinas de vanguarda que o guiaram rumo à democracia e ao federalismo, só porque, assim os concebia, eram mais justos, garantiam o progresso, possibilitavam a paz, e permitiam a felicidade dos povos.

A exiguidade da informação veiculada em manuais enciclopédicos e livrescos constitui uma prova do esquecimento a que foi vaticinado.

Quanto a nós, esperamos ter contribuído, mesmo que diminuta e exigua, para o reconhecimento do papel de Alves da Veiga na acção e debate políticos dos séculos XIX e XX, esse período de crises, de transformações e de regenerações, em que um punhado especialmente brilhante de pensadores lutou por aniquilar os últimos resquícios do domínio teocrático e absolutista, para no seu lugar implantar os valores, que, hodiernamente, e afastada a canga ditatorial, tomamos como certos e garantidos.

Muito fica por fazer. Várias outras abordagens poderão ser desenvolvidas no que respeita ao legado deixado por Alves da Veiga. Ou ao de outros, igualmente importantes e olvidados, que repartiram o mesmo tempo e espaço.

## FONTES E OBRAS DE CONSULTA\*

### I. FONTES

#### 1. TEXTOS DE ALVES DA VEIGA

##### MANUSCRITOS

*Legation de La République Portugaise en Belgique* - Caixa 34 (1909-1915) - Arquivo Histórico-Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros

*Legation de La République Portugaise en Belgique* - Caixa 35 (1916-1925) - Arquivo Histórico-Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros

##### IMPRESSOS

“A democracia, as tradições e -a independencia nacional - I”, *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 59, 10-02-1884, p. 1.

"A democracia e o commercio", in *A Discussão*, I Anno, n.º 47, 27-01-1884, p. 1.

“A democracia e o jesuitismo: manifesto do Centro Eleitoral Republicano do Porto”, in *O Seculo*, 1.º Anno, n.º 33, 13-02-1881, pp. 1-2.

"A soberania do povo", in *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 24, 30-12-1883, p. 1.

“Administration par Alves da Veiga”, in BRITO, Aranha, *et al.*, *Le Portugal: Géographique, Ethnologique, Administratif, Économique, Littéraire, Artistique, Historique, Politique, Colonial, Etc*, Librairie Larousse, Paris, s.d.

“Centro Republicano do Porto”, in *O Seculo*, 1.º Anno, n.º 47, 03-03-1881, p. 2.

*Discurso pronunciado na Assembléa Geral do Centro Eleitoral Republicano do Porto na noute de 20 de Outubro de 1887 por A. M. Alves da Veiga*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1877

“Doutrinas democráticas - Liberdade de reunião”, in *O Seculo*, 1.º Anno, n.º 3, 06-01-1881, pp. 1-2.

“Doutrinas democráticas - Liberdade do trabalho”, in *O Seculo*, 1.º Anno, n.º 12, 16-01-1881, pp. 1-2.

“Ensaio sobre philosophia alemã: Kant e sua escola: Estado da philosophia no fim do 18.º seculo”, in *O Lyceu*, n.º 1, 09-02-1867, pp. 4-5.

“Ensaio sobre philosophia alemã: Kant e sua escola: Estado da philosophia no fim do 18.º seculo II”, in *O Lyceu*, n.º 2, 16-02-1867, pp. 5-6.

“Ensaio sobre philosophia alemã: Kant e sua escola III”, in *O Lyceu*, n.º 3, 23-02-1867, pp.1-2.

“Ensaio sobre philosophia alemã: Kant e sua escola IV”, in *O Lyceu*, n.º 4, 02-03-1867, pp. 2-4.

“Ensaio sobre philosophia alemã: Kant e sua escola V”, in *O Lyceu*, 1867, pp.3-5.

“Ensaio sobre philosophia alemã: Kant e sua escola VI”, in *O Lyceu*, 1867, pp. 3-4.

"Manuel de Arriaga", in *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 119, 24-04-1884, p. 1.

*Memória descritiva da trasladação das ossadas dos doze martyres da patria do pateo da Igreja da Misericórdia para o seu cemiterio privativo no prado do repouso em 18 de Junho de 1878: Auto de encerramento e discurso recitado n'essa ocasião pelo Excmo. Snr. Dr. Alves da Veiga*, Porto, s.n., 1878

“Noticias geraes - Centro republicano do Porto”, in *O Seculo*, 1.º Anno, n.º 21, 29-01-1881, p. 2.

"Oligarchia constitucional", in *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 13, 16-12-1883, p. 1.

“O desenvolvimento economico na monarchia”, in *Republica Portuguesa*, n.º 9, 1873, p. 1.

“O desenvolvimento economico na monarchia”, in *Republica Portuguesa*, n.º 10, 1873, p. 1.

“O federalismo”, in *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 41, 20-01-1884, p. 1.

“Politica externa - Regeneração democratica”, in *O Seculo*, Numero Programma, 1880, pp. 1-2.

“Politica internacional”, in *Republica Portuguesa*, n.º 7, 1873, p. 1.

*Politica Nova: Ideias para a reorganisação da sociedade portugueza*, Lisboa, Clássica Editora, 1911.

“Politica portugueza”, in *Republica Portuguesa*, n.º 2, 08-05-1873, p. 1.

“Política portugueza”, in *Republica Portuguesa*, n.º 3, 15-05-1873, p. 1.

“Política portugueza”, in *Republica Portuguesa*, n.º 6, 1873, pp. 1-2.

"Politica regressiva", in *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 53, 03-02-1884, p. 1.

“Porto, 11 de Julho de 1880”, in *O Republicano*, 1.º Anno, n.º 1, 12-06-1880, p. 1.

“Porto, 19 de Maio - Balanço eleitoral”, in *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 141, 20-05-1884, p. 1.

“Porto, 20 de Maio - Aos nossos correligionarios ”, in *A Discussão*, 1.º Anno, n.º 142, 21-05-1884, p. 1.

“Revista do Porto”, in *O Partido do Povo*, 1.º Anno, n.º 1, Fevereiro de 1878, pp.2-3.

“Tratado do Zaire”, in *A Discussão*, I Anno, n.º 124, 30-04-1884, p. 1.

“Tratado do Zaire”, in *A Discussão*, I Anno, n.º 133, 10-06-1884, p. 1.

## 2. OUTROS

### MANUSCRITOS

*Anuario da Universidade de Coimbra: 1869-1870* - Arquivo da Universidade de Coimbra  
*Certidões de Idade 1834-1900* - II- Apparicio-Azi - Arquivo da Universidade de Coimbra  
*Direito - Actos - 1874 - Assentos dos Exames dos Estudantes* - Arquivo da Universidade de Coimbra  
*Matrícula da Universidade* - 1869 a 1870; 1870 a 1871; 1871 a 1872; 1872 a 1873; 1874 a 1875 - Arquivo da Universidade de Coimbra  
*Processo individual de A. M. Alves da Veiga* - Arquivo Histórico-Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros

### IMPRESSOS

#### Publicações Periódicas

*Archivo Democratico* (1907-1911)  
*Album Republicano* (1907-)  
*Discussão, A* (1883-1887)  
*Era Nova, A* (1882-1885)  
*Galeria Republicana* (1882-1883)  
*Lyceu, O* (1867)  
*Partido do Povo, O* (1878-1879)  
*Republicano, O* (1880)  
*Republica Portuguesa* (1873)  
*Seculo, O* (1880-1883)  
*Tarde, A* (1889-1898)

#### Outras Publicações

ALVES, Francisco Manuel (Reitor de Baçal), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança - Os Notáveis*, Tomo VII, s.l., Reedição do Museu do Abade de Baçal, s.d.

Augusto Manoel Alves da Veiga: “A voz que rijamente proclamou a República em Portugal”, Porto, s.l., 31-01-2002. [aut. Sacramento, Fernando Castel-Branco]

BARBOSA, Brigadeiro João, “Breve resumo da história da revolta de 31 de Janeiro de 1891”, separata do *Boletim Cultural “Amigos do Porto”*, Porto, s.n., s.d, pp. 3-9.



BESSA, Alberto, “Jornalismo Republicano no Porto - Notas histórico-bibliográficas (conclusão do número anterior)”, in *O Tripeiro*, 3.º Anno, N.º 87, 20-11-1910, pp. 235-238.

BRAGA, Teófilo de, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Vega, Lisboa, 1983.

BRANDÃO, Mário Cal, “A Maçonaria e o 31 de Janeiro”, in *Grémio Lusitano*, n.º 11, Março 2007, pp. 72-73.

BRITO, Aranha, et al., *Le Portugal: Géographique, Ethnologique, Administratif, Économique, Littéraire, Artistique, Historique, Politique, Colonial, Etc*, Paris, Librairie Larousse, s.d.

BRUNO, Sampaio, *Portuenses ilustres*, 3 vol., Porto, Nova Lello, 2003.

CARDOSO, H. J. dos Santos, *Verdades de Sangue (com dois juízos críticos pelos Exmos. Srs. Drs. Alves da Veiga e Pedro Amorim Viana)*, Volume 1, Porto, Typographia Occidental, 1877.

CATROGA, Fernando, “A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana em Portugal”, separata de *Biblos*, n.º 53, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1977, pp. 285-327.

— *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.ª ed., Lisboa, Notícias Editorial, 2000.

— “Os Inícios do Positivismo em Portugal. O Seu Significado Político-Social”, separata da *Revista de História das Ideias*, Volume 1, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1977, pp. 289-394.

CHAGAS, João, *Diário de João Chagas - 1914*, 2 vol., Lisboa, Livraria Editora, 1929.

— *Diário de um condenado político: 1892-1893*, Porto, Lelo & Irmão, 1913.

CHAGAS, João e COELHO, Ex-Tenente, *História da Revolta do Porto: depoimento de dois “cúmplices”*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1978.

CLARO, António, *Memórias de um vencido*, Porto, Livraria e Imprensa Civilização, 1924.

*Correspondência Literária e Política com João Chagas*, 3 volumes, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1957-58.

CRISTO, F. Homem, *Os acontecimentos do 31 de Janeiro e a minha prisão*, Lisboa, Empreza J.J. Nunes, 1891.

— *Monárquicos e republicanos: apontamentos para a História Contemporanea*, Porto, Livraria Escolar Prosrédior, 1928

DÓRIA, António Álvaro, “Movimentos políticos do Porto no século XIX”, separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, n.º 15-16, Porto, s.n., 1957, pp. 478-640.

*Estudos de Philosophia Política feitos em 1871-1872 por uma das Comissões do 3.º anno*, Coimbra, Faculdade de Direito - Imprensa da Universidade, 1872.

GARCIA, Emídio, “Dr. Augusto Manuel Alves da Veiga”, in *Galeria Republicana*, 1.º Anno, n.º 14, Julho - 1882, pp. 1-4.

GOMES, Ruy Luís, *A Revolução Republicana de 31 de Janeiro*, Porto, Edição do Autor, 1956.

HOMEM, Amadeu J. Carvalho, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage, 2001.

— *A Propaganda Republicana*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, s.d.

— “Autonomia Individual e Autonomia Política no Discurso Republicano Oitocentista”, separata do *Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Açores, Universidade, s.d., pp. 135-143.

— “Conciliação e confronto no Discurso Republicano: 1870-1890”, separata da *Revista de História das Ideias*, Volume 7, Coimbra, Faculdade de Letras, 1985, pp. 281-312.

*In Memoriam: Augusto Manoel Alves da Veiga (1849-1924)*, Porto, Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro, 31-I-1997.

LIMA, Magalhães de, “A Nossa Situação”, in *O Seculo*, I Anno, n.º 56, 13-III-1881, p. 1.

— “Dr. Alves da Veiga”, in *Archivo Democratico*, n.º 8, Janeiro de 1909, pp. 1-4.

— *Episódios da Minha Vida*, 2 vol., Lisboa, Perspectivas e Realidades, s.d.

— *O centenario no estrangeiro: conferencia realisada na Sociedade de Geographia de Lisboa no dia 11 de Novembro de 1897 por Magalhães Lima*, Lisboa, A Liberal - Officina Typographica, 1897.

— *Pela Patria e pela Republica*, Porto, Alcinha & Aranha, s.d.

*Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*, Paris, Imprimerie Schiller, 1891.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, 2 vol., Lisboa, Delta, 1986.

MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986.

MARTINS, Hermínio, “O Federalismo no Pensamento Político Português”, separata de *Penélope*, n.º 18, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, pp. 13-49.

MONTALVOR, Luís de, *História do régimen republicano em Portugal*, 2 vol., Lisboa, Ática, 1930-32.

MORAIS, Raul, *Augusto Manuel Alves da Veiga: Chefe Civil da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Izeda, Junta de Freguesia de Izeda, 2007

MORENO, Ricardo, “Dr. Alves da Veiga”, in *A Discussão*, I Anno, n.º 164, 18-VI-1884, p. 1.

NOGUEIRA, J. F. Henriques, *Estudos sobre a reforma em Portugal*, Lisboa, Typographia Social, 1851.

— *O municipio no seculo XIX*, Lisboa, Typographia do Progresso, 1856.

P., E., “Os Candidatos Republicanos pelo Porto”, in *A Discussão*, I Anno, n.º 162, 15-VI-1884, p. 1.

PIRES, Ernesto, *O Evangelho da Revolução*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, António Camacho Nogueira – Editor, 1883.

*Revolta militar no Porto em 31 de Janeiro de 1891: os conselhos de guerra e respectivas sentenças*, Porto, Typographia do Commercio do Porto, 1891.

RODRIGUES, M. Augusto (dir.), *Memoria Professorum Vniuersitatis Conimbricensis: 1772-1973*, Vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.

SÁ, Mário de Vasconcelos e, “A Revolução de 31 de Janeiro”, in *Nova Renascença: Número Especial Comemorativo do Centenário do 31 de Janeiro de 1891*, Inverno de 1991, pp. 129-142.

SALGADO, Heliodoro, *A Insurreição de Janeiro: historia, filiação, causas e justificação do movimento revolucionário do Porto*, Porto, Emp. Litteraria e Typographica, 1894.

SAMUEL, Paulo, “O Porto antes do 31 de Janeiro: Do Positivismo ao Idealismo Republicano”, in *Nova Renascença: Número Especial Comemorativo do Centenário do 31 de Janeiro de 1891*, Inverno de 1991, pp. 265-280.

SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, 9 vol., Porto, Livreira Figueirinhas, 1984-2000.

SOUSA, Fernando de, *O Porto e a Revolta do 31 de Janeiro*, Porto, Athena, 1977.

TELES, Basílio, *Do ultimatum ao 31 de Janeiro: esboço d’ historia politica*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Portugália, 1968.

## **ORAIS**

Testemunho recolhido junto da família de Alves da Veiga: a bisneta Eng.<sup>a</sup> Maria Fernanda Alves da Veiga de Oliveira, e o marido da mesma, Eng.<sup>o</sup> Fernando Castel-Branco Sacramento, no dia 26-05-2007 (informação confirmada posteriormente por correio electrónico datado de 18-07-2007).

## **II. OUTRAS FONTES E OBRAS DE CONSULTA**

### **MANUSCRITOS**

*Augusto Manuel Alves da Veiga - Livro de Certidões de Idade 1834-1900 - II-Apparicio-Azi - N.º 343 e Verso - Arquivo da Universidade de Coimbra*

*Direito - Actos - 1874 - Assentos dos Exames dos Estudantes - Arquivo da Universidade de Coimbra*

*Matrícula da Universidade - 1869 a 1870; 1870 a 1871; 1871 a 1872; 1872 a 1873; 1874 a 1875 - Arquivo da Universidade de Coimbra*

## IMPRESSOS

### Publicações Periódicas

*Actualidade, A* (1874-1891)  
*Combate, O* (1879)  
*Estado do Norte, O* (1880)  
*Federação, A* (1871)  
*Manifesto Republicano Federal* (1880)  
*Partido do Povo, O* (1879?-1881)  
*Rebate, O* (1873)  
*Republica, A* (1870)  
*Republica, A* (1890)  
*Republica Federal* (1871)  
*Republica Federal, A* (1880-1888)  
*Republica Latina* (1890)  
*Republica Portuguesa, A* (1890-1891)  
*Tripeiro, O* (1908-)  
*Voz Pública, A* (1891-1909)

### Outras Publicações

ALMEIDA, António Pedro G. T., *Eleições e caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, s.n., 1987.

BASTO, A. de Magalhães Basto, *Homens e casos de uma geração notável*, Porto, Livraria Progredior - Editora, s.d.

BASTOS, Teixeira, *Projecto de um Programma Federalista Radical para o Partido Republicano Portuguez*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1886.

BATALHA, Ladislau, *A nova inquisição ou o directorio republicano e os seus actos perante a opinião publica*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1876.

BRUNO (pseud.), José Pereira de Sampaio, *Os Modernos Publicistas Portugueses*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão - Editores, 1905.

CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890-1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

CASTELO-BRANCO, Fernando, “O Ultimatum e o Partido Republicano Português”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 5, Paris, Fundação Calouste-Gulbenkian, 1972, pp. 714-722.

CASTRO, José de, *As victimas d’el Rei: historia dos processos movidos contra os perseguidos politicos da Ilha da Madeira, desde 29 de Junho de 1884 até ao anno de 1885*, Lisboa, Typographia Popular, 1885.

CASTRO, Zília Osório de, *Ideias Políticas (Séculos XVII-XIX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

— “Reflexos do Krausismo em Portugal”, in Rocha, A. S. Estanqueiro, *et al.*, *O Krausismo em Portugal: Colóquio “O krausismo na Península Ibérica” realizado em 28 de Maio de 1998*, Braga, Centro de Estudos Lusíadas - Universidade do Minho, 2001.

CATROGA, Fernando, “Nacionalismo e ecumenismo: A questão ibérica na segunda metade do século XIX”, separata da *Revista Cultura, História e Filosofia*, Volume 4, Lisboa, s.n., s.d., pp. 419-463.

CHAGAS, João, *A última crise: commentarios à situação da Republica Portuguesa*, Porto, Typographia a Vapor da Empresa Guedes, 1915.

CROISAT, Maurice, *Le fédéralisme dans les démocraties contemporaines*, Paris, Montchrestien, 1992.

FERRARI, Horácio Esk, *A hegemonia de Portugal na Península Ibérica*, Lisboa, Typ. de J. H. Verde, 1877.

FRIEDRICH, Carl. J., *Trends of federalism in theory and practice*, London, Pall Mall Press, 1968.

HAMILTON, Alexander, *et al.*, *O Federalista* (trad., introd. e notas de Viriato Soromenho-Marques e João C. S. Duarte), Lisboa, Colibri, 2003.

HOMEM, Amadeu Carvalho, “Basílio Teles e a Revolta do Porto: Uma carta para Teófilo Braga”, separata da *Revista de História das Ideias*, Volume 11, Coimbra, Faculdade de Letras, 1989, pp. 501-515.

— “Memória sobre as causas do Ultimato Inglês de 1890”, separata de *Biblos*, n.º 59, Coimbra, Universidade, 1985, pp. 454-471.

— “Monarquia constitucional e rotativismo político”, separata de *Los 98 Ibérico y el mar*, Madrid, Comisaría General de España, 1998, pp. 15-25.

— “O tema do iberismo no republicanismo federalista português (1870-1910)”, in LEAL, Ernesto Castro (coord.), *O Federalismo Europeu: História, Política e Utopia*, IHC-FLUL, Lisboa, Colibri, 2001, pp. 81-88.

LEAL, Ernesto Castro (coord.) *et al.*, *O Federalismo Europeu: História, Política e Utopia*, IHC-FLUL, Lisboa, Colibri, 2001.

— “O federalismo republicano português - alguns aspectos (1919-1926)” in LEAL, Ernesto Castro (coord.) *et al.*, *O Federalismo Europeu: História, Política e Utopia*, IHC-FLUL, Lisboa, Colibri, 2001, pp. 119-132.

LIMA, Magalhães, *A revolta: processo da Monarquia*, Lisboa, Typographia Nacional, 1886.

— *A revolta: protesto e afirmações*, Lisboa, Typographia Nacional, 1885.

— *Da Monarquia à Republica: historia da implantação da Republica em Portugal*, Lisboa, Emp. de Publicações Populares, 1910.

— *La fédération ibérique*, Paris, Gautherin, s.d.

MACEDO, Jorge Borges de, “Camões - símbolo e mito no século XIX Português: da erecção da estátua ao Tricentenário (1867-1880)”, in João Medina (dir.), *História de Portugal: Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XI, Amadora, Ediclube, s.d., pp. 73-110.

MARQUES, Fernando Pereira (intr.) e REIS, António (dir.), *Esperem e verão!/: textos republicanos clandestinos de 1848*, Lisboa, Alfa, 1991.

MAS, Dom Sinibaldo de, *A Iberia: memoria sobre a conveniencia da união pacifica e legal de Portugal e Hispanha*, Lisboa, Typographia do Progresso, 1855.

MATOS, Sérgio Campos, “Oliveira Martins e o Federalismo Oitocentista”, in Ernesto Castro (coord.), *O Federalismo Europeu: Historia, Política e Utopia*, IHC-FLUL, Lisboa, Colibri, 2001, pp. 89-105.

—— “História, positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX”, separata de *Penélope*, n.º 8, Lisboa, s.n., 1992, pp. 51-71.

MEDEIROS, Carlos Alberto, “Os exploradores africanos do último quartel do século XIX”, in MEDINA, João (dir.) *História de Portugal: Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Volume XI, Amadora, Ediclube, s.d., pp. 431-449.

NETO, Vítor, “Iberismo e Municipalismo em J. F. Henriques Nogueira”, separata da *Revista de História das Ideias*, Volume 10, Coimbra, Faculdade de Letras, s.d., pp. 753-768.

NEVES, L. Augusto das, *Quem implantou a Republica?/: Memórias d’um republicano*, Lisboa, Typographia de Francisco Luís Gonçalves, 1913.

NOGUEIRA, J. F. Henriques, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Lisboa, Typographia Social, 1851.

—— *Município no Seculo XIX*, Lisboa, Typographia do Progresso, 1856.

PEREIRA, C. M., “O federalismo na actualidade”, in *O Partido do Povo*, 2.º Anno, n.º 172, 10-02-1880, pp. 3-4.

PIRES, ERNESTO, *O evangelho da revolução*, Porto, Typ. Arthur José de Sousa & Irmão, 1881.

PROUDHON, P.-J., *Do princípio federativo e da necessidade de reconstituir o partido da revolução* (trad., introd. e notas de Francisco Trindade), Lisboa, Colibri, 1996

QUENTAL, Antero de, *Portugal perante a revolução de Hespanha: considerações sobre o futuro da politica portugueza no ponto de vista da democracia iberica*, Lisboa, Typographia Portuguesa, 1868.

RELVAS, José, *Memórias Políticas*, 2 volumes, Lisboa, Terra Livre, 1977-78.

RIBEIRO, Álvaro, *Os positivistas: subsídios para a história da filosofia em Portugal*, Lisboa, s.n., 1951.

RIBEIRO, Armando, *História da Revolução Portuguesa*, 2 vol., Lisboa, João Romano Torre, s.d.

ROCHA, A. S. Estanqueiro, et al., *O Krausismo em Portugal: Colóquio “O krausismo na Península Ibérica” realizado em 28 de Maio de 1998*, Braga, Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, 2001.

SANTOS, Leonel Ribeiro dos, “Republicanism and cosmopolitanism. A contribution of Kant para a formação da ideia moderna de federalismo”, in LEAL, Ernesto Castro (coord.), *O Federalismo Europeu: Historia, Política e Utopia*, Lisboa, Colibri, 2001, pp. 35-69.

TELO, António José, “O modelo político e económico da Regeneração e do Fontismo (1851-1890)”, in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal: Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Volume XI, Ediclube, Amadora, s.d.

VAZ, Ângelo, *Homens da República: vida vivida*, Porto, Edição do Autor, 1954.

VIDEIRA, J. Carrilho, “A politica do silencio”, in *O Partido do Povo*, 2.º Anno, n.º 173, 13-02-1880, pp. 1-2.

VIDIGAL, Luís, *Cidadania, Caciquismo e Poder: Portugal, 1890-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

VOYENNE, Bernard, *Histoire de L’Idée Fédéraliste - Les Sources*, Réalités du Présent - 11, Nice, Presses D’ Europe, 1976

## DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

*Actas da Camara dos Pares do Reino de Portugal - 1842-1910*, Direcção de Serviços de Documentação e Informação da Assembleia da República -Debates Parlamentares - Catálogos Gerais [Consultado entre 09/2005 e 05/2007]. Disponível em WWW: <URL:<http://debates.parlamento.pt/?pid=r3>>

*Assembleia Nacional Constituinte - 1911*, Direcção de Serviços de Documentação e Informação da Assembleia da República -Debates Parlamentares - Catálogos Gerais [Consultado entre 09/2005 e 05/2007]. Disponível em WWW: <URL:<http://debates.parlamento.pt/?pid=r3>>

*Diário da Câmara dos Deputados - 1911-1926*, Direcção de Serviços de Documentação e Informação da Assembleia da República -Debates Parlamentares - Catálogos Gerais [Consultado entre 09/2005 e 05/2007]. Disponível em WWW: <URL:<http://debates.parlamento.pt/?pid=r3>>

*Diário da Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa - 1822-1910*, Direcção de Serviços de Documentação e Informação da Assembleia da República - Debates Parlamentares - Catálogos Gerais [Consultado entre 09/2005 e 05/2007]. Disponível em WWW: <URL:<http://debates.parlamento.pt/?pid=r3>>

*Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa - 1821-1822*, Direcção de Serviços de Documentação e Informação da Assembleia da República - Debates Parlamentares - Catálogos Gerais [Consultado entre 09/2005 e 05/2007]. Disponível em WWW: <URL:<http://debates.parlamento.pt/?pid=r3>>

*Diário do Senado - 1911-1926*, Direcção de Serviços de Documentação e Informação da Assembleia da República -Debates Parlamentares - Catálogos Gerais [Consultado entre 09/2005 e 05/2007]. Disponível em WWW: <URL: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r3>>

*Constituição Portuguesa de 1911, Arqnet - Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico - O Portal da História* [Consultado entre 09/2005 e 05/2007]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.arqnet.pt/dicionario/index.html>>

\* Estruturámos esta parte dedicada às *Fontes e Obras Consultadas* da seguinte forma:

- No ponto I - Fontes distinguimos entre a documentação redigida pelo autor (1. Textos de Alves da Veiga - Manuscritos e Impressos), e aquela que faz referência a Alves da Veiga, mas de autoria alheia (2. Outros - Manuscritos, Impressos e Oraís);
- No ponto II – Outras Fontes e Obras de Consulta referenciamos toda a restante documentação, que serviu de suporte aos vários temas abordados.

## RELAÇÃO DE IMAGENS E FIGURAS INCLUSAS

Certidão de Idade de Alves da Veiga – Frente

Certidão de Idade de Alves da Veiga – Verso

Carta de Curso de Alves da Veiga

Árvore Genealógica da Família Alves da Veiga

Fotografia da Época (...)

Zé Povo e os Candidatos pelo Porto

Os Deputados Republicanos pelo Porto

O Mapa Cor-de-Rosa

Alves da Veiga em 1900

O Governo Provisório

Carta de 20-02-1911 do MNE a Alves da Veiga

Capa da Obra *Política Nova*

Casa onde nasceu o Dr. Alves da Veiga

Fotografia de Alves da Veiga

Distribuição das Funções ou Poderes Políticos (...)

Placa identificativa da Rua Dr. Alves da Veiga



**DISTRIBUIÇÃO DAS TRÊS FUNÇÕES OU PODERES POLÍTICOS PELOS DIVERSOS  
ELEMENTOS ORGÂNICOS QUE COMPÕEM A SOCIEDADE PORTUGUESA\***

ELEMENTO ORGÂNICO OU UNIDADE ADMINISTRATIVA	FUNÇÃO OU PODER POLÍTICO		
	LEGISLATIVA	EXECUTIVA	JUDICIÁRIA
Nação/ Federação Portuguesa	Assembleia Nacional - 2 secções: Câmara Popular ou dos Deputados Câmara dos Estados Provinciais	Presidente e Vice-Presidente Ministério composto por 9 elementos	Tribunal Federal ou Supremo Tribunal (composto por 10 juizes, um preside, e um promotor, o Procurador-Geral da República)
Província/ Estado Provincial	Parlamento ou Assembleia Provincial	Governo Provincial	Tribunal da Relação (7 magistrados, um preside, e um promotor)
Município/ Concelho	Parlamento Local	Autoridade Local	Magistrado Municipal (juiz e promotor de primeira instância)
Comuna/ Paróquia	Conselho Paroquial ou Junta Electiva	Um dos elementos do Conselho Paroquial	Juiz Paroquial

---

\* Elaborado com base na descrição feita por Alves da Veiga, *Política Nova: Ideias para a reorganização da nacionalidade portuguesa*, pp. 47-138. O autor sublinha como princípios a observar na constituição e funcionamento das funções ou poderes políticos: a electividade, divisão e independência dos mesmos; a responsabilização dos respectivos detentores; e a constituição de um quarto poder, controlador ou fiscalizador dos demais, exercido por Conselhos Especiais (*Idem, ibidem*, p. 72).

3

20 - 2 - 1911

Manda o governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros, remetter ao Dr. Augusto Manuel Alves da Veiga, para seu conhecimento e satisfacao, a inclusa copia authentica do decreto de 24 de Janeiro ultimo, que o nomeou C. L. e M. P. na Belgica.

Faço do governo da Republica  
aos 18 de Fevereiro de 1911.

(a) Bernardino Machado

# ZÉ POVO E OS CANDIDATOS PELO PORTO

(ANTES DAS ELEIÇÕES)



A's ordens de Vossa Magestade!...

Silva

"Zé povo e os candidatos pelo Porto (antes das eleições)"

FONTE: *Charivari*, 29-03-1890, pp. 260-261

Biblioteca Nacional Digital — Endereço electrónico: WWW: <URL:[http://purl.pt/5854/1/zoom-i-1077-b\\_1889-04-27\\_260-261.htm](http://purl.pt/5854/1/zoom-i-1077-b_1889-04-27_260-261.htm)>

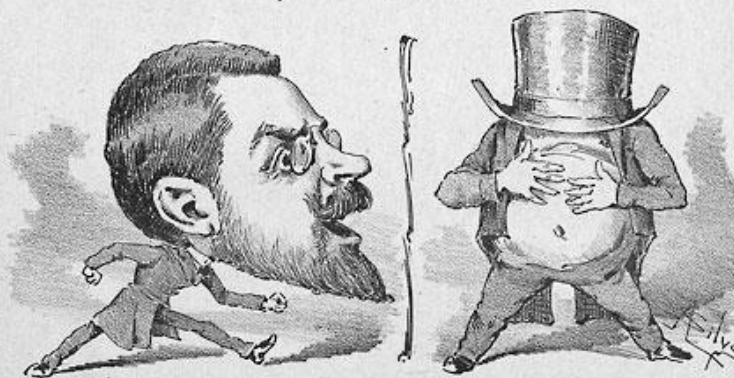
## OS DEPUTADOS REPUBLICANOS PELO PORTO

Alves da Veiga e Consiglieri Pedroso, dois democratas viris e honrados, em quem o povo do Porto deve votar amanhã, para assim protestar contra esta abjecção monarchica em que o paiz se encontra.



## O QUE SÃO OS DEPUTADOS MONARCHICOS

(A PROPOSITO DAS ELEIÇÕES)



Antes de tomar o chocolate do Poder, só teem cabeça para aconselhar o povo.

Depois de tomar o chocolate do Poder, desaparece-lhes a cabeça e avulta-lhes a barriga.



"Casa onde nasceu o Dr. Alves da Veiga" (documento digitalizado)

FONTE: Raul Morais, *Augusto Manuel Alves da Veiga: Chefe Civil da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, p. 99



Fotografia de Alves da Veiga (documento digitalizado)  
FONTE: *Archivo Democrático*, n.º 8, Janeiro de 1909



"Alves da Veiga em 1900. Segundo uma photographia de Londres. Montignari, 802 — Corner State" (documento digitalizado)  
FONTE: João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *História da Revolta do Porto: Depoimento de dois "cúmplices"*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1978, p. V



Augusto Manuel e Alves da Veiga 343

Eu infra assignado certifico giro insacris, que vi  
am Livro dos Baptizados desta freguezia de Nossa Senhora  
da Assumpção de Fátima Concelho de Barcelos de Bragança  
em elle se acham verso noventa e duas existas, e assigno o  
quinto.

Augusto Manuel Filho legitimo de Antonio Alves da  
Veiga e de sua mulher Donna Anna Maria naturaes  
moradores nesta freguezia. Nasceu no dia vinte e oito de  
setembro de mil oitocentos e quarenta e nove, foi  
Baptizado em Casa por parecer e prego de Vida por  
min nome desta assignado e veio ao mundo e ficou no  
dia primeiro de Dezembro do corrente anno. He filho  
illegitimo de Andre da Veiga e Anna Thomaz freguezes desta  
freguezia e Materno de João Luis Lourenço Pres nesta  
parochia. Foram seus Padrinhos O Sr. João Manoel  
Antonio da Silva, e a Sr. Maria Isabel da Silva defunctos  
e testemunas Antonio Valverde e Jose Manoel do  
Alguem desta freguezia. Feita o primeiro de Dezembro  
de mil oitocentos e quarenta e nove.

O Escrivão Manoel Joaquim de Souza

Erroõ Montinha mais no assento Supra,  
que fielmente copiei do proprio Livro.  
E por ver de posto que assigno. Fez-se a p.  
de Agosto de 1868.

Encom. Pedro de Moraes

Não costuma haver assignatura a p.  
quinta supra de Pedro de Moraes, e que deuse.

Bragança 23 de Agosto de 1868.

Em f. de ver.

O Tab. am.



João Manuel de Moraes Comar  
B. in signis



Santhanas a outas do proprio que tenho  
voto. Coimbra 26 de Set. 1858

Eu sou o Dr. D. João  
Alcavala de Souza

Alves da Veiga

# Politica Nova

Ideias para a reorganisação  
da nacionalidade portugueza



LISBOA  
LIVRARIA CLASSICA EDITORA  
DE A. M. TEIXEIRA & C.<sup>TA</sup>  
PRAÇA DOS RESTAURADORES, 20

1911

Capa da obra Política Nova (documento digitalizado)

FONTE: Raul Morais, *Augusto Manuel Alves da Veiga: Chefe Civil da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, p. 99



Da esquerda para a direita, de pé: Silva Lisboa, Manuel de Arriaga; Magalhães Lima e Consiglieri Pedroso  
Sentados: Alves da Veiga e Emídio de Oliveira (Spada)  
Fotografia da época, cuja venda era destinada a auxiliar as despesas dos processos dos republicanos da Madeira (Documento digitalizado)  
Fonte: Luís de Montalvor, *O Regimen Republicano em Portugal*

Rodrigues Freitas  
Joaquim Bernardo  
Soares - desembargador

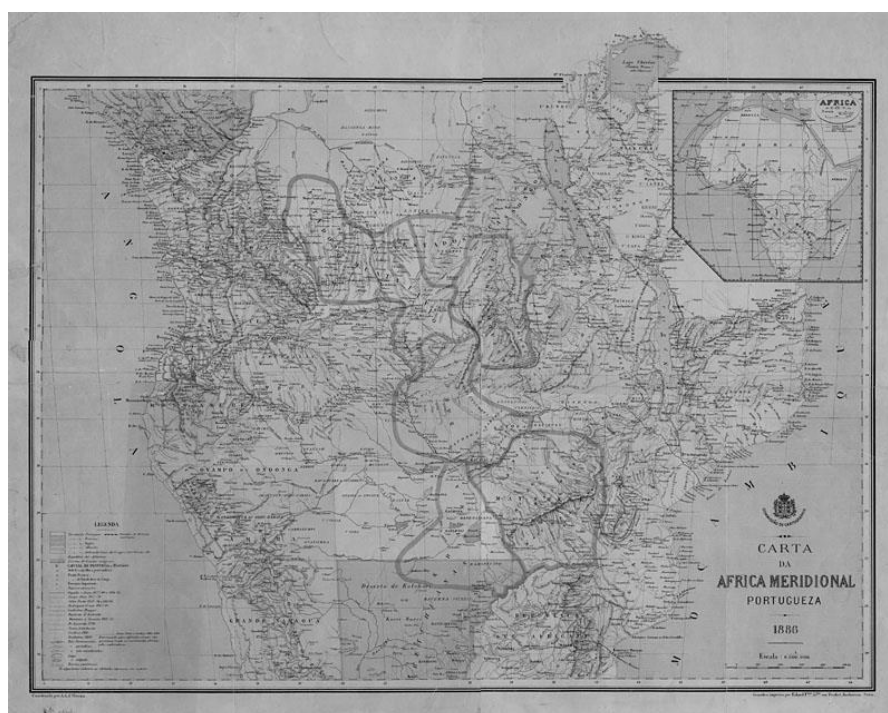
Jose Maria Correia  
da Silva - general  
de divisão

Joaquim Correia do  
Albuquerque - tenente  
da Academia

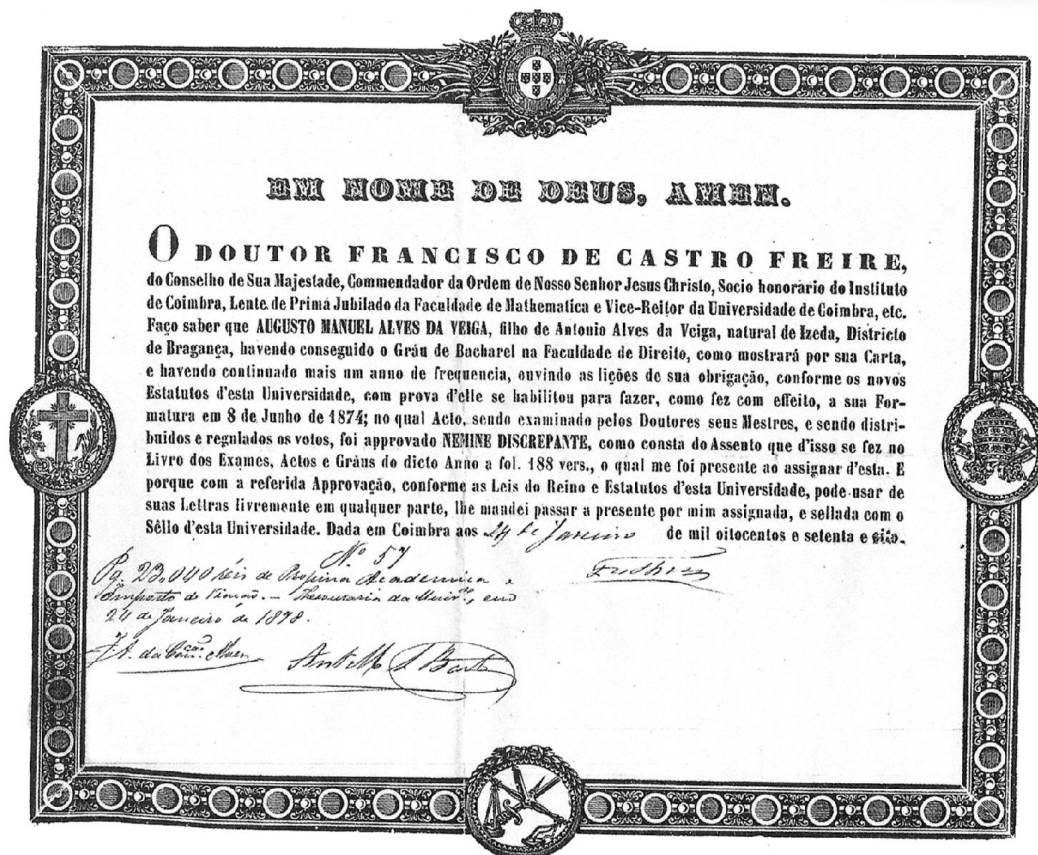
João Ventura dos  
Santos Reis - medico  
Licínio Pinto Leite  
banqueiro  
Antonio Joaquim  
de Moraes - Caudas -  
leite  
Alves da Veiga



Placa identificativa da Rua Dr. Alves da Veiga — Porto  
Fotografia de 04-09-2005

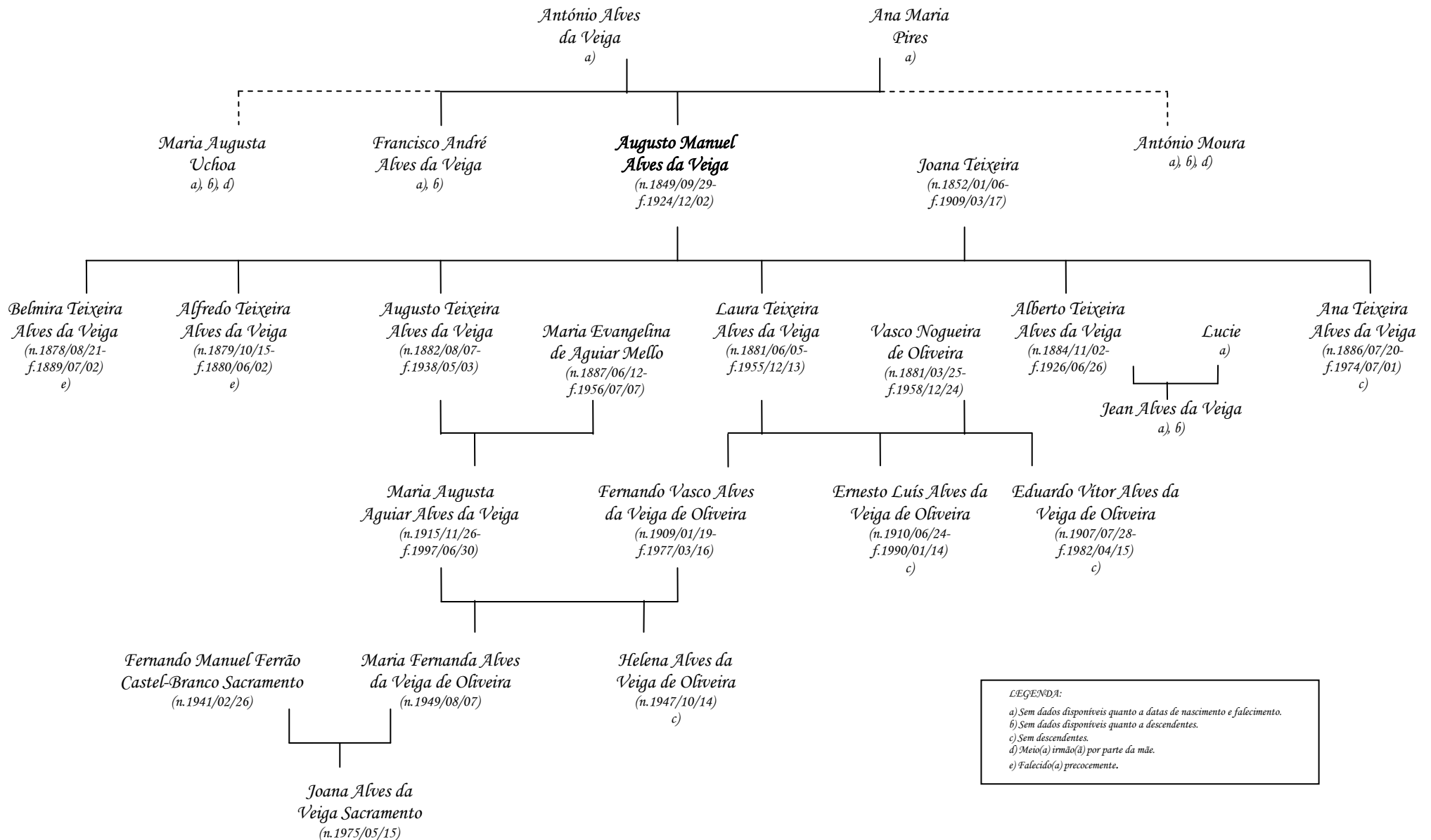


*Mapa (esboço) do território português em Africa [Material cartográfico: mapa cor de rosa?]* - Lisboa, Lith. J. Palhares, 1890  
 FONTE: Biblioteca Nacional Digital - Endereço electrónico: <http://purl.pt/1601>





## Árvore Genealógica da Família Alves da Veiga



### LEGENDA:

- a) Sem dados disponíveis quanto a datas de nascimento e falecimento.
- b) Sem dados disponíveis quanto a descendentes.
- c) Sem descendentes.
- d) Meio(a) irmão(ã) por parte da mãe.
- e) Falecido(a) precocemente.